

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na biblioteca da Escola Secundária Professor Reynaldo dos Santos, no Bom Retiro, freguesia de Vila Franca de Xira, pelas 9,30 horas, do dia 2014/02/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 3/2014, da reunião de câmara de 2014/02/05			Aprovação
2	Moção - Em defesa do interesse público e do setor público dos resíduos urbanos: Reprivatização da EGF e privatização da Valorsul			Aprovação
3	Moção - Falta de 25 médicos de família no concelho de Vila Franca de Xira			Aprovação
4	Protocolo com a SCC - Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, SA, para estabelecimento de compromisso social para apoio às famílias no concelho			Aprovação
5	Apoio municipal para realização do Carnaval de Alhandra 2014	Sociedade Euterpe Alhandrense		Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
6	Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
7	Auto de vistoria - Rua 28 de Março, nº 7, 3º Dtº	Macário Assunção Fernandes	Vila Franca de Xira	Aprovação
8	Auto de vistoria - Rua Terra das Figueiras - Casal dos Estanques	Urbibul - Imobiliária do Bulhaco, Ldª	Vialonga	Aprovação
9	Auto de vistoria - Rua dos Lavadouros, nº 5, porta 2 - Arcena		Alverca do Ribatejo	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na biblioteca da Escola Secundária Professor Reynaldo dos Santos, no Bom Retiro, freguesia de Vila Franca de Xira, pelas 9,30 horas, do dia 2014/02/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
10	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 102 da AUGI Quinta do Serpa (Quintinha)	Carlos Eugénio dos Reis Nobre	Vialonga	Aprovação
11	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 29 da AUGI Baltares	João Manuel Gomes de Carvalho	Sobralinho	Aprovação
12	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A36 da AUGI Espardela	Carla Cristina Gameiro de Sousa	Alverca do Ribatejo	Aprovação
13	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A34 da AUGI Panasqueira II	Maria Isabel Amorim de Freitas Torres - Cabeça de casal da herança de Joaquim Sequeira Torres	Alverca do Ribatejo	Aprovação
14	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote A35 da AUGI Panasqueira II	Maria Isabel Amorim de Freitas Torres - Cabeça de casal da herança de Joaquim Sequeira Torres	Alverca do Ribatejo	Aprovação
15	Alteração ao loteamento da Quinta da Coutada, titulado pelo alvará de loteamento nº 2/2011-AUGI	ABEI - Assoc. para o Bem-Estar Infantil da Freguesia de Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Aprovação
OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS				
16	Construção do centro de saúde de Vila Franca de Xira - Liberação parcial da caução	Sociedade de Construções José Coutinho, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
17	Execução da passagem superior pedonal do Forte da Casa - Nomeação do novo coordenador de segurança em obra	STAGEST - Engenharia e Gestão de Projetos e Obras, Lda	Forte da Casa	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na biblioteca da Escola Secundária Professor Reynaldo dos Santos, no Bom Retiro, freguesia de Vila Franca de Xira, pelas 9,30 horas, do dia 2014/02/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
18	Execução da Escola Básica do 1º Ciclo do Sobralinho - Plano de segurança e saúde parcial e nomeação do coordenador de segurança em obra	Construtora UDRA, Lda	Sobralinho	Aprovação
19	Execução do parque urbano da Quinta da Flamengo - Fase 4A - Abertura de concurso público		Vialonga	Aprovação
APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS				
20	Procedimento para atribuição do direito de arrendamento do espaço municipal destinado a estabelecimento designado por "Cafetaria da Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira"	Realizado	Vila Franca de Xira	Aprovação
21	Procedimento para a concessão do direito de ocupação de espaços comerciais no mercado retalhista de Vila Franca de Xira		Vila Franca de Xira	Aprovação
GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA				
. Assuntos apresentados para conhecimento Da competência do Presidente da C.M.				
22	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal	Realizado		Conhecimento
23	Legislação síntese			Conhecimento
24	Pagamentos autorizados			Conhecimento
25	Balancetes			Conhecimento

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na biblioteca da Escola Secundária Professor Reynaldo dos Santos, no Bom Retiro, freguesia de Vila Franca de Xira, pelas 9,30 horas, do dia 2014/02/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
26	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença	Joaquim Queirós	Retirado	Aprovação
27	Contratação de serviços para limpeza e desobstrução de um troço da ribeira das Silveiras - Parecer prévio vinculativo		Alverca do Ribatejo	Aprovação
28	Aluguer operacional (AOV) de 2 viaturas ligeiras de passageiros Toyota Prius - Remessa à assembleia municipal para aprovação do compromisso plurianual			Aprovação
29	Reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Porto da Areia - Substituição de valores retidos por garantia bancária de igual valor	Construção Pragosa, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
30	Reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Apeadeiro - Substituição de valores retidos por garantia bancária de igual valor	Construção Pragosa, SA	Castanheira do Ribatejo	Aprovação
31	Quotização da AMEGA para 2014 - Atualização			Aprovação
32	Regulamento e Tabela de Taxas e Preços da Câmara Municipal para 2014			Aprovação
33	Orientações para a consolidação de contas do exercício de 2013 do município			Aprovação
34	1ª revisão ao orçamento da receita da câmara municipal para 2014			Aprovação
35	2ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2014			Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na biblioteca da Escola Secundária Professor Reynaldo dos Santos, no Bom Retiro, freguesia de Vila Franca de Xira, pelas 9,30 horas, do dia 2014/02/19

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	EDUCAÇÃO E CULTURA			
36	Aprendizes do Fingir 2013/2014 - Protocolo	Retizado		Aprovação
37	Cartoon Xira 2013 - Horário da exposição e inauguração			Aprovação
38	Doação de um conjunto de materiais gráficos do artista Américo Silva ao Museu Municipal de Vila Franca de Xira			Aceitação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
39	Corrida das Lezírias 2014	Retizado		Aprovação
40	Protocolo de cooperação a celebrar com a Associação de Natação de Lisboa	Associação de Natação de Lisboa		Aprovação
41	Protocolo com a Fundação INATEL			Aprovação
42	Apoio municipal à realização da 6ª Amostra de Teatro do Cegada - Grupo de Teatro	Cegada - Grupo de Teatro		Aprovação
43	Prémio de Teatro Amador "Mário Rui Gonçalves"			Aprovação
44	Protocolo de colaboração para o 4º Torneio Cira Hóquei	União Desportiva Vilafranquense		Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
45	Abertura de processo de inquérito	Retizado		Aprovação
46	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2014/02/19

Aos dezanove dias do mês de fevereiro de dois mil e catorze, pelas 9h30, na biblioteca da Escola Secundária Professor Reynaldo dos Santos, em Vila Franca de Xira, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:-----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Marina Estevão Tiago; -----
. Aurélio dos Santos Marques; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Margarida Dinis Cavaleiro; -----
. José António da Silva de Oliveira; -----
. Rui Miguel da Silva Pereira; -----
. Vítor Manuel Rodrigues Santos Moreira; -----
. Vítor Manuel Jorge da Silva. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores: Fernando Paulo Ferreira, tendo sido substituído pelo Sr. Vereador Vítor Manuel Rodrigues Santos Moreira, Ana Lúcia Alves Cardoso, tendo sido substituída pela Srª Vereadora Margarida Dinis Cavaleiro, João Manuel Correia Pires de Carvalho, tendo sido substituído pelo Sr. Vereador Vítor Manuel Jorge da Silva, e Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, tendo sido substituído pelo Sr. Vereador Rui Miguel da Silva Pereira. -----

Entrou no decurso da reunião o Sr. Vereador Rui Ribeiro Rei, pelas 9h33, no decorrer do período antes da ordem do dia.-----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata • 002

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Adjuntos-----

Mário Nuno Duarte -----

Jorge Zacarias-----

. Técnico Superior-----

Dr. Renato Gonçalves -----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento -----

Adão Conde-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria -----

Drª Susana Santos-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora -----

Drª Filomena Serrazina -----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora -----

Drª Isabel Araújo -----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno -----

Drª Nélida Soares-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. Rui Galhardo-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO

URBANA-----

. Diretor -----

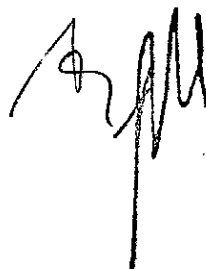
Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----



Deliberação nº _____

2/2



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

AGRADECIMENTO AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS REYNALDO DOS SANTOS -----

Interveio o Sr. Presidente, dando início à reunião de câmara, cumprimentando todos os presentes, particularmente a diretora, Professora Vera Borges, e todo o pessoal docente, não docente e alunos do agrupamento de escolas Professor Reynaldo dos Santos.-----

Agradeceu ainda a disponibilidade da escola Professor Reynaldo dos Santos em receber a reunião de câmara, dizendo ser esta uma iniciativa que a autarquia tem vindo a fazer, de descentralização das reuniões de câmara nas escolas, no sentido de simbolicamente dar a conhecer o bom trabalho que se faz nos agrupamentos de escolas, nomeadamente neste. -----

Terminou, referindo que estas reuniões descentralizadas têm exatamente esse fim, estão todos presentes com todo o gosto, agradecendo mais uma vez pelo acolhimento. -----

Tomou a palavra a Professora Vera Borges, agradecendo em nome da escola, e dando as boas vindas a todos os presentes, desejando que corra tudo pelo melhor, sendo que tem muito gosto em dizer que a biblioteca continua o seu funcionamento, e os alunos hoje vão ter uma aula de democracia ao vivo, o que acha que é fantástico.-----

Interveio o Sr. Presidente, agradecendo, dando também as boas vindas aos vereadores que habitualmente não estão nas reuniões de câmara, pois é sempre bom ter outras caras nas reuniões.-----

O Sr. Vice-Presidente não está hoje presente porque, a seu pedido, está a participar numa reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa, que foi antecipado, na medida em que o Sr. Secretário de Estado do Ordenamento de Território pediu para ser recebido nesse conselho, e a única alternativa foi estar o próprio hoje na reunião de câmara, e o Sr. Vice-Presidente estar nesse conselho metropolitano. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, cumprimentando todos os presentes, dizendo que, como disse o Sr. Presidente, é uma das caras que não vem a todas as reuniões de câmara, e é com muito gosto que se encontra nesta reunião. Hoje até foi um regresso à escola, pois foi aluno da escola Professor Reynaldo dos Santos. Parece que ainda ontem aí andava, mas em junho já vai fazer 23 anos que saiu.-----



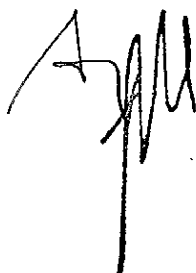
Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº _____

Apesar de tudo acaba por encontrar ainda algumas caras conhecidas do seu tempo, hoje alguns homens com menos cabelo, alguns cabelos mais grisalhos em homens e senhoras, que agora “aturam” o seu filho. -----



Deliberação nº **070**



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
QUESTÕES NÃO RESPONDIDAS NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA DA ÚLTIMA
REUNIÃO DE CÂMARA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, cumprimentando todos os presentes, começando por relembrar o Sr. Presidente que na última reunião o mesmo não lhe respondeu a perguntas que fez no período antes da ordem do dia, relembrando o bairro do PER da Póvoa de Santa Iria e as hortas urbanas. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que procurará responder ao que for possível, dentro do tempo disponibilizado, e se no final na reunião ainda houver tempo, e alguma questão não tenha sido suficientemente respondida, então utilizará esse tempo. -----

Quanto ao bairro, conhece-o, porque esteve lá recentemente, antes das eleições e após, antes das eleições por motivos óbvios, e depois pelo exercício do cargo que tem. -----

Aquilo que pode dizer é que é um bairro em que urge encontrar soluções. Está muito degradado, os espaços de lazer necessitam de obras de requalificação, e neste momento a câmara municipal está a tratar de começar a resolver algumas questões. -----

Aquele espaço que existe, que já foi em tempos utilizado pela direção-regional da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, vai ser posto ao serviço da população, nomeadamente das crianças, e a Srª Vereadora Marina Tiago está neste momento a tratar dele, no sentido das crianças poderem ter ali algum apoio escolar, algumas atividades de apoio. -----

O espaço é ótimo, e não pode, do ponto de vista da câmara municipal, estar fechado, e nesse sentido uma das primeiras iniciativas é exatamente a sua rentabilização. -----

Depois, há uma série de questões que se tem de tratar, que tem a ver com a requalificação do bairro no seu todo. O Sr. Vereador Aurélio Marques, na última reunião de câmara, aludiu à questão do polidesportivo, das hortas à volta, e tudo aquilo pode acontecer, tem é que ser organizado, porque está, como todos sabem, muito desorganizado. Já esteve bem pior, na medida em que no passado tinha muitas viaturas abandonadas, muita sucata amontoada, e neste momento já não



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

tem tanta, mas ainda é exigível uma recuperação a breve trecho.-----

Sobre a questão das hortas urbanas, já não se recorda em concreto o que o Sr. Vereador Aurélio Marques referiu, mas, como o mesmo sabe, houve o sorteio para a sua atribuição, podendo-se, depois, mais à frente, falar sobre a questão.-----

Havia também, assim pensa, e não sabe se será a isso que o Sr. Vereador se reporta, a contenção de terras, que estava a ter algum problema. A câmara municipal fez um muro de contenção, esse problema resolveu-se, bem assim como outra reivindicação dos moradores, de construção de um murete com uma vedação, para proteger os prédios, e também se está em fase de conclusão desse trabalho. -----

[Handwritten signature]

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
FIBROCIMENTO NAS ESCOLAS DO CONCELHO -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, aproveitando o facto da reunião se realizar na escola Professor Reynaldo dos Santos para relembrar ao Sr. Presidente que há umas reuniões atrás os membros da CDU levantaram a questão do amianto, do fibrocimento. -----


Não irá repetir o que foi dito, só relembra que o Sr. Presidente prometeu que enviaria uma relação à CDU, e pensa que à outra força política da oposição, das escolas que ainda contêm amianto, portanto fibrocimento, no concelho. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que quer pedir a quem está presente na reunião, com responsabilidades na área da educação, que esta semana esse processo seja enviado aos Srs. Vereadores, tanto de uma bancada como de outra. O trabalho está feito, o mais difícil está feito, e o mais simples teria sido ser enviado e ainda não foi. -----

Esta é uma matéria que, daquilo que é responsabilidade da câmara municipal, até ao final do mandato, quer resolver. Numa reunião que teve há pouco tempo, mais o Sr. Vice-Presidente, com a DGEstE – Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, na pessoa do diretor, Dr. Alberto Duarte, foi colocada uma série de matérias, uma das quais, para além das escolas que são da responsabilidade da câmara municipal, o primeiro-ciclo e o pré-escolar, foi também a necessidade de outras escolas da responsabilidade do Ministério da Educação terem também esta intervenção. -----

Aquilo que ficou combinado foi fazer um levantamento, a autarquia disponibilizou-se para fazer esse levantamento, e enviar ao diretor-regional, fazendo-lhe chegar uma estimativa de custo do trabalho que é necessário, e depois o Dr. Alberto Duarte ficou de dar uma opinião sobre o que fazer. -----

Foram colocadas outras matérias, nomeadamente sobre a própria escola onde se está. É um caderno de encargos vasto, pois como se sabe o parque escolar tem sempre problemas.-----

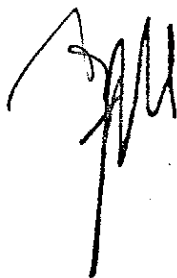


Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que não são só estes muros que o Sr. Vereador Aurélio Marques referiu, existem muitos mais, e provavelmente a câmara municipal terá que fazer um plano geral no concelho, de reparação de muros. Também há problemas complicados nas zonas rurais, a que se tem de acudir, de acordo com as prioridades e disponibilidades financeiras.-----

aod 5



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

JARDIM CONSTANTINO PALHA – VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se ao Jardim Constantino Palha, em Vila Franca de Xira, dizendo que a cafetaria está encerrada, e os membros da CDU gostariam de saber se é para manutenção, se é por ser inverno ou por que é, e, já agora, se neste interregno da sua utilização o concessionário continua a pagar a renda. -----


Também, no jardim, não repetirá o que têm falado várias vezes sobre a requalificação final do jardim, mas lembra só o terreno de azulejos em frente ao coreto, que cada vez está mais degradado, onde constantemente, devido ao tempo, continua uma grande poça de água. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que a cafetaria, de facto, está num período de encerramento, porque há obras de manutenção que estão a ser realizadas pela própria câmara municipal, na medida em que houve uma necessidade de correção. -----

Quanto ao projeto daquela cafetaria, no que diz respeito a uma questão de umas portas envidraçadas de abrir e fechar, há um problema já de há uns anos a esta parte, praticamente desde que as obras de requalificação foram inauguradas. Verificou-se qual era a forma melhor de resolver, e não é uma questão que tenha a ver com má construção, ou com o empreiteiro, foi uma dificuldade de interpretação do próprio projeto, que não estava bem claro, e teve que se encontrar uma solução. -----

É uma solução relativamente simples de resolver, é o que está a ser feito, mas há uma questão que o Sr. Vereador Aurélio Marques coloca que não sabe responder, e que vai procurar junto dos serviços, relativamente à renda. Se efetivamente, por responsabilidade da câmara municipal, a cafetaria está encerrada, julga que não é justo estar a cobrar renda. É o que pensa, mas não sabe o que está a acontecer, e por isso pedirá à Srª Vereadora Maria Tiago que tente saber que acordo foi feito, se é que foi feito algum. -----

No que respeita ao coreto e a outros equipamentos que ali estão, a câmara municipal tem consciência que, de facto, naquele jardim municipal há problemas de drenagem que têm de ser resolvidos, há empoçamentos que se têm de



Deliberação nº _____

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PASSEIO RIBEIRINHO DE ALHANDRA E VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se ao passeio ribeirinho de Alhandra e Vila Franca de Xira, na zona ao pé das piscinas do Alhandra, na entrada de Alhandra, em que há dois pilaretes que servem para emergências, ou até para trabalhos no próprio passeio ribeirinho.-----

Há cerca de 10 dias viu, e outras pessoas também lhe chamaram a atenção, que na limpeza dos arbustos do passeio ribeirinho a carrinha de quem fazia o serviço, e não sabe o motivo, talvez por não conseguir, já que os pilaretes não foram retirados, passou pelo terreno ao lado, degradando-o. A lama que ficou no passeio ribeirinho foi lavada pela chuva, mas continuam lá os sulcos e os rodados por onde passou a carrinha, de quem faz essa limpeza, que não é a câmara municipal, mas está concessionada. -----

Outra situação de que alguns utentes lhe têm falado, e pensa que até na área do Sr. Presidente já foi falada, mas não sabe se foi em reunião de câmara, é a dos bancos, que são 15, ao longo do passeio ribeirinho, que dão para os utentes descansarem ou apreciarem a paisagem do rio. -----

É evidente que este tempo chuvoso há de passar, mas o que lhe colocaram vários utentes é que nem a cobertura ao pé dos sanitários, nem a outra ao pé dos equipamentos de manutenção, existe, ou a que existe deixa passar a chuva, e o que lhe solicitaram é a possibilidade dos serviços da câmara municipal pensarem, não dirá nos 15 bancos, mas em alguns ter uma cobertura para as pessoas se abrigarem numa emergência. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que considera uma anormalidade o que o Sr. Vereador lhe está a referir, e vai tentar saber, porque as viaturas da empresa que está a fazer manutenção devem passar pelo sítio certo, e não destruindo o terreno lateral ao respetivo passeio. -----

O Sr. Vereador colocou uma outra questão, e a única coisa que pode dizer é que se pode analisar da possibilidade. Possibilidade há sempre, mas há várias questões que se prendem, uma com os investimentos financeiros, e outras pela solução até estética, de uma cobertura que tem de ter algum enquadramento. Não se pode chegar ali e pôr uma chapa de zinco, ou outra coisa qualquer, que fica horrível. -----



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº _____

Como certamente o Sr. Vereador comunga da mesma ideia, tem que ser uma situação bem pensada, de qualquer modo, ficou a observação.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INSTALAÇÕES DO RANCHO DOS VARINOS-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que já levantou anteriormente a questão das instalações de algumas instituições, e sobre o rancho dos Varinos, o Sr. Presidente ficou de saber, com o diretor da Escola Alves Redol, do espaço que lá estava. -----

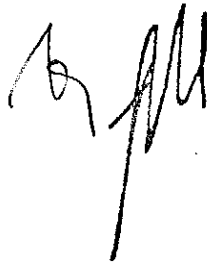
Segundo julga saber, a seguir a ter colocado a questão, e o Sr. Presidente ter falado, assim o julga, foi-lhe dito que o espaço não é suficiente para os ensaios do rancho. -----

Não sabe o que é que o Sr. Presidente falou, se já tem alguma resposta, mas até foi ventilada a situação das escolas da Quinta da Grinja ou de Povos, embora também lembre que na altura em que se recebeu o Sr. Bispo Auxiliar, o Sr. Presidente entregou uma documentação em que falou, e não sabe se era na escola da Grinja, ou não, que havia um protocolo com a paróquia. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que talvez já se tenha encontrado uma solução, e ir-se-á transmitir ao rancho dos Varinos.-----

Não se quer adiantar, na medida em que só com a opinião do rancho é que valerá a pena dizer que a solução está encontrada ou foi aceite. Efetivamente a da escola, provisoriamente, na sua opinião, poderia servir, mas parece que não há grande possibilidade. -----

Uma das possibilidades, conforme disse aquando da visita de D. Nuno Brás à câmara municipal, no Salão Nobre, estava numa série de documentos que lhe entregou, de que ainda espera a opinião, e era que a escola da Grinja pudesse ser disponibilizada à paróquia, e que também pudesse ter outro tipo de atividades para além da atividade da própria paróquia, sendo essa uma matéria que se poderá vir a analisar. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

RIO GRANDE DA PIPA -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo-se ao rio Grande da Pipa, dizendo que com as questões climáticas está convencido que o Sr. Presidente e os serviços já detetaram que há uma degradação daquilo que estava construído, em termos de estacaria, das barreiras do empedrado ou dos ditos gabiões. Aquilo está bastante destruído na zona em que se desviou um pouco o rio, que se convencionou que era o "bypass". Aquilo está muito mais largo e foi muito destruído, como algum lixo que lá está, que deveria ser retirado. -----

Os membros da CDU gostariam de saber se há algo para dizer sobre a continuação das obras, e o que se irá fazer sobre esta destruição que houve. O caudal do rio foi imenso, mas por que é que uma coisa que está construída há tão pouco tempo, como os gabiões e as estacarias, ficou daquela maneira? -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando qual o ponto de situação do rio Grande da Pipa, dizendo que em toda a degradação que se vive ali na área, assim presume, como a câmara municipal não recebeu a obra, o empreiteiro terá que assumir essa responsabilidade. -----

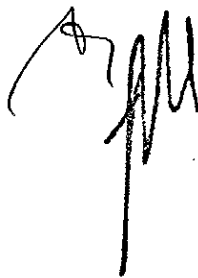
Entretanto, e não é preciso nenhuma pressa em especial, os membros da Coligação Novo gostariam de ter um ponto de situação da obra, o que se pensa fazer para futuro, e, efetivamente, quando se pensa concluir, e como se irá fazer. ---

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo, como se sabe, que a pluviosidade tem sido aquela a que se tem vindo a assistir, e naturalmente que os colchões Reno não tiveram capacidade de aguentar todo aquele caudal. -----

A única coisa que mais uma vez refere é que em boa hora se conseguiu avançar com aquela obra, com todas as dificuldades que tem tido, e o Sr. Vereador Rui Rei também já colocou algumas questões sobre o assunto. O que é um facto é que se a obra não tivesse sido feita, embora não esteja concluída, evitou que se tivessem problemas graves na zona, como aconteceu no passado. -----

De qualquer modo, tudo aquilo que foi destruído tem que ser reparado, e tem que se avaliar. Já se está a fazer e, respondendo ao Sr. Vereador Rui Rei, o que pensa é que a conclusão da obra estará prevista para setembro. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que no fim, se houver tempo,




gostaria de colocar uma outra questão.-----

Perguntou o Sr. Presidente se o Sr. Vereador fala do restaurante e do mercado.-----

Respondeu o Sr. Vereador Aurélio Marques que sim.-----

Continuou o Sr. Presidente, mencionando que poderá responder, numa segunda fase, sobre o ponto da situação.-----



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº _____

Assim, gostariam de saber, como a questão já foi falada há uns tempos, o que é que o Sr. Presidente pensa fazer sobre este assunto. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

RUA ALVES REDOL - VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, começando por falar de algumas situações de Vila Franca de Xira. Como começou por dizer, vem às reuniões de câmara só às vezes, e o que gostava é que coisas que na altura tivessem sido discutidas entretanto estivessem sido resolvidas. Infelizmente não é o caso, e acaba por trazer algumas situações que ainda procuram uma solução. -----

Há uma questão premente que continua a ser um problema em Vila Franca de Xira, que tem a ver forçosamente com a resolução do problema que, ao fim ao cabo, foi criado de alguma forma com mais alguma entropia, a questão da rua Alves Redol, e o ter ou não estacionamento, bem como a situação do corredor "bus". -----

Neste momento tem-se uma situação conflituosa, do que é a realidade e o que é o regulamento de trânsito aprovado, e gostaria de saber que medidas se estão a tomar para a câmara municipal, de alguma forma, dar alguma conclusão a este assunto, obviamente englobado num plano mais geral, que seria o plano de mobilidade para a freguesia de Vila Franca de Xira. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo, em relação à rua Alves Redol, que os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber para quando a regularização de todo aquele estacionamento e, de uma vez por todas, resolver o problema do corredor "bus", pois o que se andou a fazer estes anos todos foi a falar de números que a câmara municipal nunca teve na sua posse, nem nunca teve um estudo rigoroso que permitisse fazer. -----

Houve uma moda, que em tempos alguém resolveu implementar, e depois de a ter implementado todos deveriam, em "carreirinho", seguir, o que se veio a verificar que é absolutamente incorreto face à situação em apreço. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo aos Srs. Vereadores Rui Pereira e Rui Rei que sobre esta matéria tem de haver toda a tranquilidade na sua abordagem, e o que quer dizer com isto é que, de facto, conforme no anterior mandato teve ocasião de referir, para que não existissem dúvidas de espécie nenhuma, valeria a pena fazer-se um estudo aprofundado sobre a questão da rua Alves Redol. -----

Esse estudo foi feito, está à disposição de quem o queira analisar, e aquele compromisso que já fez é trazer a breve trecho uma proposta clara sobre a posição



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

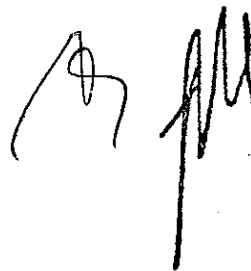
Fl. Atã 020

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

do Partido Socialista sobre a matéria, fazer-se uma reflexão do assunto, e cada um dirá o que achar oportuno, de acordo com as posições que tem vindo a tomar, ou outras. Depois decidir-se-á, e aquilo que for decidido será o caminho encontrado. --- Não se vai alongar mais sobre a matéria, haverá ocasião de proximamente resolver esta questão, porque também concorda que não se pode manter esta situação de indefinição, pois não é bom para ninguém, até porque se pretende, mais tarde, talvez para o ano, avançar com o estudo do resto, até ao cemitério. É um troço difícil, muito complicado, e não se sabe como se irá resolver, tendo em vista a exiguidade dos passeios em algumas zonas.----- Vai-se ter que estudar e depois, certamente, também refletir sobre as soluções que vão ser apresentadas.-----



Fl. Livro _____

Fl. Ata • 021

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A REFER – PARQUE DE
ESTACIONAMENTO EM VILA FRANCA DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo-se a uma situação já de há uns anos, do mandato anterior, até do antepenúltimo presidente da junta de freguesia, que se prende com o parque na antiga linha 3 da estação, em Vila Franca de Xira, o parque da REFER. Foi feito um protocolo, na altura, entre a câmara municipal e a REFER, a junta, de alguma forma, foi “metida ao barulho”, e tinha que gastar cerca de 12 000,00€ nalgumas obras, grande parte desse valor, se calhar 90%, já o gastou, e o certo é que se percebe que a junta de freguesia ia ter dali, de alguma forma, algum ganho, mas isso não se verifica. -----

Hoje, inclusive, viu-se que a própria União Desportiva Vilafranquense já tem na sua página um acordo feito com própria REFER, para de alguma forma também os utentes da REFER poderem usufruir do espaço. -----

Este espaço, onde se gastou dinheiro, com cerca de 70 lugares, continua sem ser utilizado, se bem que agora já haja alguma utilização, que diria até ser um pouco “ad hoc”, porque não está estipulado. O parque estaria fechado, tinha inclusivamente uns pedregulhos que foram removidos, agora facilmente se retira a corrente e há até já quem se sirva, e se calhar bem. -----

A ideia era fazer um ponto de situação, pois lembra-se, na altura, com a anterior presidente, que estava entregue à junta, e que em protocolos não aparece em lado algum, e possivelmente não passou tudo de conversas e situações mais orais, compromissos de forma oral, sendo que firmado só há o protocolo da câmara municipal com a REFER. -----

Assim, em que pé está esta situação? -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que teve ocasião de ter uma reunião, que pediu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira, Mário Calado, para se debruçarem sobre esta questão. -----

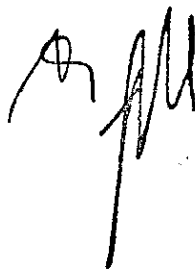
Aprofundaram a questão e fizeram um histórico do processo, tendo o próprio se comprometido com o Sr. Presidente da junta em fazer um dossiê circunstanciado de tudo o que aconteceu até aos dias de hoje. -----

Também procurou exaustivamente, não o próprio, mas pediu aos serviços que o



Deliberação nº _____

Por isso, a câmara municipal está a aguardar que a junta de freguesia responda à questão que foi colocada, e depois julga que haverá condições de se encontrar uma solução para pôr aquele espaço, de uma forma organizada, ao serviço da população. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

LAVABOS PÚBLICOS E DA REFER -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, reportando-se a uma questão não só de Vila Franca de Xira, também concelhia, e tem a ver com a própria REFER. -----

De há uns anos a esta parte, uma situação que em Vila Franca de Xira, por exemplo, ainda não está resolvida, fecharam-se por completo os lavabos públicos, e não há uma casa de banho pública. Antigamente até havia duches, que ainda aparecem na tabela de taxas e licenças, mas tirando as piscinas, não há mais qualquer lugar na freguesia de Vila Franca de Xira. -----

Também nas outras freguesias têm vindo a ser fechados esses espaços, essas casas de banho públicas, e hoje uma pessoa que tenha uma necessidade não pode usufruir desse espaço. -----

Curiosamente a REFER está a seguir o exemplo, não existindo uma única estação no concelho de Vila Franca de Xira, ou se calhar há uma, possivelmente, e o próprio não conhece. Pelo que fala com os utentes não há uma única estação neste momento que tenha casa de banho disponível aos utentes da REFER, ou a quem quer que utilize as estações. -----

Obviamente não é uma competência da câmara municipal, e na parte dos lavabos públicos poderiam a câmara municipal e juntas ver o que é possível fazer, não lhe parecendo que a solução, principalmente quando há situações até de festas, seja usar as dos cafés. Antigamente as pessoas defendiam-se com as casas de banho do centro comercial, hoje não é o caso, e o que se começa a verificar é que há muitos cafés que têm mesmo que trancar as casas de banho, pois com tanta gente não ganham para a limpeza ou para os danos que possam daí causar. -----

Outra coisa é ver o que é possível fazer, uma tomada de posição da câmara municipal, pedindo à REFER que disponibilize espaços de lavabos abertos nas estações, que neste momento não tem. -----

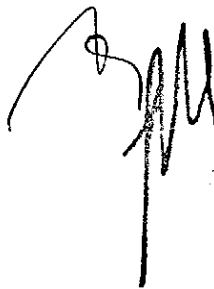
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma matéria que já não é “virgem”, e naturalmente que a câmara municipal irá referir e dizer à REFER que, de facto, tem que ser resolvida. -----



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº _____

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que os terrenos da AJ Vassalo, como se sabe, têm sido aterrados, e neste momento estão praticamente todos. Ainda existem, de facto, empoçamentos, que já pediu para serem resolvidos, e julga que serão resolvidos com o trabalho que se está a fazer.-----



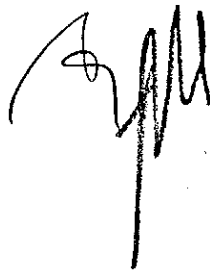
Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
FALTA DE SANEAMENTO E ÁGUA CANALIZADA NO CAMINHO A-DE-BARRÃO – VILA
FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que se está no ano 15 do século XXI, e obviamente que a sua questão não tem a ver com este executivo, que para já é aquele que menos responsabilidade terá, mas também é o que pode fazer alguma coisa, porque os do passado já nada poderão fazer. A 5 minutos do largo da câmara, do centro de Vila Franca de Xira, há uma quantidade de pessoas que continua hoje sem água canalizada e esgotos, referindo-se concretamente ao caminho de A-de-Barrão, uma situação que o Sr. Presidente já conhece. -----

Sabe que em tempos tentou-se encontrar uma solução, dos moradores também pagarem parte do investimento a fazer, e o certo é que alguns, senão a maioria, são pessoas já de bastante idade, e com as reformas “maravilhosas” que se vão tendo é claro que se “encolheram”. Continuam sem água canalizada, sem esgotos, sem estrada, e nestes dias de chuva havia de ter sido engraçado como lá chegar. -- Não se vai voltar ao tempo em que, o que na altura considerou até uma piada de mau gosto, essas pessoas que moram por cima da parte urbana, ou fora da malha urbana da freguesia, como pagavam menos IMI até podiam comprar jipes, não era preciso ter os caminhos em grandes condições, como alguém um dia, para si, teve uma piada triste que se fez à volta disto.-----

Assim, os membros da CDU gostariam de saber o que se pode fazer, quando se pode realmente revolver a questão, como se calhar outras no concelho, mas pensa que já vai sendo tempo de, às vezes, dar valor a eliminar por completo algumas destas situações em detrimento de outras, que se podem deixar um pouco para mais tarde.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador António Oliveira tomou boa conta, e vai-se ver o que fazer. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
REQUERIMENTOS APRESENTADOS PELA CDU SEM RESPOSTA-----

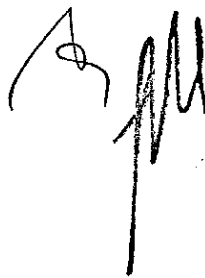
Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, começando por alertar para o facto de a CDU ter feito a entrega de uma série de requerimentos, os últimos não respondidos. Pelo menos há uns que já têm mais de um mês, e considerando que deveriam ter sido respondidos num espaço razoável, esse espaço razoável de tempo estará a ser ligeiramente ultrapassado. -----

O Vereador Rui Pereira já elencou uma das situações, cujos esclarecimentos foram requeridos pelos membros da CDU, nomeadamente o ponto de situação do parque de estacionamento da estação, mas elenca mais um ou outro, como o balanço dos orçamentos participativos, que obras já foram concluídas, quais os custos destas obras e índices de participação. -----

Aguardam ainda o memorando sobre o lote 1 do bairro dos Avieiros de Alhandra, aguardam esclarecimentos sobre despesas realizadas ao abrigo da dispensa do parecer prévio vinculativo apresentadas na reunião de câmara de 27 de dezembro, bem como resposta sobre as eventuais descargas ilegais no rio Crós-Cós, assim como o incumprimento de pagamento aos trabalhadores do Porto de Areia. -----

Há várias questões sobre a EN10, nomeadamente qual a evolução do projeto de requalificação que cada vez mais urge implementar, sendo que esta estrada é hoje, em muitos dos troços, percorrida a pé, de dia e de noite, por muitos peões, e com perigo, pois não tem efetivamente as condições adequadas, quer ao nível dos passeios, quer ao nível de iluminação pública para estes trajetos. No entanto, as pessoas sentem necessidade de os fazer, e é a essa necessidade que se tem de atender.-----

Inclusivamente há alguns troços, um que apareceu noticiado há pouco tempo, entre a Verdelha e Alverca, outros entre Alverca e o Sobralinho, onde também existem várias questões relativamente ao impacto do empreendimento logístico que está a ser construído, e outras que têm a ver com compromissos de duplicação e de rotunda, no ambiente do empreendimento da Norcentro. Portanto, em relação a esta estrada têm várias questões. Sobre umas efetuaram requerimentos, e outras acrescentam agora, nomeadamente no que diz respeito a Alhandra, onde também há um troço entre o Campo do Hortinha e a entrada da vila, a necessitar



de condições para os peões. -----

Além disto tinham ainda um requerimento sobre os terrenos onde se realizaram as obras do parque ribeirinho, no sentido de saberem se reverteram ou não para o município, com que encargos, e como é que integram os bens patrimoniais do município, como é que tudo foi gerido, e até que ponto o custo/benefício se poderá enquadrar. -----

Também, em relação ao protocolo com José Maria Duarte Júnior, consideraram muito estranho por que é que o Sr. Presidente não entrega a lista das ações judiciais em curso, e daí o requerimento, no sentido de procurarem esclarecimento. Depois, há o ponto de situação dos grandes projetos licenciados na Previdente, Tertir, Nestlé, das Areias, se já caducaram ou não. Houve ali uma grande expectativa, houve alguns casos em que os usos dos solos foi alterado, e preocupa-os o desaparecimento de áreas industriais no concelho, porque são essas que favorecem realmente o emprego que tanto é necessário. -----

Depois, gostariam de saber qual o ponto de situação relativamente ao monumento da Praça da Jorna, e à informação que deveria constar para o enquadrar devidamente. -----

Além disso acrescenta uma questão sobre as obras elaboradas pela Brisa na autoestrada, junto ao nó dos Caniços, no sentido de saberem se estas obras contemplam ou preveem o possível futuro alargamento para a construção do nó dos Caniços. -----

A outra questão mais premente para todos os utilizadores a curto prazo é saber quando terminam afinal as obras, uma vez que prejudicam a rotina diária de todos. Crê que estas questões todas, que são já bastantes, irão ter tendência a avolumar-se, e teme que, não sendo prestados estes esclarecimentos, estar-se-á a condicionar toda a participação dos membros da CDU, a bem do concelho, que querem que seja efetiva e favorecida. -----

Portanto, aguardam, com a brevidade possível, as respostas a todos estes requerimentos e a outras questões que entretanto surgem sempre. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro referiu-se a uma série de requerimentos, a câmara municipal tem respondido a bastantes, e ainda ontem assinou várias respostas. -----



Reunião de 2014/02/19

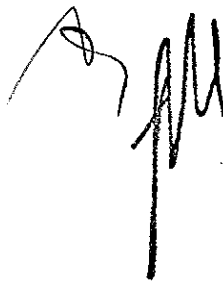
Deliberação nº _____

Quanto à Praça da Jorna, é uma matéria que o serviço de museus está a analisar, no sentido de que a placa seja o mais fiel, e também tendo em consideração o registo que o Sr. Vereador Aurélio Marques colocou. -----



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

OFERTA DE EQUIPAMENTOS COLETIVOS – PATRIMÓNIO DA CIMPOR - ALHANDRA -----

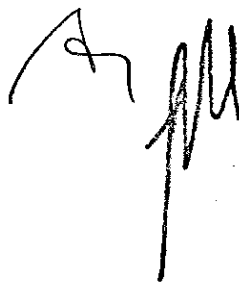
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU estavam na expectativa que o Sr. Presidente pudesse fazer hoje algum balanço sobre a reunião que supostamente haveria de realizar com a administração da Cimpor. -----

A preocupação que têm não é saber se a utilização futura de todo o património habitacional, cultural, desportivo e social dessa empresa reverte a favor desta ou daquela instituição, mas saber se a câmara municipal está a fazer uma discussão suficientemente alargada, que permita corrigir discrepâncias em termos da oferta de equipamentos coletivos na freguesia de Alhandra e no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Portanto, perguntam, de uma forma muito direta, se a câmara municipal tomou em linha de conta as recomendações da CDU, no sentido de envolver o executivo da Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, para se perceber o que os representantes autárquicos locais pensam sobre a matéria, e se, ao mesmo tempo, diligenciou junto de outras instituições na freguesia, no sentido de potenciarem uma eventual utilização comum, ou suficientemente inteligente de todo aquele conjunto de equipamentos. -----

Já agora, informa que, a ser verdade esta transferência de património, a câmara municipal deverá utilizá-lo prioritariamente para colmatar hoje necessidades há muito identificadas, falando, particularmente, das questões relevantes que se prendem com o futuro, ou não futuro, neste caso, do atual Campo do Hortinha, do Alhandra Sporting Club. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo registam com agrado a disponibilidade da Cimpor em arranjar uma solução para o seu parque desportivo que, embora todos saibam, nomeadamente as pessoas mais ligadas a Alhandra, tem sido utilizado por várias pessoas de Alhandra, e não só trabalhadores da Cimpor. Sempre houve muita dificuldade, ou pelo menos a própria Cimpor nunca aceitou disponibilizá-lo e "negociá-lo", a favor de algumas coletividades de Alhandra, porque pertencia ao clube, e havia uma certa impossibilidade ou pelo menos dificuldade de relacionamento entre a administração da Cimpor e o clube. -----



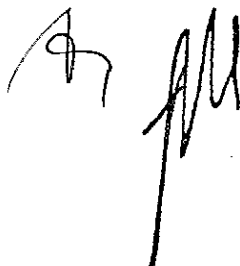
Independentemente para quem seja, e atendendo a que os recursos agora são cada vez menos, interessa que seja encontrada uma solução consensual entre as coletividades de Alhandra, umas mais vocacionadas para a exploração daquele património, e outras que também precisam de o utilizar, pelo menos daquelas que estão mais ligadas a atividades desportivas, para a utilização das instalações de propriedade da Cimpor. -----

Espera que se possa encontrar uma solução rápida, porque são urgentes algumas decisões rápidas, para que a atividade desportiva possa ser realmente dedicada e aproveitada por toda uma camada de jovens que, neste momento, a exerce com muitas dificuldades, e cada vez mais é afastada da sua utilização, pelo facto das instalações não oferecerem condições para isso. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que neste momento não é possível fazer mais iniciativa nenhuma enquanto a câmara municipal não souber de viva voz, numa reunião que já esteve marcada e depois foi desmarcada, que agora vai ser remarcada, o que é que a Cimpor pretende. -----

Obviamente que não lhe parece que a Cimpor vá tomar nenhuma decisão definitiva enquanto não falar com a câmara municipal. Sobre esta matéria o executivo tem a convicção de que aquelas instalações devem ser disponibilizadas à população de uma forma muito alargada em termos de reflexão, sobre a melhor forma de rentabilizar as instalações. -----

De qualquer modo a Cimpor ainda não disse claramente o que quer, e só quando o disser é que se poderá transmitir à câmara municipal. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

QUESTÕES RELATIVAS AO ALHANDRA SPORTING CLUB – LEILÃO DA CIMIANTO -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que os membros da CDU tiveram conhecimento que se desenvolveu um leilão, e como havia o compromisso político da câmara municipal, de tudo fazer para adquirir os terrenos sobranceiros duma extinta ou antiga unidade industrial, perguntam se a autarquia participou nesse processo. Se participou, qual foi o resultado a que chegou, no sentido de obter os terrenos que estavam apalavrados, ou pelo menos comprometidos do ponto de vista da intenção, para reverterem para utilização desportiva do Alhandra Sporting Club. -----

Porque fala deste clube, perguntam se a solução provisória que o executivo municipal encontrou, no final do mandato anterior, de utilização de um subsídio para a sustentabilidade financeira do Alhandra Sporting Club, se mantém, se há da parte da coletividade e da câmara municipal disponibilidades para manter esse mesmo subsídio extraordinário, ou se há uma outra solução para a manutenção e viabilidade deste equipamento coletivo, que fundamentalmente faz falta à prática e desenvolvimentos desportivos do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo, quanto ao leilão, que não interessava à câmara municipal comprar a fábrica toda, e o leilão foi no âmbito da venda das instalações da Cimianto no seu todo, e não só do terreno que era necessário para construir o novo campo. -----

Por isso, a autarquia não estava disponível. A única coisa para que a câmara municipal está disponível, e de acordo com o compromisso que assumiu, é para a compra do terreno para o efeito. Como não houve nenhum destaque, nem houve possibilidade de haver destaque, porque não houve, através disso, disponibilidade dos credores, aquilo que foi a leilão foram as instalações no seu todo, e a autarquia não ia fazer nenhuma iniciativa. -----

Relativamente ao subsídio da piscina, esta é uma matéria com que se tem de ter cuidado, porque há muitos clubes que também precisavam de ter subsídios, não é só o Alhandra Sporting Club. Portanto, sobre esta matéria tem que se ter algum cuidado, alguma equidade, porque dificuldades não há, que conheça, nenhum clube que não tenha. -----



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

[Signature]

Não se deve estar só a apoiar em termos de subsídio, para esses subsídios depois se desvanecerem rapidamente, e pensa que o que é importante é ter um plano de reestruturação do próprio clube, e nesse sentido então poder avançar-se, julgando que é possível fazer.-----

2/2



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
BALNEÁRIOS PÚBLICOS EM ALHANDRA-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU tiveram conhecimento que a Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, se dirigiu à câmara municipal, no sentido de lhe fazer uma grande apelo, para que se tomem medidas rapidamente para a reparação de instalações municipais, vulgarmente conhecidas como os balneários públicos em Alhandra.-----

É nessas instalações que funcionam equipamentos vitais para a junta de freguesia, como é o caso dos vestiários, das oficinas e do local de refeições para os trabalhadores dessa autarquia de freguesia. Contudo, sabem que a junta de freguesia, apesar das diligências junto do atual executivo, pouco ou nada se debruçou ou avaliou no sentido de se tomarem medidas para a imediata e inadiável reparação deste equipamento. -----

Inclusivamente, por aquilo que sabem, a junta de freguesia até apresentou algumas soluções, do ponto de vista daquela que poderia ser uma otimização coletiva, em nome da qualificação do serviço público prestado às suas populações.

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que esta é uma matéria que a câmara municipal tem em cima da mesa, para ver com a Junta de Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
OBRA NA RUA DAS URZES - BAIRRO DA CHABITAL - ALHANDRA-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, reportando-se às obras ou a alguns problemas do Bairro da Chabital, referindo que os membros da CDU já chamaram à atenção para a situação de uma obra que teve licenciamento camarário, na rua das Urzes, em Alhandra, no bairro, onde supostamente deveria ter sido terminado um prédio de habitação coletiva.-----
Entretanto, desde 2012 até esta data, a construção desse prédio não continuou, constata-se o abandono de uma grua, de vários materiais de obras, para além de toda a desqualificação que a situação gera nesta zona bastante habitada. -----
Portanto, perguntam à câmara municipal se conhece as razões do abandono desta obra, que se encontra inacabada, que medidas tomou no sentido de se apurarem responsabilidades, e que medidas pensa tomar no sentido de proteger pessoas e bens, tendo em conta o carácter de degradação que o local de abandono dessa obra acarretou para a urbanização no seu todo. -----
Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que no Bairro da Chabital há, de facto, uma questão que a câmara municipal tem que resolver, pois estão lá não só um prédio, mas vários prédios por acabar.-----



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

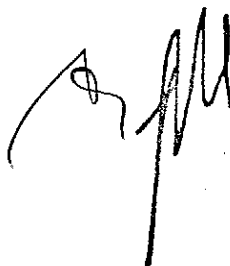
Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA CRUZ DE PAU -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, falando da urbanização da Quinta da Cruz de Pau, dizendo que os membros da CDU gostariam de saber, não obstante o compromisso do anterior executivo municipal, como é que se fica em relação ao reperfilamento ou resolução dos problemas graves de entradas e saídas para esta recente urbanização do concelho, no que diz respeito à reparação das suas anomalias muito graves, que põem sistematicamente em perigo todos aqueles que nela entram ou saem, quer viária, quer pedonalmente. -----

Perguntam o que é que a câmara municipal fez para garantir a segurança e comodidade rodoviária para as entradas e saídas desta urbanização. -----

Já agora, em termos de receção e garantias de obras de urbanização, perguntam a quem caberá a responsabilidade de aplicação da última camada de alcatrão nos arruamentos, tendo presente já o desgaste que apresentam, e são particularmente visíveis para todos os que utilizam ou visitam esta urbanização.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o acesso à urbanização da Cruz de Pau é uma matéria em que urge encontrar uma solução, bem assim como a camada de desgaste. Há vias que já têm a segunda camada de desgaste, mas há outras que não têm. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

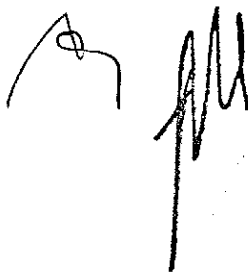
PROTOCOLO COM A CIMPOR - SALDO PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ALHANDRA--

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU estavam na expectativa que o Sr. Presidente os informasse em relação à utilização do saldo a favor da Junta de Freguesia de Alhandra, ao abrigo do protocolo da Cimpopor. De facto, a ser verdade a informação que lhes chegou, que houve um desvio não consentido da parte do executivo municipal em relação à utilização desse saldo, que foi utilizado para a compra de arranjos florais, perguntam se a questão já foi suficientemente aprofundada pelo Partido Socialista, e se a câmara municipal está em condições de honrar com o seu compromisso, de descentralizar essa verba que faz falta à freguesia, que ronda os cerca de 12 000,00€. -----

Como último apontamento, a obra, apesar de ter tido direito a sucessivas inaugurações, muitos comentários, muitos arranjos e custos significativos do ponto de vista do seu floreado, pela informação que têm já tem problemas de drenagem, que importava serem corrigidos ou avaliados.-----

A informação que têm é que todas as vezes que chove o sistema de drenagem não funciona, e há grandes acumulações de água pluvial em alguns troços da avenida Dr. Sousa Martins. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, pedindo que sobre esta matéria do saldo a favor da junta de freguesia se faça a discussão mais à frente, na medida em que exige um pouco mais de tempo para se conversar. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

OBRAS NO TALUDE DA A1 – NÓ DE ACESSO AOS CANIÇOS - VIALONGA -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo, em relação às obras da Brisa, que os membros da CDU já perceberam que empiricamente pode estar criado um obstáculo, que é o de, quando se tomar a decisão política e houver opção do Governo para o alargamento do talude para a construção do nó dos Caniços, a obra que está em curso ter de ser parcialmente destruída. -----

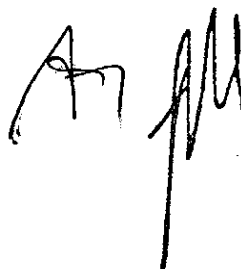
Gostariam de ficar tranquilos sobre a matéria, e de saber se a câmara municipal dispõe ou não, efetivamente, de informação que permita assegurar ou concluir que toda e qualquer intervenção de alargamento do talude não porá em causa a obra, ou seja, se a obra que está em causa já hoje prevê a construção do nó de acesso aos Caniços. -----

Por outro lado, gostariam de saber quando é que termina esta obra, tendo presentes os graves constrangimentos na fluidez do trânsito, que diariamente acontecem no local? -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que a informação que a câmara municipal tem relativamente ao nó dos Caniços é que as obras que foram feitas não inviabilizam o futuro nó, e estas obras eram absolutamente imprescindíveis, porque aquele troço da A1 estava com problemas muito difíceis em termos de estabilidade. -----

Portanto, as obras tinham que ser feitas, embora as dificuldades que diariamente acarretam, e seria muito mais difícil não fazer as obras do que ter a A1 interrompida durante muito tempo. -----

A informação que a câmara municipal tem é que a obra terminará em finais de março, o que quer dizer é que a obra que foi feita, também pela informação que tem, e da análise técnica que foi feita, é que não inviabiliza uma possibilidade futura de se fazer um novo túnel, não o alargamento, mas um segundo túnel ao lado do que existe hoje. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DAS INFRAESTRUTURAS DE ELEVADO VALOR
ACRESCENTADO-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, começando por fazer referência a um grupo de trabalho que foi constituído a pedido do Governo, que é o grupo de trabalho para as infraestruturas de elevado valor acrescentado, que identificou um conjunto de intervenções no país, nos vários setores, sejam eles dos portos ferroviários, rodoviários, são quatro ou cinco pontos, e um deles, que é o rodoviário, tem um conjunto de obras a serem realizadas no país de elevada probabilidade. -----

Após consultar esse documento, verificou que há pelo menos uma obra que está no concelho, e essa obra é a do nó dos Caniços, que é referida “Nó dos Caniços no IP1 - Vila Franca de Xira”, com uma estimativa de investimento de 5 000 000,00€, e um tráfego de 8 000 veículos/dia. -----

Diz este grupo que efetivamente é uma prioridade, porque a zona tem dificuldades de acessibilidades, neste caso toda aquela zona da Póvoa de Santa Iria, Forte da Casa e Vialonga, que acede à autoestrada pelo nó de Santa Iria de Azóia, que não está, nem nunca esteve, preparado para toda aquela massa de população que acede todos os dias à A1. -----

Portanto, os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de saber o que a câmara municipal pensa fazer face a esta avaliação que o Governo tem, e se tem a mesma disponibilidade que manifestou ter sempre face ao investimento que fez em Vila Franca de Xira, no nó 2, e a disponibilidade que sempre demonstrou para fazer face a alguns investimentos, quer no nó dos Caniços, quer no nó entre Alverca e Sobralinho, o nó do Sobralinho, que eventualmente seria necessário. -----

Pensa que a câmara municipal tem a obrigação de acompanhar, de uma forma próxima, esta intenção, e tentar, de uma vez por todas, resolver um problema que é de todo este sul do concelho, que todos os dias tem que aceder ou que se deslocar para fora do concelho, ou pela EN10, ou pelo nó, quer de manhã, quer à noite, suficientemente saturado, que é o de Santa Iria de Azóia. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que este grupo de trabalho é uma boa iniciativa, que a câmara municipal vai acompanhar, e naturalmente vai estar expectante, dentro do quadro daquilo que tem sido a sua postura, de também



[Handwritten signature]

Deliberação nº _____

poder contribuir e ajudar a encontrar soluções. -----
É isso que se vai fazer, foi sempre isso que fez, e vai manter. Não é agora que, de facto, vai mudar de postura, porque a sua obrigação, como a dos contratos-programa que tem estabelecido, é exactamente encontrar soluções para pôr à disposição da população determinados serviços que são absolutamente necessários. E se a câmara municipal apoiar, naturalmente que essas situações podem acontecer mais depressa. -----



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

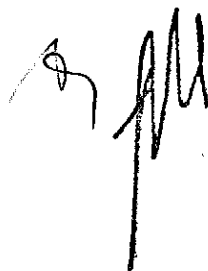
LANGADA CULTURAL -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando à câmara municipal o ponto de situação da existência da langada Cultural. -----

A Jangada Cultural tem pouco mais de 3, 4 anos, que foi a sua construção e aquisição pela câmara municipal, num investimento que rondará, com certeza, mais de 240 000,00€, que tinha, cada vez que era necessário entrar ao serviço, um custo de cerca de 2, 3 ou 4 mil euros. -----

Portanto, considerando neste investimento versus o orçamento que é previsto na cultura anualmente em Vila Franca de Xira, gostaria de saber qual é o balanço que a câmara municipal faz em relação a este magnífico investimento, e magnífica decisão que a mesma tomou em determinado momento. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que a jangada foi feita numa determinada perspectiva cultural, de descentralização ao longo do rio, mas infelizmente, como se sabe, tinha uma série de motores para fazer esse percurso fluvial, e esses motores desapareceram, fruto de um furto em que a polícia ainda não conseguiu dar nenhuma informação objetiva, relativa do paradeiro dos mesmos.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PARQUE HABITACIONAL DO CONCELHO-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se ao parque habitacional do concelho, da responsabilidade e propriedade do município. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo foram surpreendidos por uma informação, que a câmara municipal tem habitações disponíveis, que aparentemente não pode ceder a centenas de famílias que necessitam, porque essas habitações estão em mau estado, estimando-se que serão necessários mais de 2 milhões de euros para reparar essas habitações.-----

Perguntam por que é que nunca foram informados, ao longo destes anos, do estado da habitação social do concelho de Vila Franca de Xira, até porque a informação que vinha regularmente à câmara municipal era que havia, sim, famílias que necessitavam de habitação, mas que a autarquia não tinha habitação disponível. Não disse nunca que havia problemas com a habitação, e se os havia por que é que se deixou chegar a habitação social a este estado.-----

Quais foram os relatórios produzidos por técnicos do município e outros, que demonstravam que nas câmaras o dinheiro de todos estava a ser mal utilizado?-----

Gostavam de saber quem é que leva a este estado de situação, porque uma coisa é uma família ter necessidade, e manda a sociedade em que se vive e a solidariedade que é necessária existir, que a sociedade suporte, e bem, aquilo que alguns infelizmente não têm condições de pagar. Outra coisa é suportar esta obrigação que é da sociedade, uma sociedade que se quer justa e solidária, e além disto suportar a destruição do património público.-----

Com isso não está de acordo, não está de acordo que o dinheiro público suporte destruição de património público, e aí gostava de saber onde estão os relatórios que suportem esta situação, destruição de casas, destruição de património público, que agora leva a que o dinheiro de todos sirva para investir 2, 3 ou 4 milhões de euros para recuperar habitação para, aí sim, se colocar à disposição daqueles que mais necessitam, em que estão totalmente de acordo, face a esta situação, que esperam se resolva rapidamente.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma matéria que se tem de analisar, e aquilo que pode dizer é que a câmara municipal está a tentar encontrar



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 043

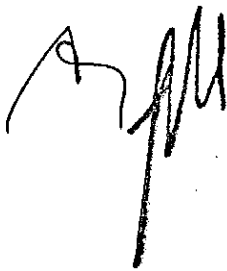
Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

soluções para disponibilizar estas habitações, numa proposta que se poderá vir a trazer a reunião. -----

Gostaria depois de aprofundar a matéria mais densa, e não quer agora em 2 segundos estar a responder a uma coisa que exige uma reflexão mais aprofundada. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PROTOCOLO COM JOSÉ MARIA DUARTE JÚNIOR – SILO AUTOMÓVEL -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que gostaria de levantar uma dúvida face a um requerimento que os membros da Coligação Novo Rumo solicitaram, e que entretanto lhes foi respondido, que tem a ver com o silo automóvel na Póvoa de Santa Iria. -----

A câmara municipal respondeu, e diz que a dívida da empresa José Maria Duarte Júnior é de 1 600 000,00€, acrescido de juros à taxa de 4% ao ano, e até aí nada têm a dizer, só têm que concordar que vem na sequência do que têm afirmado e reclamado ao longo destes anos. -----

Aparentemente existe um acordo, de que são informados agora, que nunca veio a reunião de câmara para darem o aval e analisarem, em que é afirmado e escrito que dessa venda, e supõe que de cada garagem que é vendida, 17% serve para amortizar a dívida que existe. Até aqui, como não tem a verdadeira noção do número de garagens, também não pode dizer que não está de acordo. -----

Contudo, onde começa a ficar preocupado é quando a própria câmara municipal assume que, com base neste acordo, o que vão pagar não chega para amortizar a dívida, e que a autarquia coloca em questão interpor ações judiciais contra a empresa. Nesta situação os membros da Coligação Novo Rumo já têm uma dúvida muito clara, não podem fazer um acordo que sabem, à partida, que não vai ser suficiente para liquidar. Se não o vai ser, pergunta por que é que se permite que a entidade em questão possa vender as garagens, tal como o faz neste momento. ----

Por que é que a câmara municipal não lança um ónus sobre as garagens, que cada vez que uma determinada entidade compra à outra uma garagem, uma parte desse dinheiro, e não é 17%, tem que ser o suficiente para pagar a dívida, vem imediatamente transferida à conta da câmara municipal. -----

Não está dito em lado nenhum que, cada vez que há uma venda, o dinheiro vem automaticamente à autarquia, sendo que, com o devido respeito e eventualmente o devido exagero, não conhece nenhum acordo que tenha sido feito com o Sr. José Maria Duarte Júnior, já falecido, ou com quem o representa, ou com a empresa que o represente, que tenha sido cumprido na íntegra. -----

Como não conhece, como é que pode acreditar que o dinheiro que entra na conta



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

de uma determinada empresa vai entrar lá e vão sair 17% para pagar à câmara municipal? Não consegue entender. Portanto, gostava que o órgão fosse responsabilizado, e que todos os presentes fossem responsabilizados perante um acordo, porque a última coisa de que gostaria, daqui a um ano ou dois, era vir dizer: “pois realmente pagaram-nos 50% ou 60%, mas agora vamos ter que se gastar mais uns milhares de euros para ir à procura do dinheiro. Mas como entretanto os senhores já não têm nada, nós não recebemos o dinheiro”. -----

Assim, mais uma vez os contribuintes são chamados a suportar as fortunas de alguns, e não estão de acordo com isto. Não podem estar de acordo, e gostariam que este acordo, se existe, seja trazido à reunião de câmara, com a verdadeira e real avaliação financeira, para que todos se possam pronunciar. -----

Numa primeira análise, e não querendo ser injusto, este acordo é um mau acordo para a câmara municipal, e lesa o património público municipal, do ponto de vista da sua bancada, e deveria ser alvo de uma avaliação rápida e urgente, para depois não virem dizer que não sabiam do que se passava, e sabem claramente o que se passa.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que há um princípio de acordo quanto ao silo, não há um acordo efetivo, e por isso, quando o Sr. Vereador diz que não conhece, também não o poderia conhecer, na medida em que ainda não veio, como deverá vir, à câmara municipal.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata* 046

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

FALTA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ZONA RIBEIRINHA - PÓVOA DE SANTA IRIA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que gostaria de chamar a atenção para a situação da zona ribeirinha, na Póvoa de Santa Iria, a falta de iluminação e o problema do acesso à praia dos pescadores. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo não conseguem perceber qual a razão do problema de falta de iluminação, pelo que parece há um problema de dimensionamento, e o problema do acesso, por causa da estrada ser em terra batida, no inverno ter lama, e no verão pó.-----

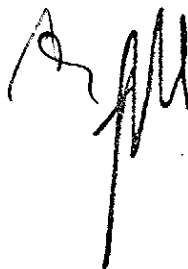
Não se pode dizer que seja nada de imponderável, toda a gente que faz obras há vários anos sabe que ia ser assim, e aliás sempre foi, mesmo desde o tempo em que lá existia areia, que se ia buscar a areia, ou existia toda aquela zona das embarcações ou da Eurofil. Sempre foi assim, e ninguém é apanhado desprecebido nesta situação. -----

Gostariam de saber o que se propõe e o que se vai fazer, efetivamente, face à questão do dimensionamento da iluminação, e se mais uma vez é o município que vai suportar os custos, ou se eventualmente será quem dimensionou mal. A lei é clara nesse aspeto, não há questão nenhuma, lateralmente, em relação a isto.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que na sua opinião há um dimensionamento insuficiente relativamente às questões da iluminação. É a convicção que tem. -----

Naturalmente que aquilo que se tem de fazer é encontrar soluções, e depois encontrar também formas de se ser ressarcido, eventualmente. Fala do que lhe parece, não está a dar uma informação taxativa, porque essa matéria depois tem que ser muito bem aprofundada.-----

De qualquer modo há duas matérias que se têm de resolver. Uma é melhorar a iluminação, outra é também encontrar uma solução ao acesso à praia dos pescadores, porque, como se sabe, pretendia-se naturalizar toda aquela zona, mas há situações de naturalização que não se compadecem com pó e lama, e portanto tem que se encontrar uma solução de pavimentação da estrada. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO MERCADO DE LEVANTE - PÓVOA DE SANTA IRIA

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo-se ao parque de estacionamento do mercado de levante, na Póvoa de Santa Iria, dizendo que por uma questão de serem rigorosos, os membros da Coligação Novo Rumo levantaram esta questão numa reunião de câmara, a propósito da receção provisória daquelas obras, e mostraram a disponibilidade de receber o parque de estacionamento, porque não apresenta nenhum problema. -----

O Sr. Presidente ameaçou fechar o parque, foi o que foi dito na reunião de câmara, disse que fecharia o parque de estacionamento, porque, ao não se receber a obra, implicava que a obra não podia ser utilizada. -----

Até aqui estão de acordo, mas disseram nessa reunião que poderiam receber, a exemplo do que se faz noutras obras, receções parciais que façam sentido, não as que não façam sentido, e receções parciais que façam sentido, como o caso do parque de estacionamento, que inviabilizava o assunto. Inviabilizava, no sentido de viabilizar a abertura do parque de estacionamento. -----

Neste sentido, qual não é o seu espanto agora que o Sr. Presidente vem dizer que está disponível para contrariar a decisão, e manter o parque de estacionamento aberto. Não é assim, o que deveria ter feito era estar disponível para receber a obra, em partes, e manter o parque de estacionamento aberto. -----

Têm que ser rigorosos, porque disseram isto, o Partido Socialista não quis saber, e a CDU, neste caso, ignorou o assunto. Efetivamente foi o que se passou, e é bom que todos tenham consciência de que quando se tomam determinadas decisões elas são efetivamente para cumprir. Não é depois, porque há a pressão de "x" e "y", que se vem dizer "vamos contrariar". Não é assim, vão-se é fazer as coisas devidamente, para que as pessoas consigam usufruir de um parque de estacionamento que faz, efetivamente, muita falta. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo, sobre esta questão da receção parcial, que haverá alguma má interpretação daquilo que o próprio referiu, e que depois veio na comunicação social. -----

Não é que a comunicação social não tenha dito fielmente o que se passou, e não se vai refugiar em que está fora do contexto, pois não é nada disso. Quando não se



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

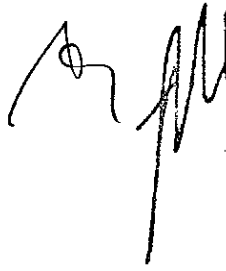
Fl. Ata ¹ 048

Reunião de 2014/02/19

Proc^o _____

Deliberação n^o _____

tem resposta calha sempre bem, mas não é isso, é que efetivamente houve uma discussão, transmitiu uma preocupação real, mas ir-se-á depois aprofundar. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
PRACETA FLORBELA ESPANCA E RUA GIL VICENTE - BOM RETIRO – VILA FRANCA DE
XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Vitor Silva, cumprimentando os presentes e, embora já tarde, sendo a primeira oportunidade que tem este ano, desejar a todos um bom ano de 2014. -----

Como se está no Bom Retiro, uma zona de Vila Franca de Xira, gostaria de falar em duas localizações, a praça Florbela Espanca e a rua Gil Vicente, no que respeita a pequenas correções que seriam úteis fazer, para o conforto da população que aí vive. -----

Na praça Florbela Espanca falta a marcação de estacionamento, e no parque infantil o piso é em gravilha, o que não é higiénico devido aos animais o utilizarem como “wc”, por falta de civismo dos moradores, e que é um risco para as crianças. Na rua Gil Vicente o passeio tem 3 metros de largura, onde antigamente se estacionava em cima, e certamente erradamente. Foram colocados pilaretes, impossibilitando o estacionamento, que é deficitário no Bom Retiro, e considera que talvez existisse a possibilidade de reduzir o passeio e criar estacionamento, em parte, também nesse espaço. -----

Estas eram as situações que pensa que, sem grandes custos, a câmara municipal poderia ajudar a resolver, que não são corretas, e que em certa medida ajudavam ao conforto dos habitantes que aí moram. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador Vítor Silva colocou questões relativas a alguma falta de estacionamento e marcação do mesmo, e são matérias que se vão analisar. -----



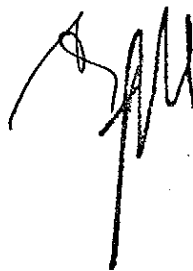
[Handwritten signature]

Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que esta questão está a ser acompanhada.-----

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
QUESTÕES RELATIVAS À ORDEM DO DIA -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que, como já disse, se sobrar tempo, e já passou algum para além do previsto, voltar-se-á a alguns temas que os Srs. Vereadores tenham colocado, e talvez não tivessem sido suficientemente bem respondidos.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Sr. Presidente é quem dirige as reuniões, e não lhe está a querer retirar competências sobre essa matéria, mas pensa que, uma vez mais, é a democracia e a discussão participada deste órgão que ficam prejudicadas, se insiste com a teimosia de remeter para o final da reunião, caso haja tempo, respostas e explicações que só cabem ao Partido Socialista. -----

De qualquer forma é uma atitude que não fica bem ao Sr. Presidente, e os membros da CDU não se cansarão de repetir isto até à exaustão. -----

Respondeu o Sr. Presidente que está registado, que há um fado que diz “até que a voz me doa”, e o Sr. Vereador Nuno Libório pode dizer o que bem quiser sobre esta matéria, mas quem dirige a reunião de câmara é o próprio. Aceita os reparos, mas não concorda com eles. -----

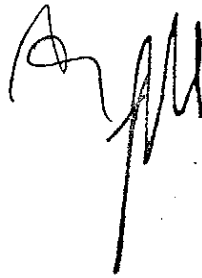
Interrompeu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Sr. Presidente não concorda porque o Partido Socialista está “enrascado” com a dimensão das questões do seu “falhanço” político e pouco comprometido com a gestão deste município, e esse é que é o problema. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que fica bem ao Sr. Vereador Nuno Libório dizer isso, é o que lhe compete dizer, mas não é nada disso que corresponde à realidade, e irá então dar início à ordem do dia. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio novamente, recomendando ao Sr. Presidente que tome em muita linha de conta esta preocupação dos membros da CDU, que deveria ser também uma preocupação do Sr. Presidente. -----

Respondeu o Sr. Presidente que toma em linha de conta tudo, não tem é que aceitar tudo. Portanto, passará à ordem do dia.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório não lhe deve dar lições de democracia, pois tem um longo passado à volta desta matéria, e tem um historial desde o 25 de Abril, e até antes dele. -----



Portanto, é preciso cuidado com as lições de democracia, porque a sua conduta, só porque num determinado aspeto não vai ao encontro do que diz o Sr. Vereador Nuno Libório, não põe em causa a sua posição democrática.-----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que o Sr. Presidente não responde às questões, pura e simplesmente, e isso é uma estratégia. -----

O Sr. Presidente interveio, afirmando que responde, não tem é que responder no momento. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Sr. Presidente não quer responder, e deliberadamente faz por não respeitar a oposição. É isso que está a acontecer, e o Sr. Presidente acabou agora de desrespeitar a oposição. Quem não pensa como o Sr. Presidente, está contra ele, o que está errado.-----

Respondeu o Sr. Presidente que tem todo o respeito, não pode é estar cerca de 4 ou 5 horas no período antes da ordem do dia.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo para o Sr. Presidente não se preocupar, pois os membros da CDU voltarão, novamente, a colocar as mesmas questões, até que haja respostas por parte do Sr. Presidente.-----

Reafirmou o Sr. Presidente que, como já disse, se se for célere na discussão dos pontos que estão na ordem do dia há todas as condições para se voltar aos temas, e portanto não está a ver qual é o problema. -----


Perguntou o Sr. Vereador Nuno Libório se o Sr. Presidente lhe está a pedir que agora seja rápido e despachado, para que haja um “bocadinho” de tempo para dar oportunidade ao Sr. Presidente de responder, pois isso era o que faltava agora. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador Nuno Libório fará o que quiser, bem como a sua bancada.-----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, solicitando ao Sr. Presidente para rever a sua postura e a postura do seu partido, que era o melhor.-----

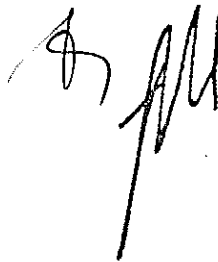
Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que se entrará de seguida na ordem do dia. Há pedidos de intervenção nos pontos 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 26, 28, 32, 34, 35, 36, 39 e 44. -----

Foram estes os pontos em que tanto uma bancada como outra manifestaram interesse em intervir, considerando-se que os restantes pontos estão aprovados por unanimidade.-----



Deliberação nº **071**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata da reunião de câmara de 2014/02/05.--



Assunto: MOÇÃO – EM DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO E DO SETOR PÚBLICO DOS RESÍDUOS URBANOS: REPRIVATIZAÇÃO DA EGF E PRIVATIZAÇÃO DA VALORSUL -----

Presente moção proposta pelo Sr. Presidente, datada de 2014/02/19, intitulada “em defesa do interesse público e do setor público dos resíduos urbanos: reprivatização da EGF e privatização da Valorsul”, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

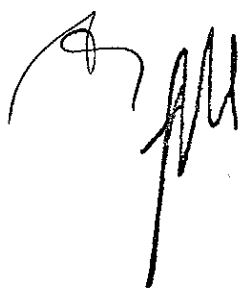
Interveio o Sr. Presidente, referindo que não vai ler a moção, que é extensa, mas fará alguns considerandos e retirará algumas questões que nela constam, de uma matéria que muito preocupa, não só o concelho, mas os municípios que estão neste sistema, que tem a ver com a Valorsul. -----

Terminou, dizendo que se os Srs. Vereadores entenderem que não há condições para se votar a moção hoje, ela poderá transitar para a próxima reunião, no entanto, coloca isso à consideração no período de reflexão sobre a mesma, passando de seguida a palavra à CDU. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que há todas as condições, há urgência nessa tomada de posição, e ela representa um sentimento maioritário desta câmara municipal desde há muito assumido por este e anterior órgão municipal sobre a matéria, que se prende com a perspetiva de privatização da Valorsul. -----

Recorda a tomada de posição conjunta dos 19 municípios acionistas desta empresa de resíduos, no passado dia 7 de fevereiro, para a qual realizaram uma conferência de imprensa conjunta, assumindo claramente que estão contra este ruinoso processo. -----

É uma decisão que, a concretizar-se, prejudicará os municípios, que têm um investimento de muitos e um empenho inquestionável, e é uma situação que desde já começa a penalizar e a prejudicar as populações, porque, por detrás deste tipo de opção estará o aumento do tarifário a aplicar, com prejuízos para o ambiente e para o ambiente geral, tendo esta empresa, na opinião dos membros da CDU, um importante papel na área da intervenção ambiental. Só existe porque é o interesse público que a comanda, e não um qualquer outro interesse privado, o que está em cima da mesa, caso este negócio se concretize, é a privatização da água e os serviços de saneamento, sem se assegurar sequer a qualidade. -----



No entender que têm esta privatização, a acontecer, será um crime económico e a destruição gravíssima de um serviço público que muita falta faz às populações diretamente dependentes, como é o caso de Vila Franca de Xira. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo têm uma declaração, um conjunto de questões que gostariam de colocar, mas há informação que não têm, como se vai perceber pelo que vai dizer, pelo que eventualmente poderiam ter mais 15 dias para a câmara municipal ver alguns dos dados que terá, e eventualmente tentarem obter mais alguma informação no que diz respeito a esta possibilidade de privatização. -----

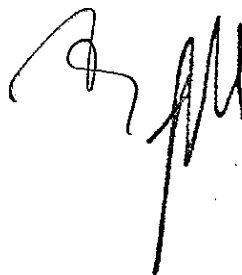
Assim sendo, gostariam de dizer que a forma como aparentemente está a ser pensada a privatização da EGF, na globalidade, pode ser considerada como contra o interesse público, pois apenas grandes empresas internacionais ou multinacionais terão capacidade para fazer a aquisição. -----

Os rendimentos ou os lucros provenientes desta aquisição, de futura exploração, eventualmente irão diretamente para fora do país, e a alternativa mais interessante poderia ser dividir a EGF em partes, dando essa possibilidade aos municípios, de poderem também investir nessa mesma aquisição e partilharem essa exploração, como lhes compete, como é o caso da Valorsul, ou então permitir que empresas nacionais de dimensão regional pudessem fazer e participar na privatização, e aí os rendimentos e o investimento ficariam nas regiões e nos municípios que estão efetivamente ligados a eles. -----

Se o processo de tratamento da Valorsul é sustentável, isso implica uma discussão mais longa, e uma análise mais correta e rigorosa. Quando se refere que o valor da tarifa da Valorsul é baixo, dever-se-ia considerar que a Tratolixo entrega na Valorsul combustível rejeitado pela triagem de recolha seletiva, com qualidade, e ainda paga por isso. -----

Outra questão é que o custo da recolha não aparece nunca refletido nas contas da Valorsul, pois a empresa não faz esta operação, fica do lado dos munícipes, portanto, obviamente, a tarifa da Valorsul é efetivamente mais baixa. -----

Qual é o custo unitário dos resíduos no concelho de Vila Franca de Xira, resíduos indiferenciados, recolha seletiva, resíduos dos jardins e zonas verdes e outros fluxos? -----



Fl. Livro _____

Fl. Ata 056

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

Alguém conhece verdadeiramente este custo? Esses custos deveriam ser somados à tarifa da Valorsul, pois só assim se pode, efetivamente, ter uma consciência correta de qual é a verdadeira tarifa que se está a pagar. Têm que se comparar batatas com batatas, não se pode comparar a batata com um fruto, ou outra espécie de tubérculo, pois pode-se chegar a uma conclusão não correta. -----

O aterro sanitário do Mato da Cruz, em teoria, estaria por meses, a Valorsul precisa de investir num novo, no Cadaval, eventualmente um investimento previsto de 70 milhões de euros, é impossível conseguir manter o valor da tarifa, e eventualmente privatizado pode ser ainda menos possível manter um determinado valor da tarifa.-

A EGF e estas empresas foram constituídas com fundos públicos, nacionais e comunitários, e a serem vendidas terá que ser acautelado o serviço público que prestam, e o cumprimento de indicadores de desempenho operacional e financeiro. Há ainda a questão constitucional incontornável, que são atributos das autarquias locais, o abastecimento, saneamento e recolha de resíduos. -----

Portanto, com base nisto os membros da Coligação Novo Rumo gostariam de tentar obter alguns dados, e alguns deles estão do lado da câmara municipal, no que respeita ao valor da tarifa. Há um valor que conhecem da Valorsul, e deveria somar-se a esse o valor que é o do lado do município, chegando-se a um valor correto, para depois fazerem afirmações corretas. -----

Desta forma, com estas dúvidas e com esta declaração, não estão efetivamente favoráveis a que se faça uma privatização pura e simples. Também não são completamente contra que se privatize tudo, não têm essa questão ideológica que “tudo deve ser do Estado”, mas também não têm aquilo que diz “não deve ser nada do Estado”. -----

Entendem que o setor privado e o setor público têm a sua presença, e devem ter, na sociedade, igualdade de critérios, e aí aqueles que são contra as privatizações deveriam estar disponíveis para que o setor público tivesse as mesmas condições para poder competir com o setor privado, e que se pudessem ter as mesmas oportunidades para dar os mesmos incentivos aos trabalhadores da administração pública que se dão, nalguns casos, aos trabalhadores do setor privado, não se podendo estar permanentemente contra todas as alterações. -----

Agora, efetivamente, se fosse possível gostariam de ter ou tentar ter acesso a mais



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 057

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

alguma informação, para depois, como consequência, poderem tomar uma posição consciente e correta, com toda a informação que se poderia vir a obter. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que irá tentar interpretar as posições, mas pode ser atrevimento seu. Aquilo que lhe é dado verificar é que todos, Coligação Novo Rumo, CDU e PS, estão imbuídos do mesmo espírito, de reprovar esta reprivatização da EGF e privatização da Valorsul, pelas razões que estão referidas na moção, mas também pelas questões que foram aduzidas.-----

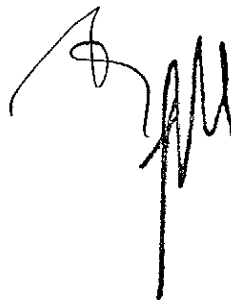
Independentemente de se encontrarem os dados que o Sr. Vereador Rui Rei aludiu, crê, sinceramente, que se poderá estar em condições de pôr a moção à votação, e só por uma razão, a situação está a evoluir de uma maneira muito célere, o Governo já manifestou a intenção de que este processo esteja resolvido muito rapidamente, e, portanto, todas as iniciativas que concorram para tentar encontrar soluções que venham ao encontro dos interesses dos municípios são necessárias e urgentes. -----

Quando diz isto, e quando o Sr. Vereador refere que se deverá estar aberto a outras possibilidades, não diz que não tenha razão e não concorde, mas há uma coisa que é fundamental, que neste processo os municípios tenham uma parte maioritária. -----

Relativamente à questão que o Sr. Vereador coloca das tarifas, numa situação de privatização, as autarquias deixam de ter controlo absoluto nessa matéria, e depois é aquela que o adquirente irá resolver. Não sabe quem está na calha com interesse, não sabe se será mais uma entidade chinesa ou seja o que for, mas o facto é que quando adquire alguma coisa é para ter lucro e não prejuízo. -----

Por seu lado, nas várias reuniões do conselho de administração da Valorsul os municípios têm tomado as posições de enquadramento necessário, que tenham em vista um sistema de qualidade, rentável, mas com tarifas ajustadas, para também a taxa ser adequada, e há receio e fundadas preocupações que com a privatização se deixe de ter esse controlo, pelo que julga que esta moção tem como fim ser mais uma possibilidade de demonstrar a quem está neste processo e tem capacidade de decisão, de encontrar outras soluções.-----

Depois, gostaria ainda de dizer, apesar da crise que se está a atravessar, que o ano de 2013 foi o ano em que a Valorsul mais resultados positivos teve, fruto daquilo



Fl. Livro _____

Fl. Ata 1 058

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

que o Sr. Vereador Rui Rei acabou de dizer, a Tratolixo, que está com um problema gravíssimo, mas isso não é chamado para a discussão, porque efetivamente tem um aterro incompleto, não está acabado, ainda é necessário terminá-lo. -----

Há ainda um aspeto que é público, foi analisada, no âmbito do Conselho Metropolitano de Lisboa, a possibilidade da Tratolixo poder também fundir-se com o sistema da Valorsul, com as autonomias que se ajustassem, e essa matéria não evoluiu, por razões absolutamente respeitáveis, sendo que a Tratolixo há de encontrar as soluções para os problemas graves que tem entre mãos. -----

Prosseguiu, dizendo que muitos dos resíduos da Tratolixo foram para a Valorsul, o que contribuiu, de algum modo, para que o resultado de 2013, desde que a Valorsul está a funcionar, fosse o mais positivo de sempre, o que quer dizer que continua a ter uma importância muito grande. -----

Relativamente ao aterro do Mato da Cruz, neste momento, está a servir única e simplesmente para acolher as cinzas que são resultado da queima da Valorsul, exceto situações excecionais, de paragem para manutenção da Valorsul, ou por algumas questões de caráter laboral, em que a Valorsul não está a funcionar. -----

Esta matéria, no que à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira respeita, é importante, na medida em que o aterro do Mato da Cruz está no seu território, e também se terá de ter uma atenção particular, no sentido de perceber, numa situação de privatização, como é que ficará a questão do aterro do Mato da Cruz. ---

Terminou, referindo, principalmente ao Sr. Vereador Rui Rei, que se vão tentar fazer chegar os pedidos de informação o mais depressa que se puder, na medida em que não sabe se todos os que o Sr. Vereador pediu estão disponíveis, mas vai-se rapidamente analisar, e pede que a Coligação Novo Rumo se possa associar à votação, que passará a pôr à consideração dos Srs. Vereadores, perguntando se há mais alguma questão a colocar. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo não têm nenhum problema em votar, e se o ponto for colocado à votação vão-se abster relativamente ao documento apresentado. -----

Em relação ao que o Sr. Presidente afirmou, o controlo da tarifa depende das regras da privatização. Se as regras permitirem um determinado controlo da tarifa, ela será controlada, se permitirem menos controlo, ela será menos controlada. O



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 059

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

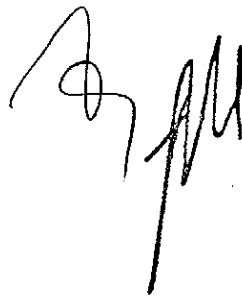
problema não está na privatização, o problema está no caderno de encargos, e essa é a questão. Assim, ou se faz um caderno de encargos de determinada forma, ou não se faz. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que será assim se os municípios tiverem alguma intervenção, o que não lhe parece que seja o caso. Está de acordo com o Sr. Vereador, com um caderno de encargos bem blindado e bem feito, o que acontece é que desde que este processo começou até hoje o que foi informado aos municípios é que a privatização é para andar rapidamente. Assim, o que teme é que, independentemente de concordar com o Sr. Vereador, os municípios não tenham capacidade de poder intervir e influenciar num caderno de encargos de acordo como o que o Sr. Vereador referiu. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo não têm nada contra esse aspeto, e acham que os municípios, onde se integram, uma vez que são autarcas e munícipes, devem ser ouvidos, de acordo com a importância que têm efetivamente, neste caso em concreto, e de acordo com a importância que têm também em todo o capital envolvido, de investimento. Não têm nada contra esse aspeto, e por isso fizeram as afirmações que fizeram, que não são com certeza de defesa cega de um determinado modelo, mas também não são de ataque ideológico, por princípio, a tudo o que mexe, como se o ter lucro fosse um pecado. -----

Se ter lucro fosse um pecado então a gestão do município, como se faz, também não deveria ter a preocupação de, no mínimo, ser equilibrada, dever-se-ia gastar como se não houvesse amanhã, e ter a mesma situação financeira em Vila Franca de Xira que se tem no país. Poder-se-ia passar a oferecer a água e todos os acessos, porque efetivamente a preocupação do município seria só oferecer os serviços, e não é. A preocupação do município é oferecer serviços sustentáveis aos cidadãos, esse é o objetivo. -----

O serviço público implica a sustentabilidade de um serviço, porque se não for sustentável mais tarde ou mais cedo acaba, por muito que se venha com discursos ideológicos, de dizer que se é a favor do serviço público. O próprio é a favor do serviço público, mas é responsável, e percebe que só se consegue dar esse serviço no dia em que for sustentável, porque no dia em que deixar de ser sustentável, e



Fl. Livro _____

Fl. Ata* 060

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

no dia em que os impostos deixarem de ser 50%, e passarem a ser 70%, acabou. ---
O que os membros da Coligação Novo Rumo entendem é que há serviços públicos que são absolutamente essenciais, e não devem ser colocados na mão de entidades terceiras sem haver um determinado controlo, seja ele, neste caso, pelos municípios, e pela entidade reguladora do setor. -----

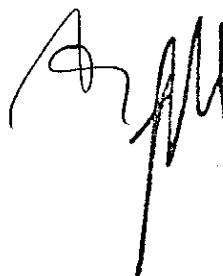
Os municípios têm de ter um papel, pensando o próprio, e não é bem o caso da ERSAR, pois pode haver algumas alterações, que a generalidade das entidades reguladoras no país defende os poderosos e não os cidadãos. É o que acontece na generalidade das entidades reguladoras do país, e quando lhe falam de situações independentes, vê-as sistematicamente a penderem para o lado das grandes empresas, que têm força e poder. -----

Por acaso até conhece alguns dos senhores que pertencem a essas entidades reguladoras, que antes de chegarem à entidade reguladora tinham uma opinião, hoje têm outra, e quando saírem se calhar vão defender exatamente o oposto que estão a defender hoje, portanto, está perfeitamente à vontade nesta análise. Agora, gostaria de poder defender uma determinada posição com base em mais alguma informação, e é só isso. -----

Contudo, se há alguma necessidade de votar já, a Coligação Novo Rumo não vota contra, porque não há razão para que vote contra, até porque tem dúvidas fundamentadas face a algumas matérias, mas abstém-se, e quando tiver essa informação estará em posição de ter, eventualmente, outra posição. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório Interveio, referindo pensar que há, naturalmente, todas as razões para votar e deliberar hoje, aproveitando a urgência deste município tomar uma posição inequívoca, na sequência da tomada de posição conjunta dos 19 municípios. -----

O Governo, quando aprovou isto no Conselho de Ministros, foi muito claro sobre a matéria, aliás, na conferência de imprensa que realizou para o efeito informou que, e citando, "há matérias onde o Estado deve participar, e outras onde deve estar como regulador e não como gestor, e este é um desses casos". Desta forma, se esta não é uma questão ideológica, já não sabe o que é ideologia ou o que são opções ideológicas. Claramente este Governo tomou como opção ideológica destruir este importante e relevante serviço público, sendo claro que esta foi a



Fl. Livro _____

Fl. Ata 061

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

justificação ideológica do Governo para dar cabo de um sistema que assegura um muito relevante serviço às populações, também do concelho de Vila Franca de Xira. -----

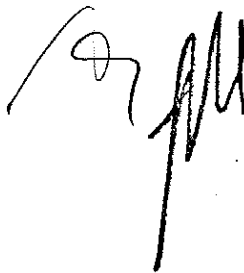
Foi até mais longe, ao ponto de já afirmar que, não obstante tudo isso, decide privatizar, e cita, "a empresa de gestão de resíduos sólidos urbanos, através de um concurso público em bloco, e para 100% das ações do Estado". Assim, se esta não é uma questão de obsessão ideológica, quando se trata de uma empresa que dá lucro às contas gerais do Estado, a CDU não sabe afinal o que é uma opção ideológica. Mais que isso, a ideologia está tão presente e expressiva nesta obsessão deste Governo que vai ao ponto de justificar o interesse desta reprivatização dizendo que se trata de razões de equidade, uma vez que, sem ser em bloco, apenas alguns sistemas do litoral teriam interesse para os compradores.- Isto é dito de uma forma absolutamente inequívoca, e sem margem para dúvidas, para se perceber até onde chega a intenção declarada deste Governo, mas pensa que ainda mais grave é o que vem a seguir, na base da justificação dada a conhecer através desta conferência de imprensa.-----

Continuando a citar, referiu que "após aprovados os moldes da privatização serão aprovadas as bases da concessão, o caderno de encargos, e depois publicado o concurso internacional no jornal da União Europeia, que deverá acontecer em março, para que em abril o Governo receba as propostas não vinculativas." Desta forma, dá-se a conhecer a intenção, convida-se um amigo ou outro para apresentar uma proposta, e depois faz-se um caderno de encargos preparado para a privatização em bloco e a 100% deste património público.-----

É isto que se trata, é o que está em cima da mesa, e é o que hoje tem de ser rejeitado por esta câmara municipal, e cada um deve assumir, naturalmente, as consequências políticas desse mesmo ato, que tem de ser inequivocamente expresso hoje na reunião de câmara.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que, como homem de esquerda, e vindo de quem vem, nem sabe o que deva dizer.-----

Não percebe o que é que tem de ideológico defender que se têm de ter entidades reguladoras fortes. Não consegue entender. Pensa que as entidades reguladoras devem ser fortes, e podem ter alterações, como já expressou, mas devem ser



fortes, porque compete à entidade reguladora fazer a sua função.-----

Não entende qual é a questão ideológica por trás quando se diz que o Estado pode e deve sair de muitos setores de atividade, que obrigaram a que tenha sido feito um roubo nos seus impostos, graças a ter alimentado um conjunto de prejuízos e um conjunto de interesses, onde os senhores do Partido Comunista estão absolutamente envolvidos até à raiz dos cabelos.-----

Nunca foi possível alterá-los, desde 1974 até hoje, e não está de acordo com esta questão, nem pode estar. Não pode estar de acordo que quem paga os seus impostos em Portugal esteja a ser roubado diariamente para alimentar empresas que são absolutamente deficitárias desde 1974. Não pode estar de acordo, porque o seu filho, que tem 7 anos, não tem que pagar uma dívida que esta geração andou a “comer e a beber”. O seu filho e os filhos de todas as pessoas que vivem em Portugal não têm nada a ver com isto.-----

De uma vez por todas tem de haver coragem para dizer, e há um conjunto de gente “bem sentado” na sociedade portuguesa, algum que se dá ao direito de analisar situações, como o Tribunal Constitucional, que se reforma ao fim de 10 anos, anda de BMW série 7, e de decidir na vida de toda a gente, o que é absolutamente inaceitável.-----

Ideologia é o que os Srs. Vereadores fazem, que é a tentativa de condicionar, ao próprio e aos outros, que não participaram em nenhuma dessas “festas”, nem decidiram coisa nenhuma, estando o próprio hoje absolutamente impedido de decidir o futuro, o futuro que o povo vota. O povo vota a cada momento, e os governos estão impedidos de decidir essa matéria. -----

Indo a questões de facto, pensa não haver mal nenhum, muito pelo contrário, de dizer que há sistemas em Portugal que são extremamente atrativos, como é o caso dos sistemas do litoral, como é óbvio, pois se têm pessoas, são atrativos. Os sistemas do interior, mais tarde ou mais cedo serão absolutamente deficitários, e quem é que vai pagar isso? Quem pagará os sistemas do interior, deficitários? -----

Se não se fizer um equilíbrio entre o interior e o litoral, o que se vai ter, mesmo não sendo privatizado, é sistemas públicos altamente lucrativos no litoral, que é o que acontece, por exemplo, com a Valorsul, e sistemas do interior altamente deficitários. Um investimento básico para funcionar tem de ser feito, e ao ter de ser



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro

Fl. Ata 063

Reunião de 2014/02/19

Procº

Deliberação nº

feito, se não tem pessoas é deficitário, e vai ser deficitário por natureza, sendo que, por alguma razão, em muitos setores de atividade, por exemplo, como o das telecomunicações, o Estado não precisou de pagar para que se fizesse a infraestruturação de todo o litoral com fibra ótica. Contudo, como não fez o equilíbrio entre o litoral o interior teve que lançar um concurso, ainda pelo anterior Governo, para infraestruturar todo o interior do país em fibra ótica, porque não era comercialmente atrativo para um conjunto de empresas. -----

Por que é que há mais oferta no litoral, nalguns setores de atividade, que há no interior? Porque há pessoas, há mercado, há gente, e portanto, quando não se analisam estas coisas, anda-se, isso sim, com ideologia, que é dizer que tudo tem que ser de determinada forma. No entanto, depois não se deixa que essas empresas públicas tenham a mesma possibilidade de gerir e remunerar os seus trabalhadores como o setor privado, porque se diz " tu vais correr com o outro 100 metros, mas a ti, que és do setor público, meto uma pedra de 100 quilos, para correres com o outro, que corre sem essa pedra". -----

Não está de acordo, não pode estar, e isso não é ideologia, é bom senso. -----

Não tem, como homem de esquerda que é, nada contra o capital chinês, e até diria que é um verdadeiro capital, vindo do fruto do trabalho da classe operária da China. É o exemplo do "sol na terra", e o exemplo do grande movimento do internacional comunismo, maoísmo ou o que se queira chamar. Portanto, deverão estar todos de acordo com o grande capital de esquerda, fruto do trabalho dos trabalhadores, que está a dar em Portugal o exemplo do que deve ser a massa salarial. -----

Aí os Srs. Vereadores não estão de acordo, mas nunca disseram que estavam contra a compra, por capital chinês, de empresas em Portugal, porque ia contra um dos patrões do Partido Comunista. Efetivamente ia contra, e nunca disseram. Nunca disseram, não estão, e eventualmente ambicionavam, quiçá, o homem da Coreia do Norte, em que efetivamente há poucos tempos atrás o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Loures disse "tenho dúvidas que não seja uma democracia". Assim, eventualmente quem poderá adquirir isto será o capital da Coreia do Norte, e aí sim será o "grande sol na terra". -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, reportando-se a esta passagem, o que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 064

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

é muito bom, pois já se começou também a falar de cultura, referindo que mais uma vez não quis deixar de evidenciar que às vezes os políticos também são bons atores, e é o caso do colega e Sr. Vereador Rui Rei. -----

Encenou o trecho de alguma peça que andou a ensaiar, e lamenta o próprio ter que lhe dizer, até como homem de esquerda que é, ou diz que é, que não tinha que ter dúvidas que tipo de regimes são esses, e qual é a ideologia por detrás, bem como qual é a ideologia que eventualmente o PCP defende e preconiza, e preconizou deste 1974, e antes, para o que seria o regime democrático português. -----

Relembra ainda, quando o partido do Sr. Vereador Rui Rei era um partido de esquerda, ou dizia-se como querendo construir o socialismo em Portugal, se o Sr. Vereador bem se recorda, que quando diz que hoje o seu filho, o do próprio, e os de todos, irão pagar aquilo que o PCP fez, o partido do Sr. Vereador tinha já responsabilidades, e muitas, nas medidas tomadas, não só nos primeiros governos, como nos seguintes e nos constitucionais. -----

De lá para cá é quem tem tido as rédeas do Governo e a possibilidade de fazer reformas, mais uma vez as reformas tão anunciadas e proclamadas quando se chega ao poder, que depois se vão esquecendo de fazer, pois é mais fácil subir impostos, quando se diz em campanha que não se vai fazer, e as reformas vão ficando, pois não se consegue. -----

Lembra que ainda agora saiu nas parangonas dos jornais que afinal, da redução que se iria ter de fazer com muita pena, que era dispensar uma quantidade de empregados, neste caso do Estado, com contratos, dos números que iriam ser atingidos, afinal só se conseguiu atingir 14%, e se calhar ainda bem. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se o Sr. Vereador Rui Pereira gostaria que se despedissem funcionários públicos, ao que este respondeu que não, o que não gosta é que se diga uma coisa agora, para se fazer diferente a seguir. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que os políticos e os eleitos municipais, que hoje são políticos, pois retirando o Sr. Presidente, que se calhar tem mais dias de eleito sozinho que os outros todos juntos, anda cá há mais tempo, sabe mais, e está mais informado, podem enveredar por esses caminhos, o que é usual no Sr. Vereador Rui Rei, que quando a coisa não lhe corre de feição



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 065

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

gosta de ir buscar coisas, extrapolar e fazer as suas considerações sobre aquilo que efetivamente desconhece. Transmite a sua opinião, mas infelizmente também transmite a sua ignorância, e às vezes dever-se-ia estar mais bem preparado.-----

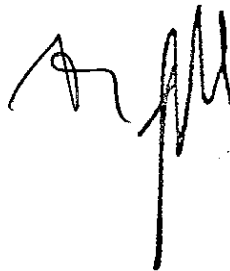
Só lamenta uma coisa, que sejam pessoas mais novas, da geração atual, que até deveriam ser mais informadas, a irem buscar esses assuntos, e já uma vez teve oportunidade de o dizer, numa assembleia de freguesia, onde estava o atual vice-presidente, e alguns outros elementos do PS, em que se vinha também com essa história da Coreia do Norte, China, Cuba e todos os outros regimes ditos socialistas, mais ou menos socialistas. Podem-se invocar, mas o que agradece é que se seja honesto o suficiente para ver quais são as propostas do PCP.-----

Continuou, defendendo a “sua dama”, fazendo uma constatação de factos, pois é também a oportunidade de o fazer, e tem que se aproveitar o pouco “tempo de antena” que se vai tendo. Já se falou na Resioeste, na Tratolixo e na Valorsul, e inclusivamente o Sr. Presidente leu quando é que foi fundada, devendo perguntar ao Sr. Vereador, a todas as críticas que faz dos membros da CDU viverem no passado, de quererem regimes fechados, totalitários e à bruta, como são alguns daqueles que referiu, os quais nunca viu o PCP defender para Portugal, onde é que encontra isso nos escritos antes e pós 25 de Abril, e conclusivamente nas atuações que o PCP teve, inclusivamente nos períodos de 1974 e 1975. -----

Deve o Sr. Vereador dizer-lhe onde é que a política do PCP o levou a isso, mas deve dizer-lhe com verdade, porque também já dizia Goebbels que uma “mentira mil vezes repetida torna-se verdade”. Não deve o Sr. Vereador ir por aí, pois fica-lhe mal. -----

Reportando-se novamente ao exemplo das três empresas do distrito de Lisboa, de tratamento de resíduos, o que diz é que, curiosamente, a única empresa que parece que vai ser a “tábua de salvação” para as outras, porque a Tratolixo já parece estar com um pezinho para dentro, ou não, o que se vai ver, foi a que foi fundada precisamente por 4 municípios onde a CDU e o PCP, inclusivamente, tinham responsabilidades, Lisboa, em coligação com o PS, Loures, Amadora e Vila Franca de Xira, mas são coincidências. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando quem é que governava o país, dizendo ainda que Daniel Branco, que era o presidente da Câmara Municipal de



Vila Franca de Xira, aceitou um aterro não tratado e acondicionado devidamente, que inquinou todas as águas, tendo sido essa a herança do PCP.-----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que houve oportunidade das bancadas refletirem, e cada uma já exprimiu o que devia exprimir, bem como o Partido Socialista, com a apresentação da moção, e também da preocupação que já manifestou.-----

Assim sendo, colocou a moção à votação, perguntando o sentido de voto, dizendo ainda que o Sr. Vereador Vítor Moreira não participará na votação, considerando que é técnico da Valorsul, aspeto que constará na ata.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, solicitando ao Sr. Presidente que possa fazer chegar aos vereadores do PSD a resposta a um requerimento dos membros da CDU relativo a uma eventual contaminação dos aquíferos, e as conclusões a que chegou o sistema multimunicipal, para dissipar estas dúvidas que, militantemente, e de uma forma que também diria ignorante, são suscitadas sem qualquer tipo de razão.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que foi levantada várias vezes a questão dos cheiros das águas e das águas mal cheirosas e contaminadas que vinham do aterro, e o Sr. Vereador, à frente da população de Arcena, é incapaz de fazer as afirmações que fez. O Sr. Vereador não é sério, quando diz, pela frente das pessoas uma coisa, sendo que o próprio gostava que os jornais publicassem as afirmações do Sr. Vereador, para que uma parte da população de Arcena e do Bom Sucesso visse que ele não defende a população, e defende os homens do seu partido que tomaram atitudes pouco sérias e defensoras dos interesses públicos, nomeadamente de Alverca do Ribatejo, que foi martirizada e castigada por aquela intervenção.-----

O Sr. Presidente prosseguiu, dizendo que compreende as situações, cada um deveria exprimir as posições e opiniões que tem, e por isso deixou que o pudessem fazer, mas a única coisa que pede é que, independentemente das posições que cada um quer expressar, haja respeito mútuo. Foram ditas expressões que julga que eram bem dispensáveis, e espera que numa próxima ocasião a luta e o diálogo políticos possam ser feitos dentro de uma base de respeito.-----

Por isso, a moção é aprovada, com a abstenção dos membros da Coligação Novo

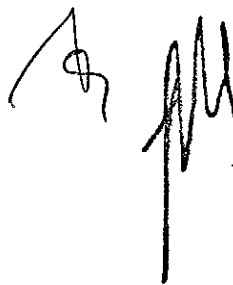


Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

Rumo, com a alteração constante na página 5, terceiro parágrafo, pois onde se diz "5 de março", deve ler-se "19 de fevereiro".-----

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da Coligação Novo Rumo, aprovar a moção “em defesa do interesse público e do setor público dos resíduos urbanos: reprivatização da EGF e privatização da Valorsul”, com a alteração referida pelo Sr. Presidente, estando ausente no momento da votação o Sr. Vereador Vítor Moreira. -----



Assunto: MOÇÃO – FALTA DE 25 MÉDICOS DE FAMÍLIA NO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA-----

Presente moção proposta pelo Sr. Presidente, datada de 2014/02/19, sobre a falta de 25 médicos de família no concelho de Vila Franca de Xira, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que esta é uma moção que tem a ver com as unidades de saúde do concelho, nas quais a câmara municipal muito colaborou, no sentido de se terem unidades modernas e funcionais, registando-se neste momento um problema complicado, que é a falta de 25 médicos de família, para além de outros profissionais de saúde.-----

O que quer dizer que, de facto, no ACES – Agrupamento de Centros de Saúde, existem 144 068 utentes inscritos, dos quais 44 361 não têm médico de família, o que equivale a 31% do total de utentes, e é absolutamente urgente e inadiável dotar as unidades de saúde do concelho do total de 25 médicos de família, sendo a permissão de um médico de família por cada 1 750 utentes inscritos.-----

São dados de acordo com o ACES - Estuário do Tejo, sendo que a moção, que se dispensa de ler, pois já disse o essencial, é, naturalmente, para ser do conhecimento de quem tem responsabilidade de poder resolver a matéria, nomeadamente o Sr. Presidente da Administração da ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, e o diretor executivo do ACES - Estuário do Tejo, acrescentando também que a moção deve ser enviada, caso seja aprovada, ao Sr. Ministro da Saúde.-----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo que a bancada dos membros da CDU não podia deixar de expressar o seu espanto, parecendo-lhes praticamente inédita uma iniciativa desta natureza, com uma reivindicação deste tipo junto das entidades centrais que tutelam estas matérias.-----

Manifestam-se com agrado, acham que faz todo o sentido lutar por mais 25 médicos de família, que fazem tanta falta no concelho, mas existem muitas outras necessidades no âmbito da saúde que caberiam perfeitamente nesta moção, como o acesso a exames de diagnóstico, a medicamentos, a outras especialidades, a mais enfermeiros e mais auxiliares na área da saúde, na ação médica, uma vez que há queixas de vários utentes em relação às insuficiências dos equipamentos



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ▾ **069**

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

existentes. -----

Além disso, não podem deixar de manifestar alguma incoerência no meio de tudo, uma vez que o Partido Socialista tem vindo a promover e a apoiar as parcerias público-privadas, que têm contribuído para deteriorar o acesso à saúde, tornando-a mais cara e muitas vezes com piores serviços.-----

Há um novo hospital, é certo, com umas instalações muito bonitas, mas com custos muito avultados, em que inclusivamente o Tribunal de Contas já veio afirmar, em relação ao que estava previsto inicialmente, que já acresceram 4 000 000,00€ em relação ao funcionamento deste hospital. Continuam uns tempos de espera elevadíssimos, e os custos de acesso, como se sabe, aumentaram, além das taxas moderadoras, com o acesso ao parque de estacionamento ou ao autocarro “vai e vem” até acima, que é um custo acrescido de cada vez que uma pessoa tem que se deslocar lá.-----

Além destas preocupações manifestam também uma pergunta, sobre o balanço da atividade atual do conselho municipal da comunidade, onde se tratam estas questões, e onde estão representadas as entidades que atuam na área. -----

Naturalmente que estão de acordo com a moção, o sentido de voto será a favor, no entanto é apenas uma ínfima parte, ou representará apenas uma ínfima parte das muitas reivindicações que existem a fazer nesta área, junto das populações.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, começando por dizer que os membros da Coligação Novo Rumo estão absolutamente de acordo face às necessidades de médicos de família no concelho. Gostariam, no entanto, que pudesse ter sido enviada, pela câmara municipal, a informação que deu origem à realização desta moção, pois seria importante terem conhecimento antes da informação que dá origem à produção do documento. -----

Aliás, o Sr. Presidente divulgou alguns desses dados no âmbito desta intervenção, o que quer dizer que têm de estar de acordo com a necessidade que existe no concelho de ter, entre outros serviços ou outras necessidades, mais médicos de família, mas gostariam que no futuro, em colaboração com o novo diretor do ACES, pudesse ser elaborado um documento, e eventualmente o diretor ser convidado a ter uma reunião com todos os vereadores, em que todos pudessem perceber o que efetivamente se alterou, ou não, desde a sua entrada em funções no âmbito da



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 070

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

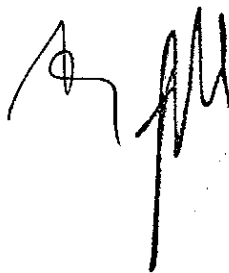
coordenação do ACES em toda esta região. -----

O objetivo é que todos possam, efetivamente, construir um documento, que além de reivindicar mais um conjunto de médicos de família, possa também reivindicar uma nova abordagem dos centros de saúde face ao hospital de Vila Franca de Xira, eventualmente para reduzir algumas das despesas que a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro teve oportunidade de dizer, que é o serviço de saúde no concelho, ou genericamente no país. Não tem que ser "hospitalocêntrico", deve ser mais "centro de saudeocêntrico".-----

Para isso não tem nenhuma dúvida que é preciso combater um conjunto de interesses instalados, como o que aconteceu na anterior gestão do ACES, em que todos foram surpreendidos, pois, beneficiando o interesse de alguns, prejudicou-se o interesse de todos, quando se reduziu o horário do atendimento e se quis acabar com o atendimento fora de horas, à época. Está à vontade, porque à época até era um governo do Partido Socialista, e a verdade é que foi uma decisão dos responsáveis, à época, do ACES, defendendo os interesses de alguns em detrimento dos interesses de todos. -----

Portanto, seria importante tentar reorganizar os serviços, ter o apoio político para o fazer, mas dar melhores serviços à população, porque efetivamente têm-se boas instalações, na esmagadora maioria dos casos, para não dizer em praticamente todos os casos, e têm que se ter bons serviços e bom atendimento à população. Para isso necessita-se, nestes casos, de mais médicos, e eventualmente noutros casos necessita-se de dar mais força aos enfermeiros, para poderem fazer outro tipo de acompanhamento aos utentes, que não o fazem até hoje porque o Serviço Nacional de Saúde o impede, e a relação e os acordos que existem os impedem de o fazer. -----

Pensa que se deveria ir por aí, e aí estar-se-ia em condições de prestar ainda um melhor Serviço Nacional de Saúde, porque para os vereadores da Coligação Novo Rumo ele deve ser mantido, porque é absolutamente essencial para Portugal e para os portugueses ter um Serviço Nacional de Saúde que é, efetivamente, dos melhores que existem um pouco por todo o mundo. Para quem vai vendo como se fazem outras prestações de cuidados de saúde, é de facto uma "pérola" que deve ser mantida e tornada sustentável, para que as gerações vindouras possam



usufruir dele. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que acha que todos comungam com esta parte final da intervenção do Sr. Vereador Rui Rei, e tem que se fazer todo o possível no sentido de salvaguardar e preservar o Serviço Nacional de Saúde. No entanto há matérias que preocupam a câmara municipal, e não pondo em causa as questões que a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro colocou, aquilo que é colocado pelo ACES, e naturalmente que os números desta moção não são arbitrários, não nasceram do acaso, vêm do ACES, é a transmissão de uma preocupação imediata. -----

Essa preocupação imediata é haver mais médicos de saúde, e concorda que numa outra ocasião o diretor do ACES possa vir fazer uma apresentação do trabalho que está a ser desenvolvido sob a sua direção. -----

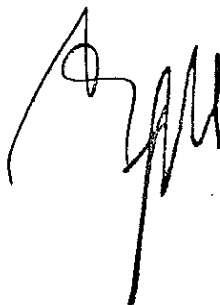
Já teve ocasião de verificar o trabalho, no conselho da comunidade para o qual foi eleito presidente, também com os outros municípios que o compõem, Benavente, Alenquer e Arruda dos Vinhos, tendo o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente ficado com a responsabilidade, nas suas ausências ou impedimentos, de o substituir. -----

Nessa altura teve ocasião de verificar o trabalho que é desenvolvido, e ficou com a convicção que está a ser feito um trabalho muito sério, apesar de algumas dificuldades, e uma das que foram colocadas foi sobre a questão de outros profissionais, nomeadamente da área de enfermagem, sobretudo esta matéria dos médicos. -----

Considerou que seria importante trazer esta moção, no sentido de alertar quem de direito para a necessidade urgente e inadiável de resolver o problema. -----

Depois, e independentemente das questões que o separam da CDU relativamente ao novo hospital de Vila Franca de Xira, o que diz à Srª Vereadora Margarida Cavaleiro é que a diferença é abismal no que diz respeito às questões de diagnóstico, pois no passado havia exames que tinham de ser feitos em Lisboa, porque o hospital antigo não tinha capacidade, nem equipamentos para o efeito. ----

Hoje, praticamente, todos os exames são feitos em Vila Franca de Xira, evitando o que acontecia poucos anos atrás, que pessoas, por uma coisa muito simples, terem de ir fazer exames a Lisboa ou a outro lado qualquer, porque em Vila Franca de Xira esse serviço não era possível estar à sua disposição. Portanto, houve uma



melhoria considerável.-----

A Srª Vereadora fala em questões de organização do próprio hospital, e são matérias que numa outra ocasião também o próprio colocou, com a manifestação de alguma dificuldade relativamente à espera do atendimento, e crê que essa matéria está a ser resolvida.-----

Quanto ao estacionamento, não conhece nenhum hospital que tenha estacionamento em que as pessoas não tenham de pagar. Já lá foi várias vezes e pagou-o, não lhe parecendo que esse seja o maior problema. Pode ser complicado, mas o que é um facto é que a câmara municipal teve a preocupação das pessoas terem possibilidade de ter acesso ao hospital através de transporte público. Inicialmente isso não estava garantindo, e foi devido à pressão da anterior presidente da câmara que se conseguiu, bem assim como a questão dos táxis, pois também não estava previsto haver uma praça de táxis dentro do hospital, e também isso foi conseguido.-----

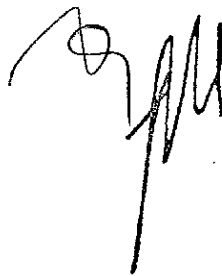
Agora, na sua opinião há uma questão mais importante que tudo, é a relação que tem havido entre o hospital e estas unidades de saúde, que está a ser feita, e há muitas matérias que são tratadas nas unidades de saúde que já não têm que transitar para o hospital. Esta é a grande alteração e a grande reformulação ou reorganização, já que muitas das vezes vai-se ao hospital quando as próprias unidades de saúde da área de residência podem resolver, pois têm condições para o efeito.-----

Nesse sentido tem havido muitas reuniões entre o hospital, o diretor do ACES e os responsáveis dessas unidades de saúde, no sentido de encontrar soluções que melhorem as prestações, porque provavelmente há situações que não exigem tratamento no hospital.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, para transmitir, e de alguma forma reforçar aquilo que já foi dito, apresentando até aquilo que sucedeu ao próprio.-----

Começou a preparar esta reunião precisamente abrindo o documento “ordem do dia”, e quando viu as duas moções agendadas até pensou que eram da CDU. Mas em boa hora verificou que eram do PS.-----

O que lamenta, muitas vezes, e pegando nas palavras do Sr. Vereador Rui Rei, é o mau costume que se tem por vezes, e deveria ser a sua geração, não a que fez o



25 de Abril, a sua, que nasceu praticamente em cima do 25 de Abril, ou após o mesmo, que poderia e deveria começar a mudar isso, mas não.-----

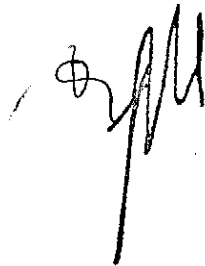
Infelizmente mantêm-se as características e a cultura de outros tempos. E qual é? É precisamente uma coisa, ou seja, por vezes é mais fácil não ir buscar certos assuntos pois podem-se contaminar coisas feitas no passado por alguns, eventualmente, camaradas, e então vai-se deixar isso sossegadinho e não se vão levantar questões. Outras vezes não se levantam, porque depois estão-se a "chatear" os camaradas ou companheiros que estão no governo central, e então tenta-se, entre gabinetes, com telefonemas para um companheiro ou camarada, resolver aquilo em que às vezes deveria ser tomada uma posição pública, como é a situação.-----

Pensa que os novos políticos, os políticos da nova geração, infelizmente estão muito "contaminados". Não se quer incluir, mas infelizmente este novos políticos que surgem nos partidos vêm "contaminados", porque têm uma formação nos gabinetes, têm uma "contaminação" já feita nos gabinetes, e são transmissões de corrente de pensamento e da maneira de estar na política que devia ser alterada. -- Assim, o PS é bem-vindo a estas lutas, há muitas mais para travar, e lamenta por vezes, quando o governo é PS, que a nível local as pessoas se sintam de alguma forma tolhidas e se "encolham", sendo esta honestamente a palavra, de tocar em certos aspetos, porque podem chocar com outros interesses dentro do próprio partido.-----

Relembra situações que todos conhecem bem, os problemas na política surgem precisamente dentro dos partidos, nem tanto com os adversários políticos, é mesmo lá dentro, e aí infelizmente é que se perdem condições. A democracia começaria dentro dos partidos, e é aí, apesar dos membros da CDU terem a fama, que todos são iguais. Quando lá está um "cacique", vão todos com aquele. Veja-se a história e o que fizeram a Santana Lopes, a outros líderes que já lá estiveram, e o que lhes fizeram. Hoje são bestiais, e amanhã são "bestas".-----

Interrompeu o Sr. Presidente, chamando a atenção do Sr. Vereador para o facto de se estar a falar de saúde.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, referindo que sim, e que a parte mental da saúde também é muitas vezes desconsiderada, quando é ela que



comanda muitas vezes o resto. Assim sendo, bem-vindo PS.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que não é bem-vindo PS, nem é bem-vindo coisa nenhuma, a obrigação e a responsabilidade de todos os presentes é zelar pelos interesses do município, e já várias vezes, num momento ou noutro, o Partido Socialista não teve dúvida nenhuma em estar contra diretivas do próprio partido e governo, e fá-lo-á se for necessário.-----

É isso que é exigível para defender os interesses das populações, de maneira que o PS não está “encolhido”. Às vezes, talvez por causa do frio, mas é só isso que arrepia um pouco, de resto mais nada arrepia. Pode o Sr. Vereador Rui Pereira crer que estará sempre presente, a tomar as posições que se achem mais adequadas na defesa do interesse das populações.-----

Foi isso que os membros do PS fizeram, é isso que vão continuar a fazer, e está convicto que os acompanharão sempre. Sobre essa matéria não há dúvidas nenhuma, e em relação ao seu próprio partido, várias vezes esteve e estará, quando for necessário, em contravapor por aquilo que às vezes é a “cacicagem”, como disse o vereador. Não é de “cacicagem”, é de valores, de princípios, e daquilo que lhe parece mais adequado.-----

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo que falta só um esclarecimento sobre a atividade do conselho municipal.-----

Respondeu o Sr. Presidente que sobre a matéria aquilo que pode dizer é apenas uma informação que lhe foi prestada na única reunião que aconteceu há cerca um mês. Pode pedir ao Sr. Diretor do ACES que faça um “dossier” para fazer chegar à Srª Vereadora Margarida Casaleiro, relativamente a tudo aquilo que tem vindo a ser feito, e solicitar-lhe a vinda a uma reunião, se calhar privada, no sentido de, de viva voz, com os seus técnicos e responsáveis médicos, transmitirem o trabalho que está a ser desenvolvido, para depois se colocarem as questões que se entenderem oportunas.-----

Considera que será mais prático, ou até ir a Alverca, que é a sede. Irá falar ao Dr. Carlos Agostinho, dizendo-lhe que parece uma sugestão muito interessante, para todos ficarem com o mesmo tipo de informação.-----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que há uma sistemática falha para com a assembleia municipal. A câmara municipal nomeou um representante do



município nesse conselho, e portanto, não só a assembleia municipal não sabe o que faz esse representante, como os próprios membros da CDU não sabem. -----
Concluiu, avivando a memória do Sr. Presidente sobre um particular aspeto em relação a uma coisa que disse, perguntando se não foi o Partido Socialista que acompanhou os membros da CDU, aliás ajudando a viabilizar uma proposta que apresentaram, rejeitando o estacionamento e a utilização de parquímetros no estacionamento junto do hospital, uma vez que se tratava de um terreno público cedido para fins públicos. -----

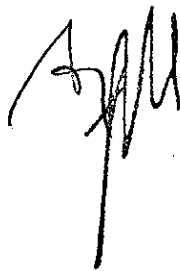
Foi exatamente o Partido Socialista, pelo que lhe parece estranho, para não dizer bastante contraditório, a alteração de posição do Sr. Presidente em relação à posição que hoje ocupa, tendo presente aquilo que assumiu e que, de uma forma muito genuína, disse que não concordava. Não sabe se foram exatamente estas as palavras do Sr. Presidente, mas o intuito seguramente foi esse, ou seja, não concordava que o estacionamento existisse, só que a câmara municipal não poderia fazer mais do que levar essa recomendação ao agrupamento de saúde. -----
Interrompeu o Sr. Presidente, dizendo que essa iniciativa fez com que a taxa de estacionamento para os trabalhadores fosse substancialmente reduzida, o que lhe parece absolutamente justo. Dessa iniciativa resultou isso, e pelo menos alguma coisa aconteceu. -----

A câmara municipal fará sempre aquilo que é possível, dentro do que é possível, agora também não tem autonomia para resolver tudo como se gostaria. A competência é limitada. -----

Sobre o representante da assembleia municipal, não se quer pronunciar, e a única coisa que já disse ao Sr. Presidente da assembleia municipal é que se calhar está na altura de se encontrar outro protagonista. Não foi por razões nenhuma, pensa que de vez em quando mudar não faz mal, se calhar até é importante. -----

Terminou, passando à votação do ponto, perguntando quem vota contra, quem se abstém, e quem vota a favor, concluindo que a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar a moção sobre a falta de 25 médicos de família no concelho de Vila Franca de Xira. -----



Assunto: PROTOCOLO COM A SCC – SOCIEDADE CENTRAL DE CERVEJAS E BEBIDAS, SA, PARA ESTABELECIMENTO DE COMPROMISSO SOCIAL PARA APOIO ÀS FAMÍLIAS NO CONCELHO-----

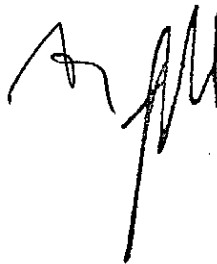
Presente para aprovação a minuta do protocolo para estabelecimento de compromisso social para apoio às famílias no concelho de Vila Franca de Xira, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, a celebrar com a SCC – Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, SA. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo, muito rapidamente, que vai fazer uma intervenção em dois tempos. Quanto ao primeiro tempo, de uma maneira genérica todos conheceram este protocolo com a Central de Cervejas, o inicial, que se destinava a outras ações, outras necessidades, investimentos, equipamentos sociais, e os membros da CDU pensam que se deveria caminhar novamente para essa situação.-----

Derivado à crise, não sabe quais foram as condições, se está presente o protocolo que a Central de Cervejas exigiu, ou se foi a câmara municipal que manteve o atual protocolo. Se a memória não lhe falha mudou, com as medidas anticrise, salvo erro, em 2009, e não vai falar dos cabazes, pois o assunto já foi devidamente dissecado, não só aquando do orçamento, sem prejuízo dos seus camaradas de bancada, como em todos os pontos, poderem querer intervir.-----

Os membros da CDU têm algumas dúvidas e preocupação na atribuição dos critérios dos cabazes, e pensam, ao contrário do que foi dito quando se debateu a questão nas duas vezes, que não há cruzamentos de dados, não há rede, e isso pode levar a uma duplicação das ajudas às famílias. É uma preocupação que têm, pensam que não está devidamente salvaguardada, e não entrando na questão de como são feitos, ou nas questões de caridade, porque isso já foi debatido, há que definir, e querem saber quais os critérios que levam à doação destes cabazes.-----

Se a memória não lhe falha em 2013 são cerca de 5667 famílias contempladas, segundo diz o protocolo. Assim, sem excluir ou esquecer a preocupação social que o município, ou qualquer município deve ter, inclusive das suas próprias responsabilidades neste apoio social, pensam que devem ser arcadas responsabilidades ao poder central. O poder central é importante, em particular a Segurança Social, que segundo julgam saber não acompanha no terreno estas



situações de crise e de necessidade das famílias.-----

Não quer entrar por aí, para não suscitar o seu querido amigo, Sr. Vereador Rui Rei, e não é com receio, não quer entrar nessas polémicas. É muito direto, tudo é política, só que não vai entrar em política, e não é com receio da reação do Sr. Vereador, mas não vai suscetibilizá-lo, considera contudo que estas questões deveriam ser prioritariamente da Segurança Social, embora ressalve, e é de louvar as preocupações dos municípios, do poder local, nestas questões.-----

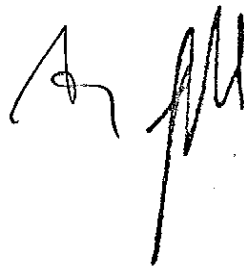
Pensam que nestes valores não consta a justeza da atribuição, para onde vão, e dever-se-ia pensar seriamente em voltar ao protocolo inicial, com os mesmos critérios ou novos, pressionando o poder central para assumir estas responsabilidades que prioritariamente são dele, e não dos municípios. São os critérios que os preocupam, e não vai falar na questão de onde são dados, ou que há benesses. Neste momento não vai entrar por aí, pois hoje está muito pacífico. ---

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, pretendendo, em primeiro lugar, transmitir que os membros da Coligação Novo Rumo se congratulam pelo facto da Central de Cervejas, efetivamente, estar comprometida com a comunidade onde se insere, e continuar a ajudar essa mesma comunidade. Esta empresa demonstra, pelo menos até agora, que leva a sério as chamadas responsabilidades sociais, é de facto uma forma diferente, e deveria ser habitual da maioria das empresas que podem fazer e ajudar a comunidade onde estão inseridas, e cumprirem uma das funções que também têm. Julga pois que é importante agradecer e ressaltar este facto. -----

A questão em concreto vai muito na linha da que o seu camarada e amigo, Sr. Vereador Aurélio Marques, colocou, que é avaliar os critérios que estão subjacentes, e não é tanto pela questão do controlo estreito, que obviamente deve haver algum, mas por uma questão de se saber como se está a atuar.-----

Ao olhar para o quadro e para os números, e sem ter conhecimento de base, a primeira reação, quando se começa a analisar, é que normalmente há uma tendência, por exemplo, no fim do ano, para haver uma ajuda reforçada, mas no caso dos números, em algumas freguesias não é isso que se demonstra, demonstra-se exatamente o contrário.-----

No caso de Vialonga, por exemplo, em agosto não se dá nada, mas as pessoas que necessitam de ajuda em agosto precisam de continuar a comer, não fazem



intervalo em agosto. Assim, há qualquer coisa que se deveria ver, e se em Vialonga é a escola que dá, que é o que está escrito, se não pode fazer esse trabalho em agosto, alguém tem de o fazer pela escola. -----

Faz sentido avaliar estes dados, interpretá-los, porque os dados servem para isso mesmo, para olhar para eles. Por exemplo, os dados de Vila Franca de Xira, Alverca do Ribatejo e Forte da Casa parecem-lhe coerentes, pois quando olha para eles há uma constância, são 50/50, e chegando ao fim do ano são 100. -----

Se não lhe derem mais informação interpreta os dados, pode estar a interpretá-los mal, mas interpreta de determinada forma, que em teoria há um reforço no fim do ano, e é perceptível que assim seja, mas noutros casos não acontece. Assim, o que faz sentido quando se trazem estes dados, ou quando se analisam, é perceber o que está a acontecer. -----

Também percebe que há um valor por agregado, está perfeito, e percebe isso, mas é preciso perceber como é que está a ser tratado por parte das instituições que têm esta responsabilidade. Isso é importante para avaliar se, efetivamente, se estão a atingir objetivos. -----

Terminou, dizendo que aos membros da Coligação Novo Rumo não afeta nada a questão da responsabilidade, pois a responsabilidade do Estado é uma responsabilidade de todos, e o Estado tem que assumir as suas responsabilidades, não sendo aceitável que em Portugal, em 2014, haja concidadãos que passem fome, o que é inaceitável. -----

Pode haver outro tipo de problemas, mas em Portugal, em 2014, o Estado, os municípios e as regiões autónomas têm condições suficientes para garantir que os concidadãos, que infelizmente passam algumas dificuldades, não possam passar fome, pois isso é absolutamente inaceitável no Portugal de 2014. -----

Interveio o Sr. Presidente, passando a palavra à Srª Vereadora Marina Tiago, e depois, eventualmente, à Drª Ana Carla Costa, referindo ainda que naturalmente que há sempre possibilidade de afinar este plano, que agora se chama Programa de Apoio Alimentar. -----

Quanto à questão do cruzamento de dados, por outras formas de apoio, esta não é a única, já que o apoio alimentar não é único, este é mais um, que a câmara municipal conseguiu que a Central de Cervejas mantivesse, o qual reconhece e



agradece muito, mas é insuficiente, a autarquia também apoia financeiramente com um valor bastante substancial. Por isso, há vários planos de apoio, e através das redes sociais esse cruzamento de informação é feito.-----

Sobre a questão de Vialonga, não sabe responder, e certamente que haverá resposta.-----

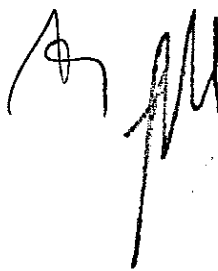
Tomou a palavra a Srª Vereadora Marina Tiago, dizendo que na altura em que foram colocadas algumas questões a própria teve a preocupação de ir perceber um conjunto de pormenores que lhe parece pertinente. Neste momento julga já dispor de mais alguma informação, até porque o aferiu junto de alguns técnicos do município que fazem o acompanhamento da atribuição deste apoio alimentar, e depois teve oportunidade de conversar com alguns Srs. Presidentes de junta, na sequência destas informações que eram pedidas. -----

As comissões sociais de freguesia, que já funcionaram também em comissão social interfreguesia, quando confrontadas com a questão dos critérios para a seleção das famílias, optaram pelos critérios do programa comunitário de apoio alimentar, PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, inclusivamente a ficha que as famílias preenchem quando sinalizadas pelas mais diversas entidades, técnicos de juntas de freguesia, técnicos das IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, e técnicos da câmara municipal, é em tudo idêntica à do PCAAC. -----

Colocava-se também a questão da possibilidade de duplicação de apoio interfreguesia, no beneficiar de apoio numa freguesia ou noutra, e essa situação é aferida com uma regularidade, se não está em erro, trimestral, entre os técnicos do município que têm assento nas diversas comissões sociais de freguesia, e as próprias instituições nela representadas, no sentido de minorar. -----

Aquilo que lhe foi dito é que há, de facto, a possibilidade de haver uma duplicação de apoio num mês ou dois, mas que poderá ser prontamente resolvida com esta articulação. -----

Está a ser feito, neste momento, da parte da câmara municipal, um contacto com os técnicos municipais que acompanham a entrega alimentar, no sentido de se aferir se as questões logísticas inerentes à entrega dos alimentos por parte da empresa que o faz estão a funcionar, sendo também uma preocupação que as



instituições que colaboram com a autarquia neste processo não vejam o seu funcionamento prejudicado por causa da entrega alimentar, no momento em que é feita no terreno. -----

A questão que o Sr. Vereador Rui Rei colocou, em relação a esta descida no mês de agosto, poderá ter a ver com o encaminhamento que houve a determinada altura para a resposta cantina social, mas há um pormenor específico em relação a Vialonga, e gostaria de solicitar alguns pormenores à Drª Ana Carla Costa, que terá acompanhado este processo na altura. -----

Interveio a Drª Ana Carla Costa, referindo que o que se faz no mês de agosto, em Vialonga especificamente, porque se trata de um agrupamento de escolas que encerra no mês de agosto, são duas entregas no mês de julho, sendo que uma delas é no último dia do mês de julho, altura em que se consegue fazer a entrega.-- Porém, o ano passado, no mês de junho, foi lançado também o PCAAC, tendo havido um encaminhamento muito grande de famílias para esse programa. -----

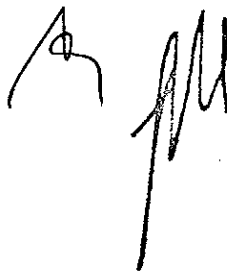
A câmara municipal só entra com o seu apoio no final de todas as instituições darem a sua resposta, e de preencherem a capacidade de resposta que têm, e por isso é que os números oscilam na maioria das freguesias. -----

Em algumas é fixo, exatamente porque se acompanham sempre as mesmas famílias, e no final do ano, de facto, há um aumento, porque houve um aumento muito grande de famílias no último trimestre, e a câmara municipal precisou de aumentar a resposta, sendo essa a razão. -----

Em cada uma das freguesias há um grupo de acompanhamento técnico à questão do apoio alimentar, e a câmara municipal entra no final. Há a cantina social, o PCAAC, o banco alimentar, não existindo, ao nível de cada uma das freguesias, sobreposição do apoio, o que pode haver é um apoio complementar, sendo que a mesma família não recebe de duas instituições. -----

Ao nível de interfreguesias, como a Srª Vereadora Marina Tiago disse, faz-se o cruzamento trimestralmente. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que a sua questão não é tanto a da duplicação, que é pouco relevante face à dimensão. A sua questão é a da coerência dos dados e, olhando para os dados, não são coerentes. Partindo do princípio, e não tem razão para não acreditar no que lhe disseram, que a questão



de agosto é tratada dessa forma, o problema é que os dados de junho são os maiores dados nessa freguesia, descem em julho, desaparecem em agosto, e em setembro não recuperam. -----

O que pergunta é se então as famílias não recebem uma ajuda constante. Elas desaparecem? -----

Respondeu a Drª Ana Carla Costa que não, elas passam a receber por parte do PCAAC. Quanto à resposta da Segurança Social, a candidatura é aberta em junho, e a primeira resposta que as famílias têm é em julho, por isso é que os dados descem em julho. -----

Perguntou o Sr. Vereador Rui Rei se, em teoria, as famílias que faltam passam a ter apoio da Segurança Social, tendo a Drª Ana Carla Costa respondido que sim. -----

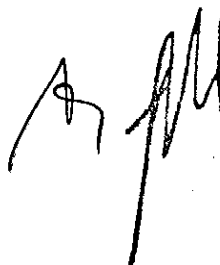
Tomou de novo a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que esta é uma resposta dada ao seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, e parece que a Segurança Social fez alguma coisa, o que já não é mau. -----

Depois, questiona, no caso que o próprio interpreta, em que parece que os dados são mais coerentes, Forte da Casa, Alverca do Ribatejo e Vila Franca de Xira, onde aparentemente há uma constância nas famílias, por que é que há uma duplicação. Chegando ao fim do ano diz-se que o Natal é o ano todo, mas aqui aplica-se em 2 meses. -----

Pode estar a interpretar mal, mas aparentemente há um reforço, e bem, nos meses de novembro e dezembro, que é o que aparece, porque dobra. Pode estar a pensar mal, mas não está a pensar que havia um número "x" durante o ano, e como dobra apareceram mais famílias. Aquilo que está a interpretar, daqueles dados, é que as mesmas famílias receberam eventualmente um reforço. Não está contra, muito pelo contrário, se há essa possibilidade é ótimo poder proporcionar uma melhor condição às pessoas, e longe de si estar contra esse tipo de coisas. -----

Olhando para os dados é assim que interpreta, e depois, se há intervenção da Segurança Social, porque é que a mesma intervém nalgumas freguesias e noutras não? Assim, tem que haver coerência, e não está a criticar, a dizer que há um bom ou mau trabalho, só está a tentar perceber como é que a câmara municipal atua, para tentar ter uma coerência de pensamento. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo ter uma pergunta para fazer que



já não é bem sobre este assunto, mas é à boleia, tem a ver com a Central de Cervejas e não tem, é só lateralmente. Já houve evolução, ou qual foi a evolução dos 3 800 000,00€ em que o município foi defraudado, para não dizer outro nome, pelo poder central? Como está a questão em tribunal?-----

Respondeu o Sr. Presidente que a ação está a decorrer, aguardando-se que tenha sequência. É uma matéria que regularmente fala com o Dr. Manuel Rodrigues, que é o advogado da câmara municipal, e está a seguir essa matéria, e falou com o mesmo, na sequência de uma informação que o Sr. Vereador Nuno Libório prestou relativamente a uma ação semelhante em Almada, em que a Câmara Municipal de Almada foi ressarcida em cerca de 1 000 000,00€, salvo erro. Disse-lhe para observar e analisar essa decisão, no sentido de verificar se, para além daquilo que já se fez, há alguma questão mais a fazer.-----

Sobre a matéria em apreço, crê que todos têm que concorrer, independentemente de ser o poder local ou central, cada um com as suas responsabilidades, e aquilo que a câmara municipal deve fazer é melhorar a organização relativamente a este plano de ajuda alimentar.-----

Vai-se continuar a fazer, e espera que este plano, a breve trecho, possa terminar, mas não está muito otimista, sendo que enquanto as famílias do município tiverem as dificuldades que estão a atravessar, naturalmente que com as cantinas sociais, este apoio alimentar e outros no âmbito da rede social, a câmara municipal tem a obrigação de o fazer. -----

Pensa que estão todos imbuídos no mesmo espírito, que é o de encontrar boas soluções, sobretudo nesta matéria do cruzamento de informação que se tem vindo a afinar com a Segurança Social e as juntas de freguesia, crendo que neste momento se está num plano satisfatório. -----

Assim sendo, põe à consideração o ponto, perguntando quem vota contra e quem se abstém. -----

Respondeu o Sr. Vereador Aurélio Marques que os membros da CDU se abstém. ----

Tomou de novo a palavra o Sr. Presidente, referindo que com a abstenção dos membros da CDU o ponto foi aprovado. -----

Interveio ainda o Sr. Vereador Rui Pereira, voltando à essência do protocolo com a Central de Cervejas, dizendo que em 2009 houve uma inversão da situação, e por



incrível que pareça, ao contrário daquilo que o Governo na altura preconizou, infelizmente a crise chegou a Portugal. -----

Se o Sr. Presidente se recorda, o ministro do governo PS dizia até que a crise não iria chegar, mas adiante, os homens falham, e nem todos têm grande sentido de adivinhação. O ministro falhou, e infelizmente para todos vai-se falhando muito, porque todos são falíveis. -----

Recentrando-se na sua questão, até para justificar o porquê da abstenção da CDU, porque ninguém está contra alimentar quem passa fome, o que diz é que os membros da CDU ficam muito tristes com uma situação, e é essa a questão de fundo, tem sido essa a sua luta, não só neste caso, como noutras situações da sociedade portuguesa, é a questão da prevenção. -----

O português é conhecido em todo o mundo por ser extraordinário a montante, a “desenrascar”, aquilo está de tal forma “atuhlado”, que se “desenrasca”, e os portugueses são uns tipos extraordinários. O problema, com maior ou menor responsabilidade, inclusivamente das forças políticas representadas nesta câmara municipal, tem sido o da prevenção, o prevenir, e políticas de mitigação das desigualdades. -----

Antes pelo contrário, como todos bem sabem a desigualdade aumenta todos os dias em Portugal, e é isso que devia preocupar, porque quem hoje ajuda, amanhã poderá não conseguir ajudar. Infelizmente as empresas dependem do dinheiro que os consumidores gastam numa situação de mercado, que é aquela em que se vive. Era na prevenção, e com novas políticas, que se tinha de começar a fazer, e o que se continua a fazer é a montante, vai-se “desenrascando”. Não se previne, como noutros exemplos que se poderiam ter para a sociedade portuguesa, prendendo-se com isso o voto da CDU. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que a CDU vota da maneira que entender. Sobre as questões de fundo, muito havia para dizer, mas não é o caso, neste momento a câmara municipal está muito mais preocupada com a ação imediata de resolução de problemas. -----

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar a minuta do protocolo para o estabelecimento de compromisso social para apoio às famílias no concelho. -----



Deliberação nº _____

Pelas 12h30, após a discussão do ponto 4 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a análise e discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----

A PM

Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

MURO DE SUPORTE DE PT NA RUA FERNANDO PESSOA - VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o munícipe, Sr. António Machado, dizendo que mora na rua Fernando Pessoa, em Vila Franca de Xira, muito próximo da escola Professor Reynaldo dos Santos, e pretende falar sobre o muro de suporte de um posto de transformação – PT, em que solicita até que o Sr. Presidente, como não é longe do local da reunião, passe depois por lá para ver. -----

Depois de muita insistência, muitos telefonemas e perda de tempo, e como mora mesmo ao lado, foi-lhe dito que aquele muro foi pago pela câmara municipal, um valor de, salvo erro, 3 200,00€, mais qualquer coisa. -----

A sua questão não é o muro em si, é quem o fiscalizou e como foi feito. Pensa que a câmara municipal tem fiscais, tem engenheiros, e viu lá alguns deles, mas para seu azar era quase sempre à hora do almoço. Gostava que o Sr. Presidente fosse ver aquela obra, com os próprios olhos, para ver como é que aquilo ficou. O muro está lá, está em pé, não cairá com certeza, mas tem ferros à vista, nem sequer tem uns portões para segurança própria do PT traseiro, nem tem altura suficiente para as crianças, que saltam lá para cima, brincam lá, e inclusivamente defecam atrás, fazendo daquilo um urinol. -----

Trata-se apenas da maneira como foi construído, da estrutura metálica. Os ferros estão de fora, e se ficaram encolhidos, batidos com um martelo, foi porque insistiu para que o fizessem. Interiormente fizeram-no com uma rebarbadora, cortaram-se os ferros, e o resto ficou à vista.-----

Enfim, o muro em si não está mal feito, mas a fiscalização que foi feita através da câmara municipal está mal feita, se é que realmente a autarquia o pagou. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo não saber se foi uma obra feita diretamente pela câmara municipal, mas irá tentar saber. Terá que se ir lá ver, juntamente com o Sr. Vereador, para se tentar perceber. -----

Referiu ainda o munícipe que apenas queria duas portas, para não se fazer lá lixo, nem fazerem lá as necessidades fisiológicas.-----

Respondeu o Sr. Presidente que, se é como o munícipe diz, far-se-á com a rapidez que for possível.-----

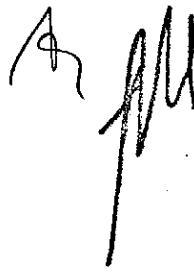
Continuou o munícipe, dizendo que já foi mencionado o caso do parque, do



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. António Machado, dizendo que muito rapidamente não será. Respondeu o Sr. Presidente que se não for muito rapidamente, será no tempo que for, e fala no muro. Fica o repto, e ir-se-á ver se o Sr. António Machado tem ou não razão. Se tiver, virá novamente à reunião.-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

RUA CASAIS DE SANTO ANTÓNIO – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o munícipe, Sr. Alfredo Cunha, morador na rua Casais de Santo António, em Vila Franca de Xira, dizendo que a rua continua a estar na miséria. Foi posta uma camada de preto por cima da estrada, mas nem sequer se taparam os buracos, que estão lá ainda. -----

Por cima, na continuação da sua propriedade, abriu-se uma vala para passarem as águas, para alimentar o Sr. Vítor, em baixo. A máquina andou lá, fez a vala, mas não endireitou o terreno com a pá, e aquilo está tudo cheio de lama e poças de água. Desta forma, as suas meninas vêm da escola a pé, da rua do Farrobo, pelo caminho de Santo António, até sua casa, o que se torna perigoso. -----

É preciso ver para crer, e veem-se muitos carros da câmara municipal, mas não se veem a trabalhar. Andam muitos, para um lado e para o outro, como ontem esteve uma carrinha lá em cima a pôr umas pazadas daquele “toutvenant”, aqui e acolá, mas isso não é o correto que qualquer pessoa faz, e é terrível ver como se trabalha atualmente. Não faz queixa de quem trabalha bem ou mal, não faz queixa de ninguém, mas é preciso ver como aquilo está. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo ser sempre um prazer rever o munícipe, que poderá vir às reuniões as vezes que quiser, o que espera é que venha trazer outras questões que não sejam as relativas a esta matéria. -----

De qualquer modo passará a palavra ao Sr. Vereador António Oliveira, porque há ali uma intervenção dos SMAS, que provavelmente tem a ver com as dificuldades a que o munícipe se refere. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo, em relação à intervenção no Casal de Santo António no âmbito dos SMAS, que o trabalho que está a ser feito é a nível de ramais e distribuição, e não está concluído. Quando estiver toda a colocação a nível de pavimentos será restabelecida. -----

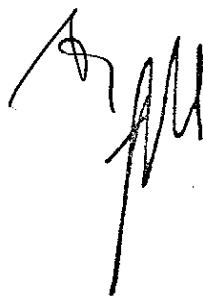
Há ali duas situações diferentes, tal como o Sr. Alfredo Cunha focou, e muito bem, uma é a intervenção dos SMAS, para solucionar problemas de ramais de abastecimento, de pessoas que não tinham água fornecida pelos SMAS. Está-se a resolver esse problema, e o munícipe deve sabê-lo, e bem. Há mais consumidores neste momento que estão a ser beneficiados com essa rede de distribuição, e os



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

trabalhos, por causa das condições climáticas, logicamente não estão concluídos. Há que dar tempo para que o mesmo melhore, e para os SMAS concluírem os trabalhos, o que não é o caso do restante pavimento, e é a isso que se pretendeu referir em relação a este trabalho da vala.-----



Assunto: APOIO MUNICIPAL À SOCIEDADE EUTERPE ALHANDRENSE PARA A
REALIZAÇÃO DO CARNAVAL DE ALHANDRA 2014 -----

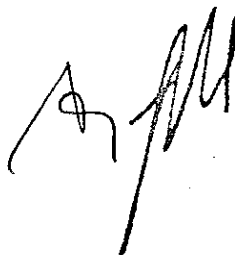
Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2014/02/13, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da atribuição de um apoio municipal, no montante de 5 500,00€, à Sociedade Euterpe Alhandrense, destinado à Comissão Organizadora do Carnaval de Alhandra, para comparticipação nas despesas efetuadas com a organização do Carnaval de Alhandra 2014. -----

Interveio a Srª Vereadora Marina Tiago, referindo que não poderá votar este ponto. O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo não estão contra, até louvam a contribuição da câmara municipal, apenas perguntam, atendendo a que o Carnaval de Alhandra é uma festa bastante enraizada nas tradições de Alhandra, que é de interesse para o pequeno comércio, para a restauração, e normalmente atrai sempre bastante gente, por que é que não é feito um protocolo, que atempadamente seja indicado à comissão organizadora, de modo a que tenha meios. O protocolo deveria definir os meios que a autarquia entendesse que estariam disponíveis para o efeito, permitindo também, com tempo, que os cortejos e festas tivessem mais participação e organização. -----

Gostariam pois de perguntar por que é que não se faz um protocolo, que inclusivamente entre no orçamento da própria câmara municipal, na medida em que atempadamente seria possível a qualquer das partes saber com aquilo que podia contar, para depois poder organizar os eventos à medida das disponibilidades que se tivessem. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo, como diz o povo, que “as conversas são como as cerejas”. Assim, e voltando às frases feitas, apesar das questões ideológicas, a questão do Carnaval é importante, nomeadamente por aquilo que o Sr. Vereador Vítor Silva levantou, para o comércio local, inclusivamente de certas localidades, cidades ou vilas, que têm esta tradição enraizada. -----

Denota-se muito o facto de os governos andarem a brincar ao Carnaval, ora dando tolerância de ponto, ora fazendo feriados, ora retirando feriado, sendo que, falando



em feriados, nunca mais se ouviu ninguém deste Governo dizer em quanto aumentou a produtividade por se terem menos feriados, e pensa que deve ser tão grande, que nem o consegue vir dizer.-----

Quanto a esta questão de não ser feriado de Carnaval, ela também traz economicamente, para estas localidades, uma diminuição, que diria mesmo que é brutal, na possibilidade de obtenção de receitas.-----

Assim, enquanto órgão que a câmara municipal é, também poderia pensar um dia destes em fazer uma moção, por exemplo, alusiva a isso, instituindo, até porque há tradição em todo o país, o feriado da terça-feira de Carnaval, sem querer com isso, obviamente, de alguma forma, diminuir a produtividade, que se poderá tentar implementar de outra forma, sem ser com mais horas, aí não será tanto produtividade. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Vereador Rui Pereira é extraordinário, pois à conta do Carnaval foi por aí fora, mas está tudo bem.-----

Aquilo que diz é que a posição do Sr. Vereador Vitor Silva tem todo o cabimento, e numa próxima oportunidade, pelo menos trar-se-á esta matéria mais cedo, assim que a comissão do Carnaval diga que sim, que está disponível para o ano seguinte continuar o Carnaval. É uma manifestação que já tem tradições no concelho, a que acresce o facto de outros territórios, outras freguesias e uniões de freguesia também se associarem agora ao Carnaval de Alhandra. Portanto, já extravasou o seu próprio território, o que é muito interessante, e a questão colocada vai ser tida em linha de conta.-----

Quanto à questão de ser ou não feriado, a câmara municipal já resolveu esse aspeto, e se os Srs. Vereadores lerem os despachos do próprio, já se avançou com a possibilidade de na terça-feira todos irem a Alhandra brincar um pouco ao Carnaval, o que também faz bem para descontrair, nestes momentos complicados que se atravessam. -----

De seguida, deu a palavra ao Sr. Vereador Nuno Libório, acrescentando que os membros da CDU não tinham pedido para falar neste ponto, e que já estão a falar mais, para quem não pediu. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo saber que o Sr. Presidente fez um apelo para ver se sobrava algum tempo para ainda se falar no final,



Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

contudo, recordar que às vezes vale a pena passar algum tempo pelas coisas para ter memória, e quem gosta de ter memória gosta de se recordar dessa mesma memória. Assim, recorda algumas informações do Sr. Presidente e do seu partido, quando se falava da importância do Carnaval de Alhandra, para exteriorizar esta mesma iniciativa, ou seja, o município, enquanto município, assumir esta iniciativa com uma dimensão de potencial económico e de valorização do território, que ainda hoje continua a não acontecer.-----

Essa é uma competência da autarquia, antes, deveria ser assumida pela autarquia. Não obstante os membros da CDU estarem, como é óbvio, de acordo com este apoio, o que registam é que a câmara municipal, em relação a determinado tipo de manifestações culturais, que têm potencialidade e vocação para afirmarem o território do concelho de Vila Franca de Xira, mostra grandes debilidades, para não dizer mesmo uma falta de sensibilidade para valorizar aquilo que de bom se consegue ainda manter e fazer no concelho.-----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se considera este ponto aprovado por unanimidade, considerando fantástico que, por uma questão em particular, se consiga de facto dar a volta ao mundo. Desta forma, aprecia essa criatividade.-----

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente, estando ausente no momento da votação a Sr^a Vereadora Marina Tiago,-----




[Handwritten signature]

Reunião de 2014/02/19

Deliberação nº

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE -----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 184/14, de
12/02, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr.
Presidente, no período compreendido entre 2014/01/29 e 2014/02/11, respeitantes
a licenciamentos de obras particulares “construção/utilização”. -----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 184/14, de 12/02, do
DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
6. Propostas:-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



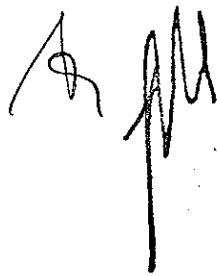
1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – RUA 28 DE MARÇO, Nº 7, 3º DTO – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 32/14, de 27/01, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria levada a efeito na rua 28 de Março, nº 7, 3º dto, na freguesia de Vila Franca de Xira, solicitada por Macário Assunção Fernandes. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 32/14, de 27/01, do DGUPRU/DF, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, reportando-se a este ponto, e mais até ao ponto 9, e outros futuros autos de vistoria que possam vir a reunião de câmara para aprovação. Pretende tirar uma dúvida em que, de alguma forma, pode ser assim, e a questão formal até pode ser esta, ou seja, “por iniciativa dos serviços”. A sua questão é só esta, por iniciativa dos serviços vão bater à porta da senhora e vão lá para casa ver o problema que lá há? Trata-se só de uma questão, que é a de saber se é formal. Se é formal, pergunta o porquê de existir. -----
Em segundo lugar, continua a pensar, e pode ser o próprio, que há informação a mais em certos assuntos e noutros a menos, pelo que se deveria tentar encontrar um ponto de equilíbrio. -----
Em relação ao ponto 7, por exemplo, aparece um requerimento do Sr. Macário Assunção Fernandes, com a data de setembro, mas já no ponto 9 não há qualquer requerimento, no entanto, diz o despacho “enviar à queixosa a cópia do auto em questão”. Então, por que é que não se tem a data do pedido? Considera interessante ver-se também a celeridade com que os serviços conseguem dar vazão ao trabalho que lhes vai surgindo na secretária, para se poder, de alguma



forma, melhorar e otimizar os recursos que a câmara municipal tem, e relembra que é fundamental quem tem que decidir e assinar ter essa percepção. -----

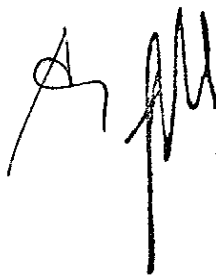
O próprio, pelo menos, gosta de ter, e relembra que há uns anos atrás, em Vialonga, de um pedido de vistoria em que se demorou 14 meses a lá ir. Felizmente isso já não está a acontecer, mas ainda pensa ter toda a pertinência ter-se a requisição, ou a queixa do munícipe, agarrada aos autos de vistoria, para se ter uma noção do que a pessoa se está a queixar e daquilo que realmente foi verificado, e as consequências que isso poderá trazer. -----

Em relação, por exemplo, ao ponto 8 da ordem do dia, a questão é diferente, até porque é uma situação pública, de via pública, onde passa muita gente, e há a própria questão da falta de iluminação da zona, já não falando de civismo de alguns moradores em detrimento de outros, que sem terem culpa também têm que levar com as más condições que existem naquela via. -----

Assim, mais uma vez aproveita, neste auto de vistoria do ponto 8, para falar da proteção civil, porque entende que a proteção civil municipal de Vila Franca de Xira deveria ser uma proteção civil num sentido mais lato do que aquilo que realmente é. Não sabe se há fiscais suficientes, mas aquilo que se questiona, em relação a este serviço, é sobre as questões onde há situações iminentemente perigosas para pessoas e bens, que pode ser o caso deste muro, que está em muito mau estado, ou, como há alguns edifícios ou obras que se vão fazendo pelo concelho, alguns andaimes que são utilizados. -----

Gostaria de perceber quais são os meios que se têm ao dispor, e quando é que se começa a conseguir reorganizar, ou até, usando palavras do Sr. Presidente a um jornal há bem pouco tempo, introduzir melhorias, reorganização, mais formação e aproveitar melhor os recursos da câmara municipal. Passa um pouco por aí, e continua sem perceber, em situações de perigo iminente, o porquê de não haver apoio da própria proteção civil, porque honestamente não vê, nunca viu, e muitas situações são relatadas pela própria oposição, quando já há serviços. Se não há condições têm que se criar, para desenvolver esse tipo de trabalho. -----

Prosseguiu, reportando-se à sua questão inicial, se é realmente uma questão formal, ou se é por iniciativa dos serviços, e se se vai começar a fazer “porta à porta” também. -----



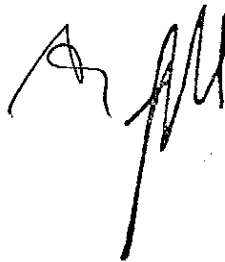
Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que a Coligação Novo Rumo tinha pedido para intervir no ponto 7, exatamente na sequência até da intervenção do Sr. Vereador Rui Pereira, existindo, nesta vistoria em concreto, do ponto 7, um pedido do requerente Macário Assunção Fernandes, e os serviços respondem que é por iniciativa dos mesmos. Contudo, não há iniciativa dos serviços, há um requerente, e os serviços vão ao local.-----

A questão que se coloca é, depois, quando se recebem os documentos, os mesmos estarem instruídos convenientemente, sabendo-se por que é que os serviços vão ao local, vindo o requerimento do requerente, com o que é dito, o que é requerido, em que os serviços entendem que devem ir ao local, com o relatório e a conclusão a que chegaram. Isso é que é importante, não é virem só meia dúzia de linhas, com os serviços a dizerem “por nossa iniciativa fomos lá”. Não tiveram iniciativa, foi uma obrigação, na sequência do pedido de um munícipe, assim é que está correto, e pensa que a situação deve ser reavaliada. -----

Continuou, aproveitando para se reportar a uma questão, até porque teve para fazer essa intervenção no início da reunião, dizendo que tem assistido, e lido, a uma série de intervenções que não viu da parte do Partido Comunista há uns anos, que viu agora recentemente, face à questão do Sr. Comandante António Carvalho, responsável da proteção civil municipal. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo têm a dizer que, de facto, desde que a presença do Sr. Comandante António Carvalho na proteção civil se tornou efetiva, as alterações foram substanciais, bastando ver o passado e o que aconteceu. Pode-se efetivamente questionar, face aos meios existentes, e não tem conhecimento atual dos meios, mas teve conhecimento, no passado, do que existia, que é um problema de definição do município, do que quer para a sua proteção civil, quais os objetivos e os meios que quer dar para a sua proteção civil. -----

Face aos meios que a proteção civil tem, do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, a atuação tem sido correta, como aliás ficou demonstrada na última pequena celeuma que existiu, em que viu que houve umas lateralizações da questão. Face à atuação da proteção civil, personificada neste caso pelo Sr. Comandante António Carvalho, nada têm a dizer face a essa matéria que devesse ser feito. -----



Quando chamam a atenção, por exemplo, em relação ao ponto 8, quando há uma vistoria da parte dos serviços, se entendem que há uma intervenção a ter da proteção civil, devem fazê-lo. O próprio, que até é um leigo na matéria, olhando para aquela questão em particular, nem lhe parece assim tanto, mas se houver essa necessidade, os serviços devem comunicar aos serviços respetivos de proteção civil, e se o fizerem, deveria vir dito ou transcrito, através do vereador responsável, o que é que a proteção civil fez ou não face a essa matéria. É isto que deve ser efetivamente visto.-----

Face ao passado, o que se veio a provar é que o comportamento do responsável da proteção civil face às matérias que foram levantadas no passado foi absolutamente correto e exemplar no seu tratamento, e na forma como enviou aos vereadores da câmara municipal.-----

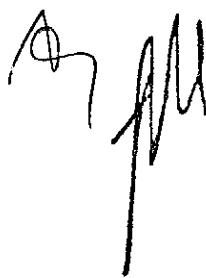
Interveio o Sr. Presidente, recentrando-se nos pontos em causa, sem prejuízo do Arqtº Nuno Santos poder dar algumas achegas. Aquilo que pode dizer é que a câmara municipal, relativamente aos autos e à eficácia de serem presentes em reunião, melhorou consideravelmente, aliás o próprio fez um despacho, no sentido de que entre o momento da elaboração do auto até vir a reunião de câmara tinha que mediar um "x" de dias, que eram bastante curtos. -----

De facto isso melhorou, o que não quer dizer que, apesar de tudo, não haja ainda necessidade de melhorar, e vai-se fazer, porque compreende e reconhece que há falta de informação. O primeiro documento, que é o decisivo no meio de tudo, é uma queixa, e a queixa, de facto, devia estar anexa. -----

Assim, solicita ao diretor, Arqtº Nuno Santos, que a partir de hoje verifique com o novo responsável da fiscalização as metodologias necessárias. A informação a mais não é problemática, a informação a menos é que é.-----

Depois, como segundo ponto, há uma questão de fundo, qual é o papel da proteção civil e quais os objetivos da proteção civil. É uma questão importante, sem dúvida nenhuma, e o que quer dizer é que aquilo que deve ser um trabalho de proteção civil é transversal a todos os serviços da câmara municipal. -----

Aquilo que tem vindo a falar, não de agora, mas de conversas que teve com o Sr. Comandante António Carvalho, deve e tem de haver reuniões periódicas com os presidentes de junta, os responsáveis internos dos vários departamentos da



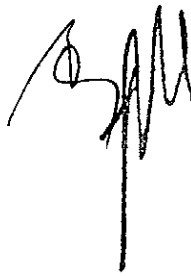
câmara municipal, para que num momento de emergência cada uma saiba o que tem de fazer, apesar dos meios serem escassos, e de também determinado tipo de situações não competir somente à câmara municipal. Compete também à Autoridade Nacional de Proteção Civil, e as questões que daí advêm têm que ter uma particular atenção. -----

Não tem dúvidas que o Sr. Comandante António Carvalho tem dado um contributo bastante importante, mas tem que se fazer mais, do que não tem dúvidas, exatamente dentro dos meios que se têm, no sentido de trabalhar de uma forma mais organizada. -----

De qualquer modo, quando uma questão como a do ponto 8 surge, e outras semelhantes, aquilo que o serviço municipal de proteção civil faz, após detetada uma determinada situação, é aquilo que é o seu âmbito de competência, que é chamar a atenção, e através disso a fiscalização da câmara municipal e o departamento de obras atuar, como seja isolar a zona e criar condições para que se protejam pessoas e bens. Depois, é tentar encontrar soluções, como agora aconteceu em Alhandra, onde esteve com o Sr. Vereador da área. Assim que a questão foi colocada e houve conhecimento, não só foi lá o presidente da câmara como o vereador da proteção civil, que pouco foram fazer a não ser olhar para a circunstância, pois não são eles que vão resolver muita coisa, a não ser darem uma ou outra instrução. -----

Estiveram lá os bombeiros de Alhandra, a fiscalização da câmara municipal, assim como técnicos e engenheiros, para avaliarem se determinadas casas estavam em aparente iminência de ruir, se era assim ou não, e estava o presidente da junta. Ali funcionou em bloco aquilo que tinha de funcionar, e é assim que as coisas se têm vindo a resolver. Há lá o problema de um muro, e quando o tempo ficar mais seco vai-se ver como se vai resolver, sendo que toda aquela encosta é instável, e cada inverno que passa, mais a mais com o que está a acontecer, as dificuldades são maiores, considerando também os pombais que por lá andam. -----

Entende que a proteção civil cada vez tem de ter mais meios, o seu comandante tem de propor à câmara municipal aquilo que acha que é necessário que se faça, e a autarquia tem que dotar o serviço municipal de proteção civil com os meios possíveis, não consegue é ir a todas, nem lhe parece que tenha que o fazer. -----



Interveio o Diretor do Departamento de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, Arqtº Nuno Santos, explicando a questão que vai passar a ficar clara na circunstância da nova metodologia que já se começou a preparar, dado que vinha já previamente de outra questão que havia sido colocada na reunião de câmara anterior. -----

O seu departamento está a preparar uma metodologia nova, para que a câmara municipal, nas suas decisões, possa estar mais suportada. De qualquer forma, quanto ao porquê da "iniciativa dos serviços", muitas das vezes as questões são colocadas de uma forma simples pelas pessoas, e esta iniciativa dos serviços é a proposta feita pelos serviços ao Sr. Presidente, no sentido de ser realizada a vistoria, para aferir, de facto, quais as circunstâncias que ali estão. -----

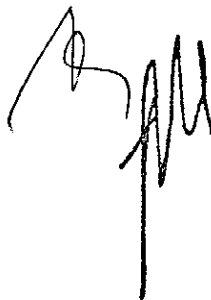
Daí que venha este termo, que provavelmente não é o mais assertivo, mas nas circunstâncias do que se irá fazer ficará claro para todos os vereadores o porquê desta ação em concreto. -----

O Sr. Presidente interveio, referindo que se estará em condições de votar os pontos 7 e 8, concluindo que os mesmos foram aprovados por unanimidade. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo ainda, quanto ao ponto 9, que começou por dizer na sua intervenção que o ia associar à discussão do ponto 7, porque tinha mais a ver com esta questão do formalismo, e pelo facto de no ponto 9 não vir a requisição, quando depois se menciona que se tem de enviar a cópia do auto à queixosa. Afinal, há um primeiro documento, que vai despoletar todo o processo. -----

Prosseguiu, referindo que o sentido de voto do ponto 9, obviamente, é de aprovação, mas, pegando nas palavras do Sr. Presidente, quando diz que "o Comandante também tem que pedir", pensa que é uma questão mais de dialética, e que a própria câmara municipal deverá definir o que quer dos seus serviços de proteção civil. Depois, em conjugação com o seu comandante, enquanto entidade, diga-se assim, operacional máxima, ver os meios a dotar, e relembra que há meios que podem e devem ser partilhados. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – RUA TERRA DAS FIGUEIRAS – CASAL DOS ESTANQUES – VIALONGA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 33/14, de 27/01, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria levada a efeito na rua Terra das Figueiras, Casal dos Estanques, na freguesia de Vialonga. -----

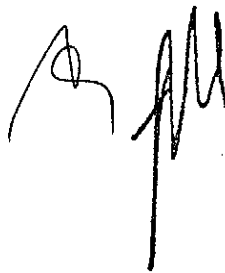
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 33/14, de 27/01, do DGUPRU/DF, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Este assunto foi discutido em conjunto com o ponto 7 da ordem do dia. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – RUA DOS LAVADOUROS, Nº 5, PORTA 2 – ARCENA – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 9/14, de 09/01, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria levada a efeito na rua dos Lavadouros, nº 5, Porta 2, Arcena, em Alverca do Ribatejo.-----

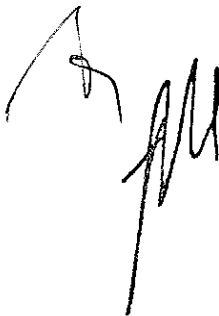
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 9/14, de 09/01, do DGUPRU/DF, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Este assunto foi discutido em conjunto com o ponto 7 da ordem do dia.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO QUINTA DO SERPA (QUINTINHA), LOTE 102 – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 7/14, de 21/01, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 102 do loteamento Quinta do Serpa (quintinha), na freguesia
de Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de
Xira aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2012-AUGI, de 03/10,
requerido por Carlos Eugénio dos Reis Nobre. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 7/14, de 21/01, do DGUPRU/DPRU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, reportando-se a este ponto e aos pontos
11, 12 e 13 da ordem do dia, dizendo que embora o ponto 13, na sua
interpretação, esteja correto, os pontos 10, 11 e 12 não estão, porque na
informação dos serviços está totalmente o contrário do que consta na ordem do
dia. -----
É dito, nos documentos, “deste modo, estão reunidas as condições de remeter o
processo a reunião de câmara, para aprovação da hipoteca legal a favor do
município”, e deve ser como está no ponto 13, a “aprovação do cancelamento da
hipoteca legal a favor do município”. -----
Desta forma, por parte dos membros da CDU não há qualquer objecção de aprovar
estes pontos, fazendo-se a respetiva correção das situações. -----
Interveio o Sr. Presidente, agradecendo a intervenção do Sr. Vereador, porque foi
importante, passando de seguida à votação dos pontos, concluindo que os mesmos



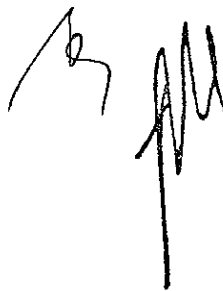
Reunião de 2014/02/19

Proc^o 2/14 CERTAUGI

Deliberação nº

foram aprovados por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente, com a correção introduzida. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO BALTARES, LOTE 29 – SOBRALINHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 8/14, de 20/01, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 29 do loteamento Baltares, no Sobralinho, registada na 2ª
Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do registo do
alvará de loteamento nº 2/2013-AUGI, de 23/01, requerido por João Manuel Gomes
de Carvalho. -----

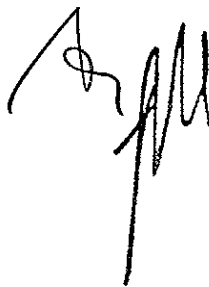
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 8/14, de 20/01, do DGUPRU/DPRU,
documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 10 da ordem do dia. ---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente, com a correção introduzida. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ESPARDELA, LOTE A36 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 22/14, de 04/02, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote A36 do loteamento Baltares, em Alverca do Ribatejo,
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do
registo do alvará de loteamento nº 6/2013-AUGI, de 27/09, requerido por Carla
Cristina Gameiro de Sousa.-----


3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 22/14, de 04/02, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação.-----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 10 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente, com a correção introduzida. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO, LOTE A34 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 18/14, de 06/02, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote A34 do loteamento Zona do Moledo, em Alverca do Ribatejo,
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do
registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido por Maria
Isabel Amorim de Freitas Torres. -----

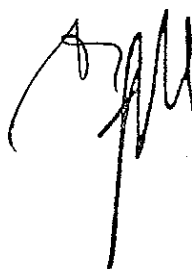
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 18/14, de 06/02, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 10 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO ZONA DO MOLEDO, LOTE A35 – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 19/14, de 06/02, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote A35 do loteamento Zona do Moledo, em Alverca do Ribatejo,
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do
registo do alvará de loteamento nº 4/2011-AUGI, de 28/12, requerido por Maria
Isabel Amorim de Freitas Torres. -----

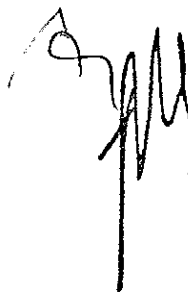
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 19/14, de 06/02, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----



1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DA QUINTA DA COUTADA, TITULADO PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 2/2011-AUGI – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 28/14, de 27/01, do DGUPRU/PRU, para aprovação da alteração ao loteamento da Quinta da Coutada, titulado pelo alvará de loteamento nº 2/2011-AUGI, na freguesia de Vila Franca de Xira. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 28/14, de 27/01, do DGUPRU/PRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo que os membros da CDU têm algumas questões diferentes. A primeira é saber até que ponto ou como é que este equipamento se integra na rede de equipamentos deste género, ou seja, se integrará a rede nacional de cuidados continuados. Os utentes deste equipamento serão comparticipados pelo Estado? -----
O sentido de voto que têm prende-se justamente com isto, se efetivamente este equipamento servir a população integrado na rede nacional de cuidados continuados, está muito bem, serão a favor, caso contrário o sentido de voto dos membros da CDU será o de abstenção. -----
Além disto, gostariam que ficasse claro em que medida é que esta proposta de alteração serve o interesse público. Não é referido este aspeto, mas parece-lhes que, abrindo um precedente desta natureza, as propostas deverão explicar por que é que se está a favorecer uma alteração de loteamento, e em que medida é que esta alteração tem um fundamento de interesse público ou não. Pensam que isso deverá estar claro. -----



A outra questão tem a ver com a rede de saneamento, e perguntam se a mesma já está implementada e a funcionar, uma vez que tinham ideia que tinha havido alguns problemas no passado com os proprietários desta zona. -----

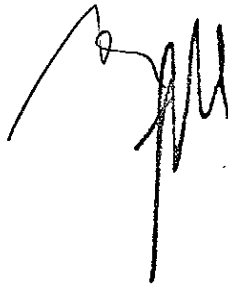
Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo, sem prejuízo do Sr. Vereador António Oliveira poder também esclarecer alguma questão, que a rede de saneamento, de facto, teve problemas no início, mas estão todos resolvidos e está tudo a funcionar. Quanto ao interesse público, é manifesto, na medida em que cada vez mais as unidades de cuidados continuados são uma exigência. Aliás, neste momento as instituições particulares de solidariedade social – IPSS, prestam um serviço muito para além daquilo que é a sua competência. Há muitas patologias hoje em dia que têm a ver mais com unidades de cuidados continuados, porque exigem cuidados técnicos contínuos, e as instituições de solidariedade social que estão ligadas à terceira-idade, à população sénior, estão a fazer, de facto, em alguns casos, uma valência de cuidados continuados. -----

Portanto, a unidade de cuidados continuados é uma necessidade, e está identificado que, no futuro, a câmara municipal vai ter de alargar esta rede. -----

A Srª Vereadora Margarida Cavaleiro pergunta-lhe se está na rede nacional de cuidados continuados, e a única coisa que vem a reunião para aprovar é aquilo que já estava previsto inicialmente, ou seja, aquele edifício foi construído com um espaço contíguo, e implantado de modo a poder posteriormente ser ampliado, conforme está no seguimento da proposta. Assim, as condições daquela unidade são exatamente as mesmas da unidade que está agora a funcionar. -----

Agora, revelou-se necessário, e provavelmente mais depressa do que aquilo que se estava à espera, que o equipamento fosse alargado para estes mais, salvo erro, 9 quartos. É o que pode afirmar, estando-se perante uma unidade de cuidados continuados modelar, se calhar até excessiva em alguns aspetos que encareceram o equipamento, e às vezes as exigências, leis e normas não deveriam ser tão exigentes. -----

Referindo-se a um à parte, que nada tem a ver com o assunto, disse que aquele equipamento podia ter ficado num valor muito mais adequado, caso as exigências que foram feitas não fossem as que aconteceram. Portanto, espera que estas normas e leis que enquadram este tipo de equipamentos possam ser revistas, pois não é necessário ir até um limite daquilo que foi feito naquele equipamento de



cuidados continuados. -----

Se um dia os Srs. Vereadores tiverem oportunidade de lá ir, se ainda não foram, irão verificar exatamente o que acabou de referir, há ali um excesso, mas, independentemente desse aspeto, a necessidade do alargamento é real.-----

O município de Vila Franca de Xira, o que tem de fazer, nestas circunstâncias, é apoiar, estando a falar de uma instituição de solidariedade social, e, no fundo, para que esta ampliação possa ser feita, tem de haver esta alteração ao loteamento.-----

Do seu ponto de vista é aquilo que está em causa, as questões que a Srª Vereadora colocou são pertinentes, e estão respondidas. -----

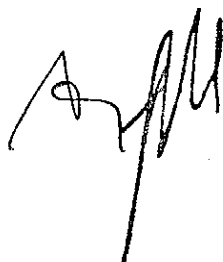
Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo, quanto a esta zona, que há cerca de 2 anos e meio foi feito o reforço e construção de toda a estrutura de saneamento, e também de abastecimento, a nível da água. Assim, com toda a garantia, o saneamento, logicamente que com as autorizações necessárias para uma estação da Simtejo que se encontra ali perto, estava garantido já na altura.-

Interveio a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, referindo, sendo assim, que não crê que os membros da CDU possam ver respondida a questão que colocam, e passa a formulá-la de uma forma clara. Os utentes que irão beneficiar desta ampliação serão ou não participados pela Segurança Social? A Segurança Social integra, não só a obra, mas, depois, o seu funcionamento? -----

Respondeu o Sr. Presidente que a única coisa que pode dizer é que estão na mesma plataforma de apoio. Se respondesse “é assim ou assado”, não sabe, a única coisa que sabe é que há uma participação da família ou do utente propriamente dito, e há também um apoio, na sequência do contrato que foi estabelecido com a Segurança Social. É isso que está, e quanto ao futuro, certamente que a questão do contrato com a Segurança Social estará estabelecida, mas em rigor, não consegue dizer.-----

Continuou, corrigindo a informação, esclarecendo que pediu para falarem com o presidente da instituição, e chegou-lhe nesta altura a confirmação que, de facto, também esta ampliação está no quadro do contrato estabelecido com a Segurança Social, ou seja, há um apoio para cada utente, que não sabe dizer quanto, mas é um apoio substancial.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Margarida Cavaleiro, dizendo, sendo assim, que a bancada da CDU é a favor desta alteração ao loteamento.-----



Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que há uns meses atrás foi aprovada no Parlamento, por unanimidade, a lei de bases da economia social, e portanto, para os membros da Coligação Novo Rumo são um pilar absolutamente essencial, na economia social e na prestação dos cuidados, sejam eles de saúde ou às crianças, as instituições particulares de solidariedade social.-----

O modelo que se construiu assenta com base nesses pilares, e o que tem vindo a ser preconizado nos últimos anos é que é preciso dar cada vez mais importância às instituições particulares de solidariedade social, apoiar nos milhões de euros que foram investidos ao longo de anos, quer do setor público, quer do setor privado, para que estas instituições tenham importância e prestem um serviço relevante à sociedade. Neste caso, esta instituição em particular presta um serviço relevante à sociedade vila-franquense. -----

Se há, do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, algum interesse público, estas instituições são efetivamente de interesse público. Apesar de serem instituições particulares de solidariedade social, prestam um inegável serviço público ao serviço de todos, aos mais idosos e às crianças. Portanto, dever-se-ão sempre apoiar. -----

Aqui vai-se é ao encontro de uma coisa que o Sr. Presidente disse, que faz sentido repensar, porque não faz sentido, como se fez num passado recente, construir instituições, algumas grandes construções, porque têm uma qualidade extraordinária, só que os custos que daí vêm são incomportáveis para a maioria das famílias em Portugal. -----


Tem-se exemplos disso na Póvoa de Santa Iria, em que a maior parte dos idosos, para não dizer 90%, de uma forma normal nunca conseguirá pagar um quarto naquela instituição. Porquê? Porque as exigências da sua construção são completamente desadequadas à realidade onde se inserem. -----

Não vale a pena dizer-se, e aliás houve alterações feitas, nomeadamente em relação às crianças, em que se permitiu inclusivamente a introdução, se não está enganado, de mais 1 ou 2 crianças em salas de aula, porque era absolutamente inaceitável o grau de exigência que se tinha em relação a um conjunto de requerimentos que se faziam às IPSS, que depois muitas não se aplicavam ao setor público.-----

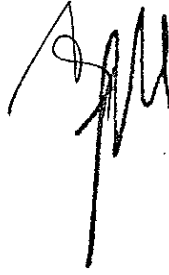
Muitas vezes, quando, através da câmara municipal ou doutras instituições, se



Deliberação nº _____

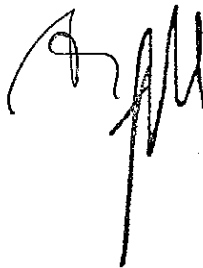


7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Assunto: ALTERAÇÃO À ORDEM DO DIA-----

Após a discussão do ponto 15, interveio o Sr. Presidente, dizendo que há matérias que têm que ir à próxima assembleia municipal, e se lhe permitirem gostaria de discutir já os pontos 28, 32, 34, 35 e 44, voltando-se posteriormente ao ponto 17. -- A discussão do ponto 44 também é urgente, porque, apesar de não ter que ir à assembleia municipal, é uma questão que tem a ver com o protocolo para o 4º torneio do Cira Hóquei. -----



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE VILA FRANCA DE XIRA –
LIBERAÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 179/14, de
07/02, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria, datado de 2014/02/03,
bem como da liberação de 75% da caução total da obra, no valor 152 488,41€,
referente à empreitada de construção do Centro de Saúde de Vila Franca de Xira,
adjudicada à Sociedade de Construções José Coutinho, SA.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 179/14, de 07/02, do
DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António de Oliveira submete o assunto à reunião de
câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: PROCEDIMENTO PARA A CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS COMERCIAIS NO MERCADO RETALHISTA DE VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 27/14, de 04/02, do GAMAЕ, para aprovação da abertura de procedimento para a concessão do direito de ocupação de espaços comerciais no mercado retalhista de Vila Franca de Xira, bem como das peças processuais e composição da comissão de avaliação das propostas. -----


3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 27/14, de 04/02, do GAMAЕ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Declaração de Retificação nº 5/2014, de 3 de fevereiro, I série, que retifica a Portaria nº 17/2014, de 27 de janeiro, do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, que procede à primeira alteração à Portaria nº 286-A/2013, de 16 de setembro, que cria a medida Incentivo Emprego, publicada no Diário da República nº 18, I série, de 27 de janeiro de 2014;-----

Declaração de Retificação nº 6/2014, de 3 de fevereiro, I série, que retifica o mapa oficial dos resultados das eleições gerais dos órgãos das autarquias locais de 29 de setembro de 2013 (Mapa Oficial nº 1-A/2013); -----

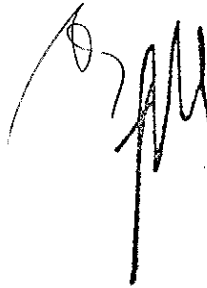
Portaria nº 30/2014, de 5 de fevereiro, I série, que identifica as unidades orgânicas de ensino da rede pública do Ministério da Educação e Ciência, constituídas por agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas a funcionar no ano escolar de 2013-2014; -----

Decreto-Lei nº 22/2014, de 11 de fevereiro, I série, que estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores e define o respetivo sistema de coordenação, administração e apoio; -----

Lei nº 7/2014, de 12 de fevereiro, I série, relativo à primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao Decreto-Lei nº 146/2013, de 22 de outubro, que procede à 12ª alteração do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei nº 139-A/90, de 28 de abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho;-----

Decreto-Lei nº 23/2014, de 14 de fevereiro, I série, que aprova o regime de funcionamento dos espetáculos de natureza artística e de instalação e fiscalização dos recintos fixos destinados à sua realização, bem como o regime de classificação de espetáculos de natureza artística e de divertimentos públicos, conformando-o com a disciplina do Decreto-Lei nº 92/2010, de 26 de julho, que transpõe a Diretiva nº 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno. -----

Tomado conhecimento.-----



1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2014/01/30 e 2014/02/12, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

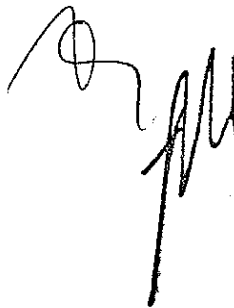
3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----

Câmara Municipal:-----

Dotações Orçamentais -----21 854 027,57€

Dotações não Orçamentais ----- 2 341 188,39€

Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----

Dotações Orçamentais ----- 3 326 137,43€

Dotações não Orçamentais ----- 383 517,84€

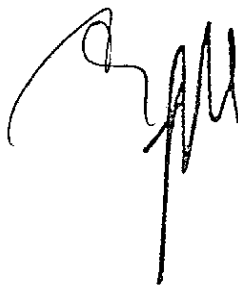
3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE UM TROÇO DA RIBEIRA DAS SILVEIRAS – ALVERCA DO RIBATEJO – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 37/14, de 11/02, do DGAFJ/DFPCO/SC, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços para limpeza e desobstrução de um troço da Ribeira das Silveiras, em Alverca do Ribatejo, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----

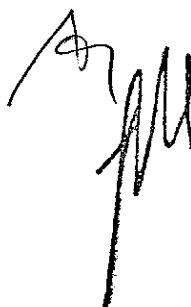
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 37/14, de 11/02, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: ALUGUER OPERACIONAL DE 2 VIATURAS LIGEIRAS DE PASSAGEIROS TOYOTA PRIUS – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL -----

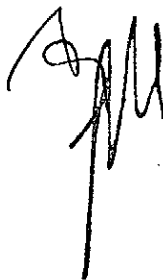
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 31/14, de 10/02, do DOVI, para remessa à assembleia municipal, com vista à autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21/02, relativa ao aluguer operacional de 2 viaturas ligeiras de passageiros Toyota Prius. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 31/14, de 10/02, do DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que este ponto foi retirado na última reunião, por várias questões, e também da sua bancada. Colocou uma interrogação, e o Sr. Presidente até concordou quando o próprio falou na questão da compra inicial dos veículos. -----
É um aluguer operacional de viatura (AOV), e na comunicação interna nº 31/14 dos serviços explica, e muito bem, o que é o AOV, o que é o ALD, que é o aluguer de longa duração, com o valor residual de entrega no final do contrato, em que o carro até já pode estar destruído, apesar de não ser assim que está escrito, mas é a mesma coisa. -----
Contudo, leu a ata, pensa mesmo que da bancada da Coligação Novo Rumo houve algumas questões que não estariam nas respostas dessa comunicação interna, e o que estava em causa era uma comparação com os valores do AOV e os valores da compra do carro em novo. -----
Nunca falou no valor residual, nem nunca falou no aluguer de longa duração, e



pensa que houve alguma confusão, o que depreendeu em conversa com algumas pessoas da câmara municipal, pois o que está em causa para si e para a sua bancada é analisarem os custos. Quanto à vida útil do carro, são 40 320,00€, que com o IVA passarão a cerca de 50 000,00€, e um carro pode durar três vezes mais de vida do que o que lá está, e aquilo que estava em causa eram estas comparações. Desta forma, a comunicação interna de agora é como o vocábulo, falaram de “alhos, e vêm bugalhos”.-----

O Sr. Presidente também concordou consigo, e interrogou-se por que é que não eram compradas as viaturas, e não diz que sejam compradas novas, embora voltasse a dizer que no tempo do Sr. Vereador Vale Antunes, em várias compras que se fizeram, até se disse que se ganharia para isso. Contudo, já não está isso em causa, já não vai falar das oficinas, da manutenção, nem nada, porque já falou, e pensa que não deve estar a repetir-se, mas o que estranha é por que é que foi retirado o ponto, pois mantém-se a mesma coisa, não vêm valores para analisar. -- Não é técnico, nem perito, mas continua a pensar, e pensa que a sua bancada também, que tinha a ver com a questão dos custos, que na sua opinião, mas pode estar enganado, são mais vantajosos comprando um carro novo. Percebeu que era isso, e foi isso que os membros da CDU pediram, que viessem os valores para analisaram. -----

Já não vai falar se podiam ser carros híbridos ou menos híbridos, já falou nisso na altura, e é só isso que estranha, retirou-se o ponto, só que vem a mesma coisa, embora com uma coisa muito bonita para explicar. Até agradece a explicação, mas já a sabiam, e portanto não está a perceber. -----

Desta forma, o sentido de voto da CDU, como é evidente, será aquele que já era na altura, é contra. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que aos membros da Coligação Novo Rumo esta questão serve-lhes para falarem sobre uma outra. Do ponto de vista que têm, o que a câmara municipal deveria fazer era definir uma política, neste caso municipal, de como são aplicados os recursos públicos nos automóveis, ou seja, o que é que cada um tem direito. -----

O Sr. Presidente, quando é eleito, tem direito a que automóvel? Não é a marca, é o valor, o “budget” mensal que o presidente tem direito a gastar num automóvel.



Qual é o “budget” que cada vereador tem direito a gastar num automóvel? É importante esta questão, porque uma coisa são as realidades de há 4 anos, outra são as realidades de hoje. Pode-se dizer que a realidade de hoje é pior que a de há 4 anos, mas não, a realidade de hoje para os automóveis é melhor, porque com o mesmo “budget” consegue-se comprar um automóvel melhor. Logo, eventualmente pode-se reduzir o “budget”.-----

Esta questão aplica-se a muitos setores da câmara municipal, que é o que se quer para determinadas áreas na câmara municipal.-----

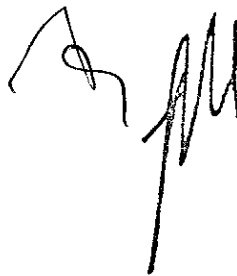
Não querem questionar, e não faz sentido, se o vereador tem direito ou não a um carro. Para os membros da Coligação Novo Rumo, objetivamente, um vereador que tem responsabilidades no município tem um conjunto de responsabilidades e despesas a seu cargo, e com certeza que o automóvel fará parte dessa questão. --- Também não quer, nem faz muito sentido, entrar nesta coisa de se dizer que depois se usa ou não o automóvel, pois pensa que ele faz parte do exercício de uma determinada função.-----

Como tal, não fazem muito sentido também as outras questões que se começaram a dizer, que existem na sociedade portuguesa, englobando depois também os membros do Governo, se o carro é usado à noite ou ao fim de semana. Essa é uma discussão importante, mas do seu ponto de vista não fará muito sentido uma pessoa, que tem um automóvel, ter que ter outro para fazer outra função. -----

Numa empresa é atribuído um automóvel para uso da pessoa, a não ser que seja um “pool car”, que é só para a função, mas isso faz parte das regras, que devem ser definidas, que é para não haver azo a interpretações de dizer que depois se usa para o aspeto A, B ou C, que muitas vezes é só na perspetiva não construtiva, mas destrutiva, ou de criar problemas à pessoa A ou B. -----

Não é por aí, quando se está a dizer que deve ser aplicada uma política, é para evitar estas questões laterais à volta, e arrumar o assunto de uma vez por todas. --

Agora, quanto à questão do automóvel, neste caso da aquisição destes automóveis, os membros da Coligação Novo Rumo não tiveram muito tempo para avaliar o assunto, e não querendo dizer que o que os serviços escreveram não está correto, pois não é isso, pensa que em Portugal existem mais híbridos do que aqueles que os serviços escrevem. -----



Há várias marcas com vários híbridos, depois têm é valores distintos, mas o próprio não fez essa pesquisa. Contudo, mesmo em plena reunião de câmara, se fizer uma pesquisa por “carros híbridos em Portugal”, aparecem-lhe vários, inclusivamente um “ranking”, que vai desde o Chevrolet à Porsche. Está só a dizer o “ranking” que lhe aparece na pesquisa, não está a defender que o erário público daria um “presente” de um Porsche, até porque não faria muito sentido. -----

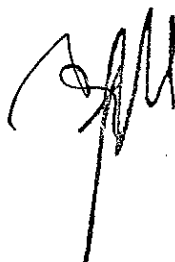
Aquilo que pensa que faria sentido era avaliar verdadeiramente o que existe no mercado, e depois chegar à questão dos convites, que já foram abordados na última reunião, em que a Coligação Novo Rumo até falou na situação depois da sua aquisição, porque muitas vezes as empresas, neste caso as três que foram convidadas, de Leasing, ALD ou AOV, depois podem adquirir em vários “stands”. ---

Há uma questão, ou seja, há várias empresas no mercado que prestam este serviço, portanto não veem uma necessidade absoluta de convidar três. Pode ser aberto, e o mercado responde a essa situação. -----

Pode-se dizer que é uma questão de tempo, mas é uma questão de tempo agora, porque se fosse tratado convenientemente o problema do concurso já estava resolvido. Demorava os 6 meses que demorasse, mas se fosse tratado atempadamente estaria resolvido e pronto para adquirir quando a câmara municipal entendesse. A autarquia dava a ordem, e a empresa disponibilizava a viatura. -----

A somar a isto há uma coisa que entendem que não é possível a câmara municipal fazer, não é possível colocar expressamente num concurso, que é o que ali está, que se quer a viatura da marca Toyota Prius, com determinadas características. Pensam que se alguém for verificar estes contratos declara-os nulos, pois a autarquia, uma entidade pública, não pode dizer que quer comprar isso, a não ser que seja numa situação excecional, em que só exista basicamente aquilo, e aí pode-se fazer. -----

O que a câmara municipal está a dizer é que vai fazer um aluguer, não é comprar, mas é este carro. Trata-se da mesma coisa, e se o próprio for ver o documento que é presente, de consulta, é claro o que lá diz, a câmara municipal quer uma proposta das três empresas que foram convidadas, Leaseplan, Rentlei ou Finlog, para um carro Toyota Prius, com determinadas características. Não sabe se é dito



qual é a cor, não tem a certeza, mas diz-se que se quer uma proposta para este carro.-----

Pensa, bem como os membros da sua coligação, que face à lei que existe isto não se pode fazer, porque nem sequer se coloca uma coisa que se deveria ter colocado, que é o que se faz nos outros concursos, que é este carro ou equivalente. -----

Dando um exemplo, referiu que se pode dizer que se quer um determinado computador ou equivalente. Pode-se dizer que se quer um Asus, que tem as características "X","Y" e "Z", ou equivalente. Aí, eventualmente no Tribunal de Contas passaria, mas neste cenário tem dúvidas que a administração pública possa escolher diretamente aquilo. Pode dizer que quer um híbrido, com determinadas características, em determinadas circunstâncias, mas tem dúvidas que possa dizer que quer aquele híbrido, daquelas características, com aqueles pneus e outros. -----

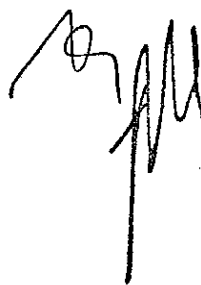
Pensa que esta é uma questão que deve ser avaliada e discutida. -----

Continuou, referindo, que a somar a isto, e a sua coligação já falou variadíssimas vezes no mandato anterior, e no anterior ao anterior, há que ver o que é que a câmara municipal quer da sua frota automóvel. -----

Assiste-se recorrentemente a concursos para fornecimento de combustível, com queixas várias que os preços aumentam, e se se tomasse a decisão imediata que todos os veículos automóveis do concelho seriam adquiridos, por exemplo, mas carece de uma avaliação dos serviços de forma sustentada, a gasolina e a gás natural, a fatura energética do concelho baixava para um terço. Pode-se dizer que há problemas de abastecimento, e responde que não tem, sendo que a câmara municipal é livre de autorizar um conjunto de atores no mercado a abrir bombas de combustível, e existem interessados. A autarquia pertence a uma associação ligada ao gás natural, que tem vários interessados em abrir postos de combustível, entre eles a própria câmara municipal, que pode ter um posto de combustível a norte do concelho. -----

Se não tiver abastecimento, se for em alguma viagem e não tiver abastecimento de gás natural, pode funcionar a gasolina. -----

Questiona-se quantas vezes o carro híbrido que se tem neste momento em Vila



Franca de Xira funciona com motor elétrico, pois pensa que nem a sair de Vila Franca de Xira, em baixo, até chegar acima, vem com o motor elétrico. Não vem, e assim que se mete a primeira ou a segunda mudança, a determinada altura dispara o outro motor. -----

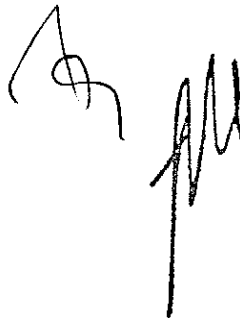
No documento é dito que é por eficiência, mas considera que há carros 100% a gasolina e 100% a diesel que hoje são mais eficientes que muitos dos híbridos que andam por aí, que são só emblemas. -----

Desta forma, há que avaliar, e quando os membros da Coligação Novo Rumo falam não é para criarem nenhum problema, já que não têm nenhuma dúvida em que os vereadores que exercem funções na câmara municipal tenham direito a ter um automóvel, porque têm um conjunto de deveres associados, e a seguir vem-lhes esse direito. Pensam contudo que valeria a pena avaliar e tomar uma decisão, e se essa decisão fosse tomada, não tem nenhuma dúvida que a fatura do município baixaria.-----

Por outro lado, dever-se-ia aproveitar para avaliar, já que se vai fazer isto, pois há órgãos, departamentos ou divisões no município que têm uma dificuldade permanente em terem veículo para se deslocarem. Às vezes há intervenções que ficam por fazer, porque as pessoas não têm veículo para se deslocar, e isto não é nenhuma inverdade, é assim que acontece. Valeria a pena fazer uma avaliação para resolver o problema, e de uma vez resolviam-se alguns, não estando também a querer dizer que de uma vez se resolvem todos. Resolvem-se alguns, e daqui a um tempo resolver-se-ão outros problemas existentes. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, pegando nas questões abordadas pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que pessoalmente teve o cuidado de, não só ler, mas ouvir as intervenções que o mesmo fez na última reunião, em que se focou este assunto, e quando questionou os serviços para fazerem este complemento teve a preocupação que viesse exatamente direcionado para os "alhos" e não os "bugalhos". -----

Entende que o que está escrito responde cabalmente às questões colocadas na última reunião, sendo este um sublinhado que fez, e por aquilo que se vão conhecendo, pensa que o Sr. Vereador não duvidará daquilo que o próprio está a dizer.-----



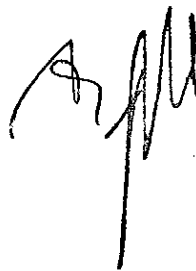
A segunda questão é que o processo se focava num operador, agora incluíram-se mais dois, e muito bem, sendo que, e também sublinhando o que disse o Sr. Vereador Rui Rei, com quem tem de concordar, poderia estar só um, dois ou três, porque a seguir, no texto, diz-se que o processo é colocado numa plataforma, a Saphety, não tendo a câmara municipal qualquer interferência, e concorre quem quer, se as empresas que constam no processo não forem as indicadas. -----

Dirigindo-se ao Sr. Vereador Rui Rei, disse que o mesmo não ouviu falar da sua boca a palavra convite, e reporta-se ainda à reunião em que o Sr. Vereador Rui Rei não esteve presente, e às questões do Sr. Vereador Aurélio Marques. -----

Prosseguiu, referindo terem sido sublinhadas depois algumas questões, e muito bem, concordando o próprio com as observações do Sr. Vereador em relação ao tipo, retoma e todas as questões que focou, e voltou-se a analisar. Assim, a linha que está presente, com a qual o Sr. Vereador Aurélio Marques concordou nessa reunião, teve em consideração as condições mencionadas, de toda a manutenção incluída, não só dos 22 000 km, dos pneus, seguros ou viatura de substituição do mesmo segmento. Foi esta a grande questão, e basilar, que está em presença, sendo que efetivamente concorda com a observação do Sr. Vereador, pois deveria estar e não está, em quanto fica no 4º ano do período da retoma. No entanto, uma coisa é certa, para o valor de mercado, que disse nessa reunião que era entre os 28 000,00€ e os 32 000,00€, de certeza que esta viatura, com a retoma, poderá estar a um preço acessível. -----

Quanto à grande questão basilar, pede o favor que todos se retenham no custo operacional da garantia, que é a viatura de substituição de acordo com o segmento. É aqui que está a grande questão, se há um problema com estas duas viaturas, imediatamente qualquer uma das empresas, obrigatoriamente, tem que colocar ao dispor as de substituição. -----

Terminou, repetindo que teve o cuidado de ir ver, analisar, e quanto à única questão que o Sr. Vereador poderá focar, se o Sr. Presidente o autorizar, os serviços comprometem-se a fazer uma informação adicional, para dizer qual será o valor residual das duas viaturas no final destes 4 anos. Interveio o Sr. Presidente, dizendo que se pode retomar um carro ao fim dos 4 anos, mas essa retoma depois não tem as questões que estão associadas, dos pneus, inspeções, seguros e



outras, que é também um valor a ter em consideração.-----

Na sua opinião, por aquilo que quando o próprio tinha responsabilidades nesta área ouviu dos responsáveis, efetivamente este aluguer é muito mais vantajoso do que estar a adquirir um carro ou a retomá-lo, de maneira que é esta ponderação de saber o que é melhor, sem prejuízo de se aprofundarem estas matérias, e acha muito bem que se aprofundem, para se saber para onde se vai e qual o plano que a câmara municipal quer para a sua frota. -----

Neste caso em particular crê nas explicações que lhe foram dadas por uma pessoa que está há muitos anos com esta matéria, é um estudioso destas questões, tem formação para o efeito, e já lhe demonstrou por A+B que esta é uma boa solução, aliás também não tinha sentido trazer uma solução que fosse prejudicial, como é óbvio. -----

A informação que falta é única e exclusivamente quanto custaria a retoma, não sabe quanto será ao fim de 4 anos, nem o estado em que o carro estará, a única coisa que sabe é que está provado que este aluguer a 3 anos é mais benéfico, por aquilo que lhe está associado, do que a aquisição do veículo.-----

Pediu para aprofundar a matéria para que não houvesse dúvidas de espécie nenhuma e concorda que, para que no futuro não haja questões sobre o assunto e que o mesmo seja claríssimo, existam critérios para a disponibilização de viaturas, não só para a administração da câmara municipal, como também para disponibilização para os serviços. -----

A frota municipal é reduzida, tem que ser ampliada, sendo que neste momento provavelmente nos veículos ligeiros vai ter que se ter alguma contenção, mas a prioridade é nos equipamentos de pesados, que estão a fazer mais falta. -----

De qualquer modo este ponto permitiu pelo menos refletir sobre outras questões associadas, e sem prejuízo de poder mais tarde fazer chegar aos Srs. Vereadores outras informações, o que pede é que se possa passar à votação do ponto. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo ter tomado boa nota dos esclarecimentos do Sr. Presidente, em particular do Sr. Vereador António Oliveira, e o próprio não repetiu o que disse na última reunião, pelo que agradece que algumas coisas tenham sido feitas pensando na sua intervenção.-----

Não está a pôr em causa a bondade, se esta opção é mais benéfica



financeiramente para o município, nem ia dizer que o Sr. Presidente ia trazer uma proposta que não fosse benéfica, já têm vindo outras que não são benéficas, muito mais graves do que esta, não vai entrar por aí, a situação é que lhe falam repetidamente na retoma, é uma questão importante, mas o próprio nunca falou na retoma, falou em adquirir em novo, e é isso que não vem na informação “preto no branco”, quanto custariam estes carros novos, ou outros, mas está-se a falar destes. Falam-lhe sempre dos pneus, em tudo o que já se falou da outra vez e na situação da retoma, mas o valor em novo não vem quantificado, não estando a pôr em causa se é o melhor ou se são os melhores preços. -----

Agradece que tenha sido feita a nota, mas a questão de fundo para si é em novo, pelo que não está vencido, nem convencido. -----

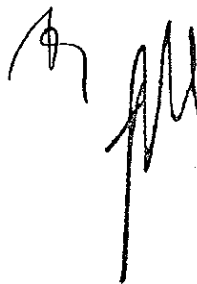
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que vai ser feito um mapa comparativo e esclarecer a compra da viatura nova, o aluguer e verificar também quais os valores dos pneus, inspeções, seguros e outros, ficando claro qual é mais vantajoso. Mesmo que o aluguer eventualmente seja um pouco mais caro, há a segurança e o conforto que o mesmo dá, de quem tem a responsabilidade de fazer as inspeções e ter o carro em condições, que internamente nem sempre se consegue, pelo muito trabalho que há para ter os carros prontos em tempo oportuno. -----

Assim sendo, com estas explicações e este compromisso de fazer chegar este adicional de informação tanto a uma bancada como à outra, solicita que se possa passar à votação do ponto. -----

O Sr. Vereador Rui Pereira interveio, mencionando que há uma questão que pensa não ser de somenos importância, que não foi levantada. Falou-se na questão do especialista, que deu opinião, mas foi levantada por parte do Sr. Vereador Rui Rei a questão eventualmente legal, até que ponto nestes moldes o concurso poderá avançar. -----

Respondeu o Sr. Presidente que os membros do PS não têm nenhuma razão para acreditar que haja alguma ilegalidade, mas poder-se-á naturalmente avaliar e se houver alguma questão a esse nível naturalmente que não levará o assunto à assembleia municipal. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Pereira, perguntando, porque como todos



compreenderão não tem acompanhado e não teve oportunidade de ver se foi colocada a questão na discussão anterior, o que se passa, por exemplo, com o carro da anterior presidente, se ainda está vinculado a algum contrato. -----

Esta questão não deixa de ser importante, e pegando nas palavras do Sr. Vereador Rui Rei, também o aspeto do que é que se define, nomeadamente a questão dos próprios representantes políticos do município. Uma coisa será a frota para os serviços, e aí não há dúvida que prolongar-se-á no tempo, outra coisa é o facto de hoje ter-se um presidente, houve outro no mandato anterior e o próximo não se sabe quem vai ser, e também não vê que tenha de ser imposto. Desde que haja uma orçamentação, pensa que a pessoa poderá ter a liberdade de alguma forma querer o veículo A, B ou C. Pessoalmente, por exemplo, se fosse o seu regime, não haveria Lada, seria tudo da Mercedes, mas há quem goste mais da BMW e outras marcas. Pensa que também poderá ser uma questão de bom senso reparar o que é uma viatura para serviços e o que é uma viatura para uso de um representante político do município, porque os mandatos têm limite. -----

Interveio o Sr. Presidente, pondo o ponto à consideração, perguntando quem vota contra e quem se abstém. -----

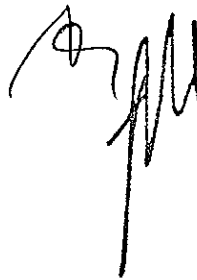
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que é preciso haver uma clarificação face à questão do anexo 1 “especificações e requisitos técnicos”, que é onde a câmara municipal diz o que é que quer. -----

O próprio fez uma intervenção e o executivo do PS olímpicamente ignorou-a, não tem problema, ignora o que quiser, o Sr. Presidente submete o assunto à votação e os membros da Coligação Novo Rumo ignoram a votação. -----

Foi claro, e não foi em levantar suspeitas, foi em dizer claramente que nos contratos públicos não se pode dizer “eu quero uma cadeira com 4 pés, preta e amarela da marca X”, não se pode dizer isso, pode-se dizer “ou equivalente”. -----

O Sr. Presidente solicitou ao Sr. Vereador para o interromper, no sentido de tentar clarificar, dando a palavra ao Dr. Rui Galhardo, responsável pela parte financeira e pelo serviço de compras, que sobre a matéria provavelmente poderá esclarecer alguma questão. -----

Tomou a palavra o Dr. Rui Galhardo, dizendo que quando se trata de aquisição de bens os serviços não permitem que haja qualquer referência a marcas, a não ser



que, tal como o Sr. Vereador Rui Rei referiu, se diga a marca, ou similar. Tratando-se de uma aquisição de serviços há a questão de que para comparar propostas de serviços o objeto contratual tem que ser o mesmo, mas se o Sr. Vereador conhece alguma jurisprudência ou parecer em sentido contrário, agradecia que indicasse porque, de facto, está-se perante uma aquisição de serviços em que o objeto tem que ser comparável, e o objeto neste caso é a viatura. Não se trata da aquisição da viatura, em que a situação seria diferente. -----

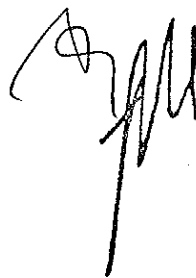
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que a esta pergunta que o Dr. Rui Galhardo coloca não tem neste momento como responder, porque não conhece em concreto, e face a esta questão que coloca, e bem, não tem em concreto como dizer se o Dr. Rui Galhardo está certo ou errado, pelo que está a dizer, do seu ponto de vista, que está certo, portanto, há uma diferença. -----

Estando certo, a questão coloca-se de forma diferente e não se aplica o mesmo raciocínio dos concursos normais para aquisição de um determinado bem, por outro lado, também tem de concordar quando o Dr. Rui Galhardo diz, partindo da premissa que é tudo correto, que só se podem comparar propostas que são comparáveis. Como é óbvio, não se podem comparar veículos distintos, aliás poder, pode-se, tem é que se partir de coisas comparáveis, mas introduz-se uma outra questão, os serviços só comparam dois híbridos, porque quando analisam a proposta dizem que há no mercado dois híbridos. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que os serviços não dizem só isso, se o Sr. Vereador ler o parágrafo a seguir ao quadro vê mais, aquilo que os serviços ponderaram foram as instruções que foram dadas, híbrido de um determinado tipo de valor, nem sequer se fez a análise de outro tipo de viaturas que ainda há pouco o Sr. Vereador referiu. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que, sem dúvida que os serviços analisam viaturas de determinado valor, até porque depois, para analisar a proposta, têm de comparar o que é comparável, não podem juntar um Toyota com um Porsche, não faz sentido, está-se a falar de coisas distintas. -----

O Sr. Presidente tomou a palavra, referindo que perguntou aos serviços quais os veículos em termos de aquisição mais adequados, ou seja, os mais baratos, e foram estes que foram vistos, nem sequer se foi buscar outro tipo de gamas de



carros cuja aquisição é muito cara, porque não tinha sentido absolutamente nenhum, tem de se ter algum bom senso nestas coisas, como é evidente, Sabe de muitas frotas que por aí andam e não concorda nada com elas, mas cada um gere as coisas conforme bem entende.-----

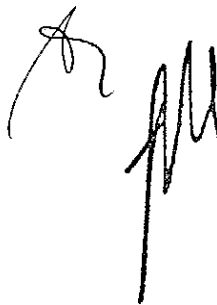
Tomou a palavra o Dr. Fernando Barreiros, esclarecendo que a questão que se coloca é que, estando no domínio do ajuste direto, desde que não ultrapasse o valor de 75 000,00€, a câmara municipal poderia convidar só uma pessoa diretamente, por opção. No concurso público é que esta questão da marca é importante, porque há um universo de interessados que pode participar e intervir na plataforma. Neste caso não, vai direcionado, se a câmara municipal direciona a alguém e diz que quer um Prius, será um Prius, desde que não ultrapasse o valor de 75 000,00€.-----

Assim, quanto à questão da legalidade, em relação a esta proposta não se coloca. - Interveio o Sr. Presidente, perguntando ao Sr. Vereador Rui Rei, com a chegada das últimas intervenções, e sem pôr em causa as questões de fundo de um plano municipal de frota, que é outra conversa, relativamente a este ponto em concreto, se as questões estão resolvidas. Conseguiu-se, de algum modo, responder às questões que colocou? -----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que, face à clarificação que foi feita, e à alteração que os membros da Coligação Novo Rumo não estavam a analisar desse ponto, fazendo sentido o que foi colocado, não têm nenhuma questão a dizer em contrário ao apresentado, dizendo só que o processo, sendo tratado com tempo, faria sentido que o mercado pudesse pronunciar-se, ou seja, em vez de serem três poderiam ser trinta, o mercado responderia, e os serviços conseguiriam analisar todas as propostas da mesma forma.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que o sentido de voto da CDU é contra, os seus membros já o manifestaram, perguntando ainda quem se abstém, concluindo que o ponto foi aprovado, com os votos contra da CDU. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO PORTO DA AREIA – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – SUBSTITUIÇÃO DE VALORES RETIDOS POR GARANTIA BANCÁRIA DE IGUAL VALOR -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 25/14, de 05/02, do DGAFJ/DPFCO, para aprovação da restituição do valor total retido, no montante de 18 461,60€, por conta de garantia bancária de igual valor, referente à empreitada de reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Porto da Areia, na Castanheira do Ribatejo. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 25/14, de 05/02, do DGAFJ/DPFCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata' **132**

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº **090**

1. Assunto: REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS NA ESTRADA MUNICIPAL DO APEADEIRO – CASTANHEIRA DO RIBATEJO – SUBSTITUIÇÃO DE VALORES RETIDOS POR GARANTIA BANCÁRIA DE IGUAL VALOR-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 24/14, de 05/02, do DGAFJ/DPFCO, para aprovação da restituição do valor total retido, no montante de 17 973,81€, por conta de garantia bancária de igual valor, referente à empreitada de reabilitação de pavimentos na estrada municipal do Apeadeiro, na Castanheira do Ribatejo. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 24/14, de 05/02, do DGAFJ/DPFCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata **133**
Reunião de 2014/02/19

Procº _____
Deliberação nº **091**

1. Assunto: QUOTIZAÇÃO DA AMEGA PARA 2014 – ATUALIZAÇÃO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 23/14, de 05/02, do DGAFJ/DFPCO, para aprovação da atualização para 2014, no valor de 3 147,30€, da quotização da AMEGA.-----

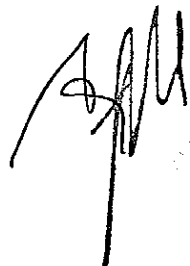
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 23/14, de 05/02, do DGAFJ/DFPCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----



1. Assunto: REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E PREÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2014 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 22/14, de 11/02, do DGAFJ/DPFCl, para aprovação, após o período de apreciação pública, do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços da câmara municipal para 2014, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 22/14, de 11/02, do DGAFJ/DPFCl, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que o Partido Socialista insiste teimosamente em não querer tomar como boas as sugestões dos eleitos da CDU, pelo que não alterou significativamente nada em relação às questões sobre as quais apresentaram objeções de fundo, e dito isto pode-se concluir quase inevitavelmente que da parte dos mesmos não há alteração do sentido de voto.-----
De qualquer forma, lamentando que assim tenha que ser, o que significa que mesmo havendo possibilidade para continuarem a discutir estas matérias, será mais um ano em que um conjunto muito significativo de instituições, coletividades e munícipes se vê impedido de efetivamente utilizar corretamente e de uma forma mais generalizada os equipamentos culturais do concelho, não abdicarão de continuarem a exigir ao PS que reveja a sua política de gestão dos equipamentos, que dê efetivamente um sentido de utilidade pública aos mesmos, e transforme isso numa ambição que há muito está perdida no município de Vila Franca de Xira, que é a de fazer tudo o que estiver ao alcance para que a partir do município e dos



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro --

Fl. Ata • **135**

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

investimentos públicos se criem efetivas condições para democratizar as condições de acesso aos bens culturais e se estimule a atividade dos agentes, quer culturais, quer desportivas. -----

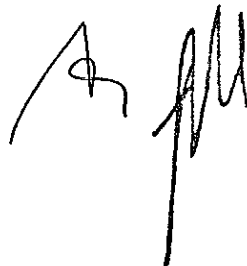
Assinalam como aspeto muito negativo o facto de o PS insistir numa política distante e distanciada da realidade, e recordam o facto de muitas instituições dizerem junto dos próprios que, com estes preços, com esta tabela poucas ou nenhuma iniciativas poderão desenvolver nos equipamentos de referência coletiva no concelho de Vila Franca de Xira.-----

Outro aspeto bastante negativo é o facto de constatarem que o PS insiste na subtração de competências às juntas de freguesia, estando a falar das questões introduzidas pelo licenciamento zero e de a todo o custo esta câmara municipal, pelo menos teoricamente, manter em aberto a possibilidade de poder vir a receber receitas que até à data de hoje sempre pertenceram às autarquias de freguesia, e que mesmo no âmbito da grande reforma do novo enquadramento das competências materiais das freguesias se mantêm como uma possibilidade legal efetiva e como direito de arrecadação de receita por parte das autarquias de freguesia.-----

Um último aspeto, que é porventura o mais caricato, para não dizer insólito, em todo este processo, é a confissão pública de que o PS assumiu de uma vez por todas que o investimento com direito a fundos comunitários de mais de 200 000,00€ para a jangada cultural não significou nada, ou melhor, significou antes um grande prejuízo para o orçamento municipal, uma vez que abdicou totalmente da utilização desse equipamento, que sempre foi apresentado aos membros da CDU como um equipamento de referência inovadora, que faria diferença, até do ponto de vista da utilidade e projeção do concelho junto de outros, no âmbito da valorização das capacidades e potencialidades do estuário do rio Tejo. -----

Deste modo, não resta aos membros da CDU outra postura que não seja a de manterem a coerência sobre o que disseram, e de manterem o seu sentido de voto. -----

Terminou, solicitando, como disse o seu camarada Sr. Vereador Aurélio Marques, que quando a câmara municipal fizer a devida remessa desta informação para os



eleitos do órgão que em última instância avaliarão e decidirão sobre a tabela, tenham acesso às atas em que este assunto foi efetivamente discutido pelo órgão câmara municipal.-----

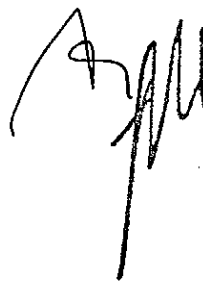
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que efetivamente há questões que dividem os membros do PS e da CDU, e provavelmente irão sempre dividir, tudo o que é de borla não é possível. Os membros do PS têm que gerir e encontrar as soluções mais equilibradas, e é isso que lhes parece que é a proposta hoje apresentada. Não se aumentou, inclusivamente houve um caso em que até se diminuiu, e uma jangada sem motor não pode navegar, sendo as únicas questões que pode referir sobre a matéria. Há longo tempo que discutem estas questões e certamente que sobre as mesmas vão ter alguma dificuldade em estar de acordo, pois há de facto municípios em que é tudo de borla, mas estão falidos, e tem que se ter alguma ponderação sobre estas matérias. Contudo, isso não quer dizer que não tenham que tentar encontrar, apesar de tudo, as possibilidades de apoiar o movimento associativo do concelho, como aliás está a fazer, e vai continuar a fazer. -----

Interveio de novo o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo não saber ao que o Sr. Presidente se quer referir quando diz que há autarquias que estão falidas, seguramente terá alguma intenção por trás dessa afirmação, mas compreende o embaraço do PS em relação à matéria, e o embaraço prova-se no facto de ter mandado construir piscinas onde não eram necessárias e encerrou outras que porventura foram expectativas goradas junto das respetivas populações.-----

O que distingue o PS da CDU é uma questão de fundo, é de terem uma noção sobre o que é o serviço e a missão de serviço público que devem honrar e prestar por esta câmara municipal, porque o PS sempre disse, e nunca retirou nenhuma vírgula em relação a essa sua afirmação, que tem o entendimento que os equipamentos coletivos devem gerar lucro, e que de outra maneira não é possível manterem-se em atividade.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, pedindo desculpa, mas referindo que isso é uma invenção do Sr. Vereador. -----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que não é uma invenção e pensa que o Sr. Presidente terá mesmo bastante dificuldade em contextualizar-se dentro do seu embaraço.-----



Interveio o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador Nuno Libório que fale verdade, porque isso não é verdade, nunca se disse que os equipamentos são para dar lucro.-----

Respondeu o Sr. Vereador Nuno Libório que o partido do Sr. Presidente disse isso. -- O Sr. Presidente prosseguiu, pedindo desculpa, mas dizendo que isso é mentira e não pode perdoar o Sr. Vereador, porque não é verdade, a única coisa que os membros do PS sempre disseram, e continuam a dizer, é que têm que ter capacidade de gestão, o que quer dizer que o serviço público existe, mas tem que ser de uma plataforma equilibrada. Nunca disseram que tem de dar lucro, não é essa a perspetiva dos membros do PS, e se não é a dos membros da CDU, também não é a dos membros do PS.-----

Pede desculpa ao Sr. Vereador, mas isso nunca foi dito pelo Partido Socialista, a única coisa que o Partido Socialista diz, e mantém, é que efetivamente tem de se ter um equilíbrio na gestão dos equipamentos. Gostariam que as taxas fossem mais baixas? Naturalmente que sim, era muito bom para toda a gente, mas ainda não é possível fazê-lo.-----

Pediu desculpa por ter interrompido o Sr. Vereador Nuno Libório, mas não é verdade o que disse. -----

Tomou palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que não vai fazer comentários para além de dizer que os membros da CDU mantêm tudo o que disseram, e foram várias as afirmações no anterior mandato sobre a matéria, pelo que até o espanta que o Sr. Presidente tenha uma reação tão impulsiva, uma vez que fez parte do executivo da câmara municipal e representa o mesmo partido que hoje continua a representar e a dirigir a câmara municipal. Portanto, sobre isso está tudo dito, e pela forma como o Sr. Presidente acabou de reagir percebe-se que tenha muita dificuldade em politicamente manter esta proposta. -----

O Sr. Presidente colocou o assunto a votação, referindo que o ponto foi aprovado com os votos contra dos membros da CDU. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata • **138**

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº **093**

1. Assunto: ORIENTAÇÕES PARA A CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013 DO MUNICÍPIO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 33/14, de 12/02, do DGAFJ/DPFCO, para aprovação das orientações para a consolidação de contas do exercício de 2013 do município.-----

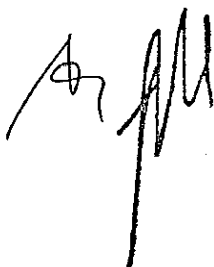
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 33/14, de 12/02, do DGAFJ/DPFCO, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----



1. Assunto: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2014 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 24/14, de 11/02, do DGAFJ/DPFCl, para aprovação da 1ª revisão ao orçamento da receita da câmara municipal para 2014, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

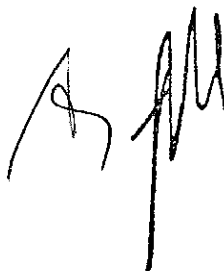
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 24/14, de 11/02, do DGAFJ/DPFCl, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que a posição dos membros da CDU é habitual, de abstenção, como tem sido nestas questões. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo votam a favor. -----
O Sr. Presidente tomou a palavra, referindo que desta forma o ponto é aprovado, com os votos favoráveis do PS e da Coligação Novo Rumo, e a abstenção da CDU. --

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: 2ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2014-----

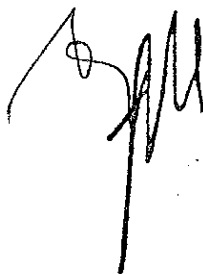
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 23/14, de 11/02, do DGAFJ/DPFCl, para aprovação da 2ª alteração ao orçamento, plano plurianual de investimentos e plano de atividades municipais da câmara municipal para 2014. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 23/14, de 11/02, do DGAFJ/DPFCl, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que a posição dos membros da CDU é contra, porque está contemplada nesta alteração ao orçamento a verba de 40 000,00€ para a sinalética da biblioteca municipal.-----
Consta também na alteração, para a Póvoa Central, a aquisição dos painéis solares, no valor de 40 000,00€, sendo que, de acordo com uma informação que lhes chegou, e que já pode ter sido resolvida, o que não sabe, mas o Sr. Presidente informará, o painel solar do passeio ribeirinho da Póvoa, respeitante à cafetaria, não funciona.-----
Portanto, uma coisa sobrepõe-se à outra, e também não sabe se já está a funcionar, mas se não estiver convinha que ficasse. -----
Respondeu o Sr. Presidente que a informação que tem é que está a funcionar deficientemente, pelo que tem de começar a funcionar com a eficiência que é necessária. Assim, um dos pontos desta alteração é justamente esse. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, mencionando que os membros da



Coligação Novo Rumo gostariam de perguntar, na medida em que existem rubricas que ficam completamente a zero, qual a razão, passado pouco tempo da aprovação do orçamento. Quais os critérios para saber onde retirar as verbas? Foram inscritas verbas nestas rubricas, e certamente que estava prevista a sua utilização. -----

Fala concretamente do Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, e do investimento em edifícios e creches, com 50 000,00€ na dotação anterior, ficando agora a zero. Encontra-se no plano de atividades a retirada desta verba na construção do jardim de infância do Bom Sucesso?-----

Outro caso é referente ao Departamento de Ambiente, Sustentabilidade, Desporto, Equipamentos e Desenvolvimento Social, e aos investimentos em habitações, para reparação e beneficiação, no valor de 100 000,00€. -----

Depois, são também consignados 75 000,00€ para a obra da rotunda do Moinho, da Quinta da Piedade, e questionam de que rotunda se trata e porquê este valor. ---

Interveio o Sr. Presidente, referindo que pedirá ajuda aos técnicos, mas no que respeita aos 100 000,00€ das questões dos fogos sociais, a rubrica passou do plano plurianual de investimento para plano de atividades municipais, porque estava incorreta. São questões de reparações de pequena monta, que não podem ser consideradas empreitadas, e como tal estavam em PPI e têm de passar para PAM.-----

No que respeita ao jardim de infância do Bom Sucesso, crê que era uma questão de revisão de preços que já estará tratada. Na altura não estava, posteriormente ficou tratada, e essa questão da revisão de preços também foi resolvida. -----

Quanto à obra da rotunda do Moinho, da Quinta da Piedade, no fecho das rotundas que estavam previstas naquela zona toda da Quinta da Piedade faltava construir essa. Agora há condições de poder vir a avançar, e é nesse sentido que é a alteração.-----

No que respeita à localização, a rotunda dista cerca de 600 metros daquela que está ao pé do pavilhão. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, questionando se no acesso ao Bairro Azul se vai pôr uma rotunda. -----

Respondeu o Sr. Presidente que não é propriamente ali, é um pouco mais abaixo.



Há uma entrada para o Bairro Azul, e depois há uma entrada um pouco mais abaixo. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que se vai pôr uma rotunda só para quem vem de dentro do bairro da Quinta da Piedade, 2ª fase, poder circular, pois a rotunda não cumpre o resto da função, já que não tem mais nenhum entroncamento, não chega lá mais nada. Se é nesse sítio, ela só tem a avenida Dom Vicente Afonso Valente, e quem vai a subir para a direita.-----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que aquilo que pode dizer é que foi considerado que a rotunda ali iria evitar problemas que hoje existem em termos das viragens à esquerda. É a informação que tem, e no quadro das rotundas que estavam previstas na zona aquela é uma delas, mas poderá verificar-se melhor.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que só está a refletir alto, porque ouviu. Só está a olhar para o território, e a dizer que mais à frente, a 500 metros, está a rotunda da Oliveira, em que se entra, sai, à direita e esquerda.-----

Quanto à outra, se é essa, é feita na curva. -----

Respondeu o Sr. Presidente que tem as viragens à esquerda, que são complicadas, e segundo o que os técnicos lhe dizem, a situação resolver-se-á através da implantação de uma rotunda. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que resolve, o problema é que a rotunda só serve exatamente para isso, sendo que normalmente, quando se implanta uma rotunda, há 2 entradas e 2 saídas, ou 4 entradas e 4 saídas. -----

Tem-se ali uma situação que é preciso resolver, e pode-se resolver via rotunda, o que não sabe é se não se podia resolver via reorganização do tráfego, e dizendo às pessoas que têm de entrar e sair noutros sítios da cidade.-----

O Sr. Presidente respondeu que para evitar as viragens à esquerda tinha que se ir à rotunda junto da Repsol, a rotunda da Oliveira, questionando se o Sr. Vereador Rui Rei viu o incómodo que causa, indo ainda criar mais trânsito na rotunda que já está um pouco saturada. -----

Respondeu o Sr. Vereador que é verdade que a rotunda tem muito trânsito. De qualquer forma, a situação não implica com o orçamento, é uma opção. -----

Referiu, por fim, que faltou clarificar as questões das rubricas que passam a zero, questionando qual é a implicação. Teve-se a aprovação do orçamento há 2 meses,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livre - _____

Fl. Ata **143**

Reunião de 2014/02/19

Procº _____

Deliberação nº _____

mas foi-se às rubricas, e passaram-se a zero.-----

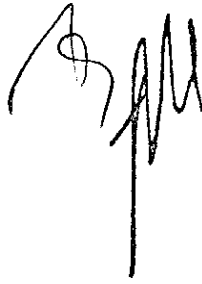
Interveio o Sr. Vereador António Félix, esclarecendo, basicamente, que o que foi feito tem a ver com a urgência de umas obras em detrimento das outras. -----

Obviamente que algumas estavam previstas serem feitas mais tarde, e poderão ser reforçadas as rubricas nessa altura, com a inclusão do saldo de gerência.

Houve necessidade de, naquelas que eram menos urgentes, ser retirado o montante, para ser injetado nestas, que eram mais urgentes.-----

Quanto a outras que passaram a zero, tem a ver com reclassificações, passando de umas para outras. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: CARTOON XIRA 2013 – HORÁRIO DA EXPOSIÇÃO E INAUGURAÇÃO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 25/14, de 29/01, do DEC/DCTPM/SAC, para aprovação do horário de abertura ao público da exposição do Cartoon Xira 2013, bem como da inauguração. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 25/14, de 29/01, do DEC/DCTPM/SAC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: DOAÇÃO DE UM CONJUNTO DE MATERIAIS GRÁFICOS DO ARTISTA AMÉRICO SILVA AO MUSEU MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 38/14, de 23/01, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, para aceitação da doação de um conjunto de materiais gráficos do artista Américo Silva, para incorporação na coleção do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. -----

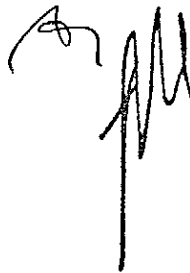
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 38/14, de 23/01, do DEC/DCTPM/Museu Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



1. Assunto: PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DE NATACÃO DE LISBOA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 74/14, de 12/02, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar com a Associação de Natacão de Lisboa, que visa promover a prática da modalidade de natacão no concelho, através da definição de um trabalho conjunto, com vista à rentabilização de meios técnicos e infraestruturas. -----

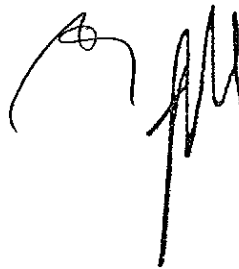
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 74/14, de 12/02, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM A FUNDAÇÃO INATEL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 76/14, de 12/02, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do protocolo de cooperação a celebrar com a Fundação INATEL, que visa promover a prática da modalidade de natação no concelho, através da definição de um trabalho conjunto, com vista à rentabilização de meios técnicos e infraestruturas. -----

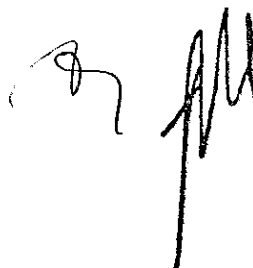
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 76/14, de 12/02, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: APOIO MUNICIPAL À REALIZAÇÃO DA 6ª EDIÇÃO DA AMOSTRA DE TEATRO DE ALVERCA DO CEGADA – GRUPO DE TEATRO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 33/14, de 12/02, do GAMAJ, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com o Cegada – Grupo de Teatro, no âmbito do apoio à realização da 6ª edição da Amostra de Teatro de Alverca. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 33/14, de 12/02, do GAMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata **149**

Reunião de 2014/02/19

Procº GMAJ _____

Deliberação nº **101**

1. Assunto: PRÉMIO DE TEATRO AMADOR "MÁRIO RUI GONÇALVES" -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 35/14, de 12/02, do GMAJ, para aprovação das normas de participação do prémio de teatro amador do concelho "Mário Rui Gonçalves". -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 35/14, de 12/02, do GMAJ, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA O 4º TORNEIO CIRA HÓQUEI-----

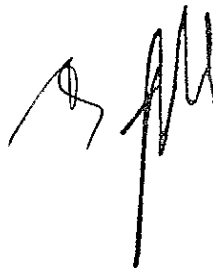
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 78/14, de 13/02, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do protocolo de apoio a iniciativas desportivas a celebrar com a União Desportiva Vilafranquense, no âmbito da realização do 4º Torneio Cira Hóquei, a decorrer nos dias 1 e 2 de março de 2014. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 78/14, de 13/02, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

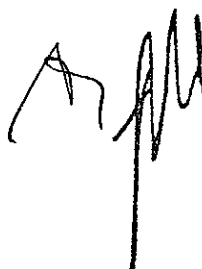
5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU queriam aproveitar este ponto para colocar duas questões que diretamente não têm a ver com o torneio. -----
Gostariam, em primeiro lugar, que a câmara municipal assumisse o seu compromisso em relação ao restabelecimento da ligação das águas pluviais para o clube de Trancoso, em São João dos Montes. Depois, deixam a surpresa e admiração pelo facto do ringue na Quinta de Suberra não estar, neste momento, sob gestão ou apoio da coletividade local. Aquilo que a população e os autarcas de freguesia lhes fazem chegar é o facto de o equipamento não estar a ser correta e devidamente vigilado.-----
Estas questões não têm a ver com o ponto em si, mas tinham-nas identificado para colocar neste assunto, pela sua proximidade. Contudo, pensam que pela natureza das questões, até à próxima reunião de câmara as mesmas poderão, com relativa facilidade, ser resolvidas. -----



Interveio o Sr. Presidente, referindo, com esta intervenção que não tem exatamente a ver com o ponto em si, presume que há condições de aprovar o ponto, concluindo que o mesmo é aprovado por unanimidade.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Assunto: FINAL DA REUNIÃO -----

Após a votação do ponto 44, o Sr. Presidente interveio, referindo que, considerando a hora, todos os pontos que faltam discutir transitam para a próxima reunião. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, perguntando, em relação à obra da escola do Sobralinho, quando vai começar. -----

Respondeu o Sr. Presidente que essa matéria consta no ponto 18 da ordem do dia, e nesse sentido, se os vereadores estiverem em condições de poderem ainda analisar e aprovar os pontos 17, 18 e 19, era importante, porque senão são mais 15 dias que estes assuntos ficam parados. Assim, apela à compreensão de todos para que ainda se possa falar sobre estes 3 pontos. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que os membros da CDU não vão fazer a figura do “patinho feio”, mas quando não há condições para discutir as questões colocadas pela oposição, a mesma oposição tem de ter em consideração as questões de urgência colocadas pelo Sr. Presidente. -----

Contudo, vão condescender, porque não vai ser por causa da bancada da CDU que estes pontos não hão de ser aprovados, e as obras não se vão iniciar, mas registam, bem como registam o facto de não estarem na câmara municipal a tempo inteiro, nem terem condições para exercer condignamente o estatuto de eleitos, tal como o executivo tem. -----

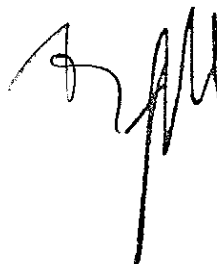
De qualquer forma, não vai ser por causa da CDU que a situação não vai acabar de ser discutida, apesar de registarem não ter havido a mesma compreensão para dar respostas ao elenco de questões suscitadas pelos vereadores da CDU. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo, levando isso em linha de conta, que o que acontece é que nem sequer os pontos que se discutiram tinham sido discutidos. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que isso se calhar tem a ver com a forma como o Sr. Presidente dirige a reunião. -----

Respondeu o Sr. Presidente que o Sr. Vereador lhe está a dar uma boa “dica”, pois a partir de agora os Srs. Vereadores vão falar muito menos, porque o grande problema é, efetivamente, a extensão das intervenções. -----

Ao fim ao cabo, podiam todos ser muito mais económicos na explanação das coisas, o que poderia ser muito mais proveitoso para se chegar ao final da ordem do dia, e assim não se consegue chegar. -----



1. Assunto: EXECUÇÃO DA PASSAGEM SUPERIOR PEDONAL DO FORTE DA CASA –
NOMEAÇÃO DO NOVO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA-----

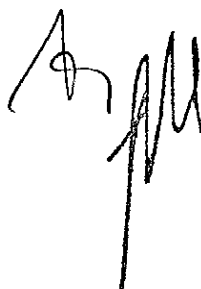
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 162/14, de
06/02, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da nomeação da Engª Cristina
Monteiro para a função de coordenadora de segurança em obra, a partir de
2014/03/01, bem como da emissão de declaração de nomeação da coordenadora
de segurança em obra, acompanhada de declaração de aceitação subscrita pela
mesma. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 162/14, de 06/02, do
DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte
da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara
para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que este assunto tem a ver, muito
simplesmente, com a renomeação ou nomeação de um outro coordenador de
segurança, e o sentido de voto dos membros da CDU é o de aprovar. -----
Contudo, a questão concreta é fazer a análise da tal melhoria dos serviços, a tal
formação a dar às pessoas e a reorganização da estrutura, porque, se calhar, com
a quantidade de obras que a câmara municipal tem já se poderia ter um
coordenador quase efetivo, e com isso haveria, de alguma forma, o ganho de
alguns recursos que poderiam ser alocados a outras situações.-----
Essa é a questão, e ao fim ao cabo até parece que a Engª Cristina Monteiro está
“às sobras”. Quando é preciso entra, depois faz-se o concurso e sai. Às vezes é ela
que é nomeada, depois a seguir entra uma empresa contratada e ela sai. Agora
acabou o contrato, e a Engª Cristina Monteiro vai “dar uma mãozinha”. -----



Pensa que de alguma forma a câmara municipal pode definir aquilo que quer, a exemplo de outras situações, podendo definir o que quer fazer com estas questões dos coordenadores de segurança em obra, e não só em obra, também na parte do projeto.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que o ponto fala do fim da prestação de serviços com a STAGEST, que tem simultaneamente a fiscalização e a coordenação de segurança, mas depois a câmara municipal só nomeia o coordenador de segurança. O que acontece à fiscalização?-----

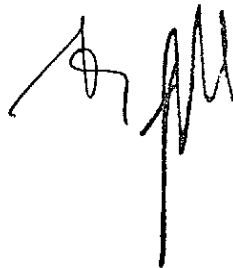
Respondeu a Engª Rosário Ferrão que quando há fiscalização no exterior a câmara municipal tem sempre um técnico que acompanha a obra também, e neste caso é a Engª Sofia Galhofas que tem acompanhado a obra. Neste período está-se já a desenvolver o procedimento para, durante mais 3 meses, poder ter a empresa a continuar a trabalhar com a câmara municipal, porque é uma obra muito complicada e carece de uma fiscalização muito efetiva.-----

A Engª Sofia Galhofas, durante 15 dias ou 3 semanas, porque o procedimento já está a decorrer, vai assegurar a fiscalização, e em vez de ser 2 vezes por semana, há de estar lá muito mais tempo, ficando a coordenação com a Engª Cristina Monteiro.-----

No entanto, assim que o procedimento estiver concluído, e a obra terminará a 10 de abril, há um período em que a fiscalização vai ser assegurada na mesma pela empresa, até ao término da obra, e mais um mês, para elaborar todos os relatórios necessários.-----

Interveio de novo o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que isso o leva a outra questão. A obra é comparticipada, e questiona se é possível, numa obra comparticipada, a câmara municipal abdicar de uma fiscalização externa, porque é o que acontece neste período de tempo. Face à legislação, é possível que isso aconteça? Neste caso há o dono da obra, que fiscaliza e aprova os autos do empreiteiro, e deve ser a fiscalização que os valida e os dá ao dono de obra, para, de acordo com o seu parecer, este tomar a decisão.-----

O que a câmara municipal tem agora é, simultaneamente, um jogador e um árbitro, ele joga e arbitra, e está a falar de uma obra que tem comparticipação comunitária, não é uma obra diretamente do município. É essa a questão que



coloca, que se entronca com a questão da coordenação de segurança. Não tem consigo, mas houve pareceres, dados pelos juristas da autarquia, que diziam que era incompatível a nomeação de um coordenador de segurança neste tipo de obras que fosse funcionário da câmara municipal. Há pareceres nesse sentido, que dizem que é incompatível. Têm seguramente 3 anos, não sabe se é assim ou não, mas havia essa situação, e daí ter colocado a questão. -----

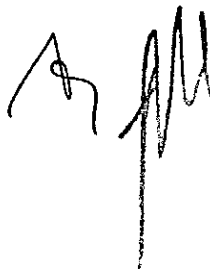
Respondeu a Engª Rosário Ferrão que a câmara municipal só adjudica fiscalizações fora pois não tem meios suficientes, com o número de obras que tem, para fazer essa fiscalização, e se tivesse seriam os serviços municipais que fariam, quer a fiscalização, quer a coordenação de segurança. A Engª Cristina Monteiro é técnica superior de coordenação de segurança, também é engenheira civil, mas a categoria é efetivamente técnica superior de segurança, portanto, só não se tem é pessoal suficiente. -----

Há uma pessoa que coordena a obra, e coordena a fiscalização, e se os serviços tivessem muito engenheiros e muitos coordenadores de segurança fariam as fiscalizações sem adjudicação fora, não existindo incompatibilidade nenhuma com o facto de a obra ser comparticipada ou não. -----

O Sr. Vereador Rui Pereira interveio, dizendo que discorda, e já uma vez teve oportunidade de esclarecer o Sr. Vereador Rui Rei, a pedido da anterior presidente de câmara. O que está em causa em relação ao coordenador de segurança tem a ver com o facto de não poder ser pertença da entidade executante. A autarquia é dona de obra, mas não a está a executar. Se fosse a câmara municipal, pelas suas equipas, a fazer a obra, é que não poderia o coordenador de segurança ser empregado da câmara municipal, neste caso. Agora, sendo uma entidade terceira a executar a obra, enquanto dona de obra a autarquia escolhe quem quer para ser coordenador de segurança. -----

O Sr. Presidente interveio, agradecimento o esclarecimento dado pelo Sr. Vereador Rui Pereira e passando o ponto à votação, perguntado quem vota contra, quem se abstém, concluindo que o ponto foi aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



1. Assunto: EXECUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO 1º CICLO DO SOBRALINHO – APROVAÇÃO PARCIAL DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE E NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE SEGURANÇA EM OBRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 185/14, de 10/02, do DOVI/Empreitadas, para aprovação parcial do plano de segurança e saúde, bem como da nomeação da Engª Cristina Monteiro para a função de coordenadora de segurança em obra, referentes à empreitada de execução da Escola Básica do 1º Ciclo do Sobralinho, adjudicada à Construtora UDRA, Lda. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 185/14, de 10/02, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo pretender colocar uma questão de fundo. Já várias vezes teve oportunidade de analisar os documentos que vêm a reunião de câmara e obviamente não concorda com a forma como os mesmos são apresentados. Já disse que cada um tem as suas capacidades e conhecimentos, ganhas também a título profissional, mas tem de haver algum cuidado com os documentos que são postos a votação. -----
Neste caso, apesar de inclusivamente ter o apoio de uma jurista, a Drª Ana Cristina, que também é referida na informação, há coisas em que honestamente vai ser sincero, e começar do princípio. Quando é que a obra é para arrancar? Não está previsto, não é dito quando se pensa fazer a comunicação prévia, quando é que está pensado a obra começar, a única coisa que consta no documento é um plano de trabalhos datado para a obra arrancar com a instalação do estaleiro no



dia 1 de agosto de 2013, quando a adjudicação foi feita a 28 de agosto, o que também é curioso, e está-se a 19 de fevereiro de 2014. Assim, pensa que tem de haver algum cuidado nesta situação. -----

Outra situação é que o documento para ser aprovado pelo dono de obra, que é a câmara municipal, tem de ser validado tecnicamente pelo coordenador de segurança à fase de obra, que não está nomeado, ou seja, vai-se aprovar um documento validado por alguém que ainda vai ser nomeado, possivelmente à posteriori, porque na informação é proposta a aprovação do plano e depois então a nomeação, que tem de ser feita anteriormente. -----

Nada na lei diz quando é que se tem que nomear o coordenador de segurança em obra, inclusivamente devia haver um coordenador de segurança em projeto, porque era expectável esta obra ter mais do que um interveniente, pelo que a câmara municipal devia ter nomeado logo um coordenador de segurança em projeto. Não sabe se o fez, e nos documentos anexos também não consta. -----

A câmara municipal podia e deveria ter nomeado o coordenador de segurança em obra atempadamente, dando tempo depois para fazer qualquer outro concurso para ir buscar apoio fora, poderia tê-lo feito no dia em que foi adjudicada a obra, definindo que o coordenador de segurança para já era a Engª Cristina Monteiro, e hoje, com toda a naturalidade, teria a aprovação do plano de segurança e saúde parcial, como consta, se é possível fazê-lo através da lei, já validado tecnicamente pelo coordenador anteriormente nomeado. -----

A câmara municipal não nomeou o coordenador e ele já está a validar o plano? Com a autorização de quem? Com que autoridade? É só esta questão que se coloca, tal como naquela situação que há uns anos levou a alguma discussão, aquando da obra do centro de saúde Vila Franca de Xira, que teve uma troca de opiniões concretas com o Sr. Vereador Rui Rei. É a mesma questão, há que haver algum cuidado nas coisas. -----

A câmara municipal tem que nomear o coordenador, o próprio inclusivamente disse na altura que se for possível delegar no presidente da câmara, às vezes para acelerar certas coisas, e depois vir a ser ratificado, ou se for precisa uma autorização especial, que o seja, não fazendo sentido às vezes estar à espera. Infelizmente o que acontece é que as coisas não são feitas com o devido tempo e



depois andam-se a criar atropelos, porque isto não deixa de ser um atropelo, e tem que haver rigor. -----

O Sr. Presidente pode resolver da forma que quiser, mas aquilo que o próprio pensa é que as coisas têm uma forma de fazer. Como é que a Engª Cristina Monteiro faz uma validação enquanto coordenadora de segurança se não está nomeada pelo dono da obra para ser a coordenadora de segurança? É só isso que quer que lhe seja explicado, como é que alguém que não está nomeado pelo dono de obra para ser coordenador de segurança já validou tecnicamente o documento que vem hoje para aprovação. -----

Neste caso não é a questão do “ovo e da galinha”, as coisas têm o seu “timing”, e aquilo que diz é que se poderia ter nomeado esta coordenadora de segurança, se fosse a título provisório, logo na altura em que é adjudicada a obra. -----

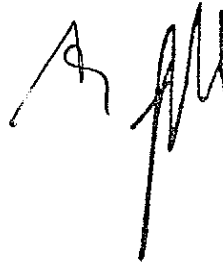
A segunda questão é a data de início dos trabalhos. Quando é que o estaleiro vai ser instalado? Não é de certeza no dia 1 de agosto de 2013, que é a data que vem nos documentos. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, seguindo o sentido da intervenção do Sr. Vereador Rui Pereira e dizendo que o que o executivo PS pede aos membros da câmara municipal é uma aprovação parcial, mas o que diz que fica de fora, do ponto de vista dos membros da Coligação Novo Rumo, são os documentos essenciais para esta obra, porque o resto é aquilo que é obrigatório para qualquer obra. -----

O organograma funcional do estaleiro, plano de sinalização e circulação, plano de emergência e os documentos da empresa e trabalhadores não estão, ficam de fora, pelo que os membros da Coligação Novo Rumo não podem aprovar o ponto. Fariam uma aprovação parcial, mas do seu ponto de vista os documentos essenciais não estão presentes, e não estão em condições de poderem aprovar esta questão. -----

Tomou a palavra a Engª Rosário Ferrão, dizendo que o quando o Sr. Vereador Rui Rei refere aprovação do plano de segurança e saúde parcial é exatamente porque ao longo da obra virão à câmara municipal, ou se for delegado, a despacho do Sr. Presidente, os diferentes desenvolvimentos do plano de segurança. O plano é parcial exatamente porque só será final quando terminar a obra. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que quando uma obra começa tem de ter o organograma funcional do estaleiro, não é no fim da obra, é no início,



depois pode ser alterado, mas no início tem que estar, e não está. -----

Quanto ao plano de sinalização e circulação, a obra vai ser implementada, tem um plano, que não está, e também tem que ter plano de emergência. -----

Respondeu a Engª Rosário Ferrão que tem de ter à data da consignação da empreitada e à data da comunicação de abertura de estaleiro à ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho. Vai-se fazer a comunicação sexta-feira, pelo que nesse dia esses documentos têm de estar nos serviços, se não estiverem não se poderá fazer a comunicação à ACT. -----

Interveio o Sr. Presidente, perguntando à Engª Rosário Ferrão se havia algum inconveniente dos documentos estarem anexos à documentação distribuída. -----

Respondeu a Engª Rosário Ferrão que não havia inconveniente, porém o empreiteiro não os entregou, o que impossibilitava o assunto de vir a reunião de câmara hoje, mas era necessário vir porque tem que se começar com a obra. -----

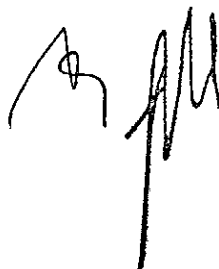
Teve que se esperar pelo visto do Tribunal de Contas para se poder iniciar a obra, sendo que o plano de trabalhos fazia parte da proposta, e esse é um lapso, de facto. Como o processo teve que ir todo para o Tribunal de Contas, o documento que estava no concurso era este, e foi o que veio, e com toda a razão o Sr. Vereador Rui Pereira diz que o plano tem que ter a data de agora. É só mudar a data, porque o plano é igual, mas vai-se corrigir. -----

Relativamente à questão do plano de segurança e saúde parcial, é parcial porque o mesmo só é final no fim da obra, mas não é a primeira vez que um plano vem à reunião de câmara municipal desta forma, os documentos têm que ser entregues até à comunicação da abertura de estaleiro. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo não dizer que habitualmente não venha assim, mas saber se aquilo que é habitual é o correto ou não é que é a grande diferença desta discussão. -----

Prosseguiu a Engª Rosário Ferrão, dizendo que a câmara municipal não pode é comunicar à ACT sem ter estes documentos. Não se pode consignar a obra sem ter os documentos. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, perguntando como é que a câmara municipal os aprova antes de os enviar à ACT, pensando que tem de ratificar na altura o novo plano de segurança e saúde, já com esses novos elementos. Quando é que é



aprovado pelo dono de obra? Antes de a obra começar? -----

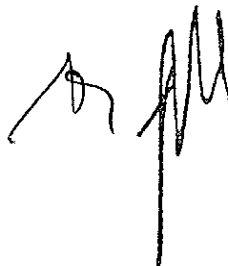
Interveio o Sr. Presidente, dizendo, na sua opinião, que apesar de ser a ACT a ter a palavra final sobre esta matéria, isso não invalidava que os documentos que foram aludidos não pudessem ser anexos.-----

Assim, se os Srs. Vereadores estiverem de acordo, julga que este ponto deveria ser dividido. Em primeiro lugar aprovar-se-ia o ponto 9.2 da informação, a nomeação da Engª Cristina Monteiro para a função de coordenadora de segurança da obra, e na próxima reunião de câmara seria presente o resto, que é o plano parcial de segurança e saúde, anexando os documentos que foram aludidos.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Pereira, dizendo que da parte dos membros da CDU há disponibilidade para fazer isso, tendo o Sr. Vereador Rui Rei referido que da parte dos membros da Coligação Novo Rumo também. -----

Concluiu o Sr. Presidente que se aprova o ponto, retirando o plano de segurança e saúde, e na próxima reunião de câmara o assunto será presente, anexando os documentos que foram referidos.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, aprovar a nomeação da Engª Cristina Monteiro para a função de coordenadora de segurança em obra, sendo presente à próxima reunião de câmara o plano parcial de segurança e saúde para aprovação. -



1. Assunto: EXECUÇÃO DO PARQUE URBANO DA QUINTA DA FLAMENGA – FASE 4A – VIALONGA – ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO -----

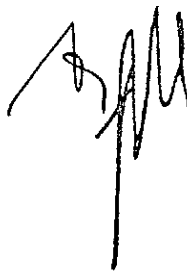
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 38/14, de 10/02, do DOVI/DOVI, para aprovação do projeto de execução, das peças e da abertura do procedimento de concurso público, com o preço base de 286 000,00€, acrescido do IVA, e prazo de execução de 150 dias, referentes à empreitada de execução do parque urbano da Quinta da Flamengo – Fase 4A, em Vialonga, bem como da composição do júri e designação de perito.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 38/14, de 10/02, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU não estão em condições de votar este documento, e têm informação que não houve o correto envolvimento da população, ou não houve o acolhimento das questões colocadas pelos representantes do movimento do parque urbano. -----
Interrompeu o Sr. Presidente, referindo que isso não é verdade.-----
Prosseguiu o Sr. Vereador, pedindo desculpa, mas dizendo que tem limites, sendo que já hoje ouviu algumas questões que, sinceramente, se as tivesse que “levar a peito”, já teria respondido, mas não vai querer responder, e insiste em não querer responder. Assim, se o Sr. Presidente o respeitar, deixá-lo-á terminar. -----
Respondeu o Sr. Presidente que tem todo o respeito e consideração pelo Sr. Vereador Nuno Libório, mas pede que o mesmo não diga coisas que não correspondem.-----
Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo esperar, sinceramente, que




tenha sido a última vez que se tenha de confrontar com o dilema entre responder e não querer responder. -----

Como disse, os membros da CDU têm o entendimento e a informação de que a população, através dos representantes do movimento do parque urbano, não foram devida e corretamente integrados na discussão, aliás muitas das questões colocadas por esses representantes não foram tidas corretamente pela câmara municipal, como também não houve o habitual envolvimento dos vereadores, designadamente da CDU, nem tão pouco da junta de freguesia na última discussão. -----

Assim, se o Partido Socialista quiser votar o ponto, vota, e os membros da CDU vão votar contra. Se quiser retirar e dar oportunidade para haver ainda uma discussão à volta da matéria, o que desejam e pensam que é o que a razoabilidade determinaria, estão disponíveis para participar, quando forem chamados a fazê-lo.- Tomou a palavra o Sr. Vereador Vitor Pereira, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo vão votar favoravelmente, e têm uma declaração de voto.---- Interveio o Sr. Presidente, referindo ao Sr. Vereador Nuno Libório que a questão de fundo dos membros da CDU é porque não foram convidados, sendo que, efetivamente, a câmara municipal recebeu um pedido da comissão, que há muito tempo a esta parte tem acompanhado este processo. O processo foi amplamente discutido, analisado, foi explicado o que se ia fazer, houve anuência da parte dos presentes que representavam a comissão, e ficou-se convencido que, de facto, se fez o que deveria ser feito. Agora os Srs. Vereadores vêm colocar outro tipo de matérias que, sinceramente, não sabe. -----

A câmara municipal tem de arrancar com a obra, é uma exigência que as pessoas colocam, e com toda a razão, e se se tinha que falar com muito mais gente, entendeu-se que aquelas pessoas representam o grupo de trabalho, a comissão de acompanhamento, e, manifestamente, de muito boa-fé, pelo menos da sua parte, foi dito às pessoas o que se tinha a dizer, e disse-se que ainda não se tinha levado o assunto à reunião de câmara, na medida em que era necessário ter aquela reunião, para explicar o que se estava a pensar fazer. -----

Não sabe o que dizer ao Sr. Vereador, fica surpreendido, quando o mesmo refere o que acabou de referir. Houve envolvimento da população através dos



representantes, e o Sr. Vereador disse agora que ainda se tinha que falar com mais não sabe quem. Se a CDU quer votar contra, vota contra, mas a câmara municipal tem é que avançar com a obra. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, perguntado se o Sr. Presidente percebeu o que o mesmo disse, e pensa que não é preciso repetir. Contudo, se não percebeu, pede para fazer a questão de lho dizer, pois vai tentar repetir de outra maneira. -----

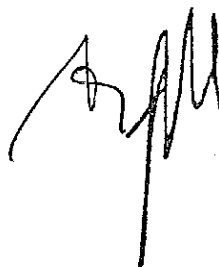
Habitualmente os membros da CDU eram convidados a participar, não foram. Habitualmente era convidada a junta de freguesia a estar nessas discussões, também não foi convidada, e por aquilo que sabem, por parte dos representantes, todas as questões ou as principais preocupações dos representantes da população não foram tidas em conta. Não vai entrar em discussão com o Sr. Presidente, que terá que assumir isso já na próxima reunião de câmara, perante essa população.- Interveio o Sr. Presidente, afirmando que as questões foram colocadas até à exaustão, esteve presente a arquiteta que está a fazer o projeto, as questões foram amplamente discutidas, as pessoas perceberam o que estava em causa, e foram colocadas algumas questões de alteração, que foram consideradas. Contudo, o Sr. Vereador Nuno Libório está a dizer que não foi explicado, e que aquilo que foi dito pelas pessoas não foi considerado? -----

Pensa que há qualquer coisa que não bate certo. Agora, se é necessária uma ampla discussão, ela far-se-á, mas agora a câmara municipal tem que arrancar com a obra. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que se tem a chamada fase 4A, e há um caminho, que é paralelo à urbanização, que tem vindo a acompanhar as fases, ou seja, cada vez que se faz uma fase faz-se esse caminho. -----

Assim, o que pensa que seria importante a câmara municipal avaliar era, no âmbito desta fase 4A, que o caminho deveria chegar abaixo, porque, neste momento, para as pessoas acederem ao parque urbano, ou vão por dentro da urbanização da Flamengo, pela parte de cima do palácio, ou então, se vão por baixo, não entram, entram na terra. -----

É verdade que existe aquele constrangimento, em que está previsto na parte de baixo um estacionamento e uma via paralela, mas neste momento não faz sentido



construir, nem essa via, nem o estacionamento. Portanto, o que faria sentido era, eventualmente, prolongar esse caminho até abaixo, que pudesse fazer a ligação ao passeio existente. Aí, quem viesse daquele lado entraria, sendo que fala de meia dúzia de metros. -----

Quanto às infraestruturas, têm que se deixar passagens, ou seja, as infraestruturas ali são as elétricas, de água e saneamento, mas isso não é difícil. Se se deixar a passagem, o que não quer dizer que se faça, a seguir passa o tubo, e pode ter acesso desde a parte de baixo até à parte de cima, o que faria sentido ser avaliado. -----

Interveio o Sr. Presidente, pondo o ponto a votação, perguntado quem vota contra, quem vota a favor, concluindo que o mesmo foi aprovado, com os votos contra dos membros da CDU. -----

Interveio o Sr. Vereador Vitor Silva, lendo a declaração de voto dos membros da Coligação Novo Rumo, documento que se dá por inteiramente reproduzida nesta parte da ata. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----




[Handwritten signature]

Deliberação nº **106**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. _____



Encerramento às 14h40. -----
Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara 2014/03/05, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

E eu,  Fernando Paulo Serra Barreiros,
Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em
regime de substituição, a subscrevo. _____

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -